

Director:

Ricardo António Alves

Directora Adjunta:

Ivone Bastos Ferreira

Assistente Editorial:

Elsa Martinho

Redacção e sede:

Salgueiros (Oliveira de Azeméis)
3720-189 OSSELA
PORTUGAL

Edição:

Centro de Estudos Ferreira de Castro

Digitalização, Composição e Arranjo Grafico:

Carlos Alberto Brandão

Dactilógrafos:

Carlos Dinis Albergaria
Helena Pinto
Marlene Campos

Tiragem:

2000 exemplares

Impressão:

A Voz de Azeméis

Preço (IVA incluído):

6 Euros
Sócios do CEFC: Gratuito
Assinatura (portes incluídos): 4 números
Portugal: 25 Euros; Europa: 29 Euros
Resto do Mundo: 32 Euros

ICS: 124032

Depósito Legal: 183337/02

I.S.S.N.: 1645-4022

E-mail:

castriana@centroestudosferreiradecastro.org

CASTRIANA

Estudos sobre Ferreira de Castro e a sua Geração

Como foi amansado o tudesco Kurt Unker, vulgo Nimuendaju, natural de Iena

- ▣ A dimensão socio-antropológica no romance *Emigrantes* de Ferreira de Castro
- ▣ *A Selva* e a obsessão de Ferreira de Castro pela morte
- ▣ Arquivo - Ferreira de Castro: Na morte de Raul Brandão
- ▣ «A cruel indiferença do universo»: Raul Brandão e Ferreira de Castro
- ▣ Terá esquecido Ferreira de Castro as suas origens ao longo da sua obra escrita?
- ▣ *Sombras e veredas cruzadas* em *A Missão* de Ferreira de Castro
- ▣ Leituras
- ▣ Noticiário

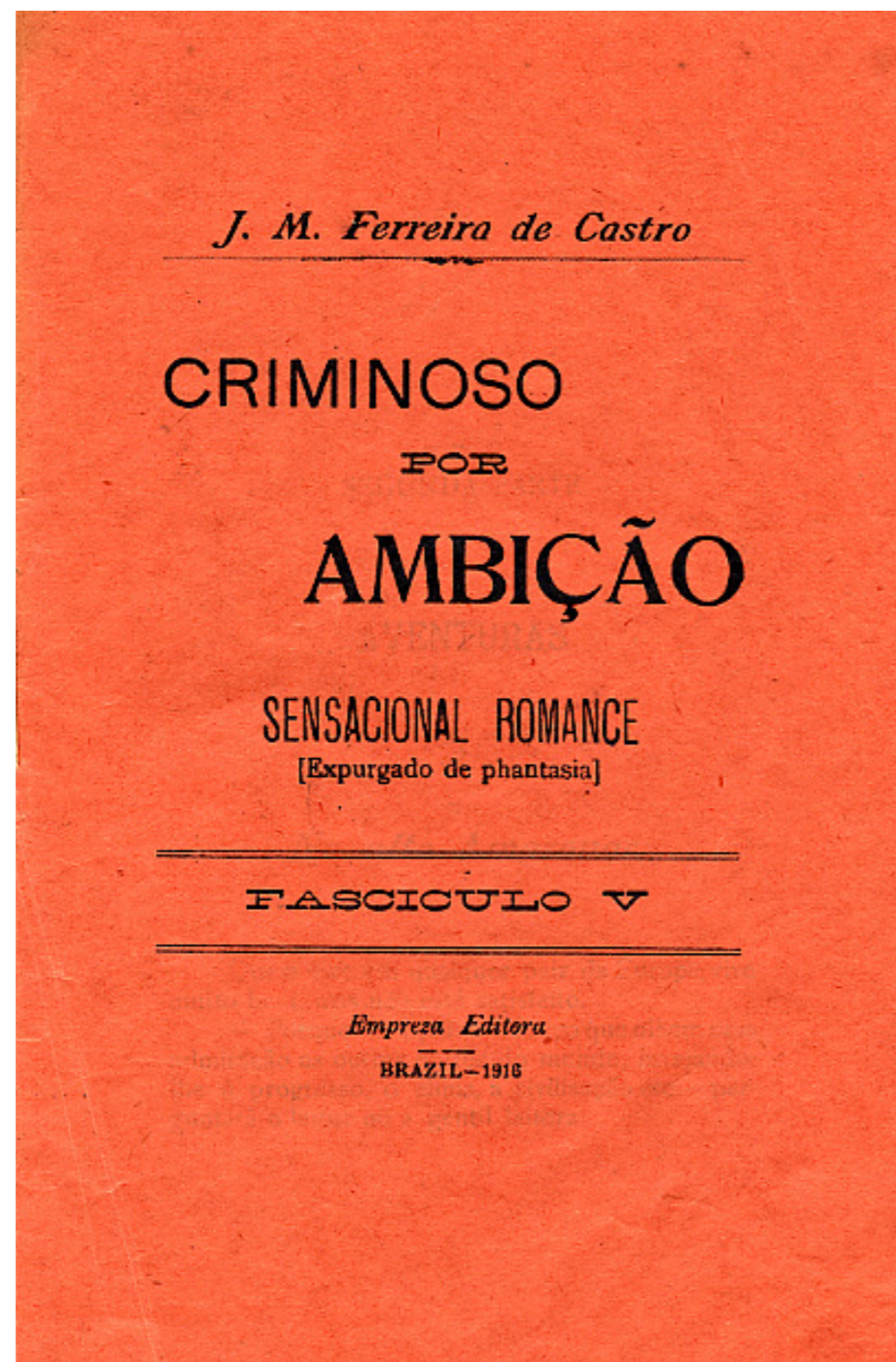
1

Centro de Estudos Ferreira de Castro

2002



1 C A S T R I A N A



Centro de Estudos Ferreira de Castro

Órgãos Sociais
(Biénio 2001/2003)

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente da Mesa: Ricardo Henriques
1º Secretário: Diana Estela Bastos
2º Secretário: Carlos Alberto Brandão

DIRECÇÃO

Presidente: Carlos Alberto Castro
Tesoureiro: Rui Pedro Silva
Director-Executivo: Ivone Bastos Ferreira
Conselho Editorial: Ricardo António Alves
Departamento Multimédia: José Carlos Ribeiro
1º Secretário: Helena Pinto
2º Secretário: Rui Castro

CONSELHO FISCAL

Presidente: Alexandre Gomes
1º Secretário: Filipe Ferreira
Relator: Manuel Bessa

CONSELHO EDITORIAL

António Cândido Franco
Bernard Emery
Eugénio Lisboa
Karl Heinz Delille
Pedro Calheiros
Vitor Martins

E-mail:

geral@centroestudosferreiradecastro.org



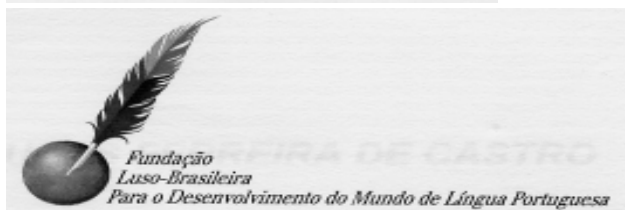
Ferreira de Castro
Novelas Escogidas, Aguilar, Madrid, 1959

CASTRIANA

Estudos sobre Ferreira de Castro e a sua Geração

1

Apoios



MINISTÉRIO DA CULTURA
DELEGAÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO ALENTEJO



Patrocínio



PÓRTICO

A revista *Castriana – Estudos sobre Ferreira de Castro e a Sua Geração* quer responder à necessidade – sentida por muitos dos que estudam o autor de *A Selva* – de um lugar de debate que divulgue e aprofunde as diversas abordagens que o *corpus* castriano suscita. Sem idolatrias nem amesquinhamentos – deles nos podemos todos queixar ao longo das últimas décadas – queremos que a *Castriana* seja um fórum privilegiado duma discussão incessante, viva, inteligente e objectiva – vivacidade, inteligência, objectividade e competência que merece um legado ímpar na literatura e na cultura portuguesas do século XX. Fazemos nossas as palavras de Castro sobre Zola, redigidas em 1953, a propósito do papel do autor de *Germinal* na literatura do seu tempo: «Para se avaliar toda a sua extensão, basta imaginarmos que ele não existiu; basta imaginar a literatura dos últimos oitenta anos sem a sua presença. Depois deste pequeno passatempo, rapidamente encontraremos um enorme vazio, que não sabemos como preencher, uma enorme corrente partida, que não sabemos como ligar...»

Ao iniciarmos este percurso, saudamos três pessoas que, cada uma a seu modo, contribuíram decisivamente – depois do público leitor, que não o deixou cair no esquecimento – para que Ferreira de Castro e a sua obra não tenham deixado de ter uma, pelo menos, mínima visibilidade num país que fez a rápida transição do analfabetismo endémico do pré-modernismo estadonovista para a iliteracia satisfeita dum superficial demoliberalismo de terceira vaga.

Em primeiro lugar, Elena Muriel Ferreira de Castro, também ela artista, senhora duma obra pictórica tão interessante e sensível. Possuidora daquela modéstia que é apanágio das pessoas que têm verdadeira grandeza, Elena Muriel, tendo partilhado os últimos quarenta anos de vida do seu marido, é uma devotada e diligente zeladora da sua memória. Para ela, a nossa admiração e o nosso carinho.

Queremos saudar igualmente o Professor Bernard Emery, que no ano já não muito próximo de 1981 deu à estampa a sua tese de doutoramento, *José Maria Ferreira de Castro et le Brésil*. Quando o património cultural português em geral, e o literário em particular, era, então como agora, inconscientemente negligenciado, um jovem investigador francês ensinou-nos como se fazia, abrindo com aqueles dois volumes múltiplas perspectivas de investigação; e, sem que tenha sido essa a sua intenção, mostrou-nos que a caricatura de António Sérgio – chamando aos portugueses do século de Descartes e Espinosa uma espécie de tupinambás da Europa – está, descontando o eurocentrismo da asserção, ainda longe de deixar de fazer sentido. O traço grosseiro é o preço a pagar por quem, só atento à espuma dos

dias e preocupado apenas com a autopromoção, dá o flanco da indigência cultural.

Uma palavra, por fim, ao osselense Carlos Alberto Castro, cujos entusiasmo e efectiva capacidade de realização tornaram possível a *Castriana*, uma das realidades visíveis do Centro de Estudos Ferreira de Castro. Percebendo que a importância de ser conterrâneo do autor de *A Selva* lhe dava uma responsabilidade de cidadania activa que não se podia confinar a meras iniciativas paroquiais, por mais meritórias, a ele — bem como às entidades que apoiam e patrocinam — se deve terem a *Castriana* nas vossas mãos; e às conversas que temos tido desde 1998, o ano do centenário de Ferreira de Castro, quando nos conhecemos, o desafio para que ajudasse a fazer algo que, ancorado em Ossela, pudesse extravasar as suas fronteiras e irradiar para todos os lugares do Mundo (em maiúsculas, como o escritor gostava) em que o seu nome tenha um significado substantivo.

Por isso aceitámos o desafio, com honra, com orgulho e com responsabilidade.

Ricardo António Alves
Março de 2002

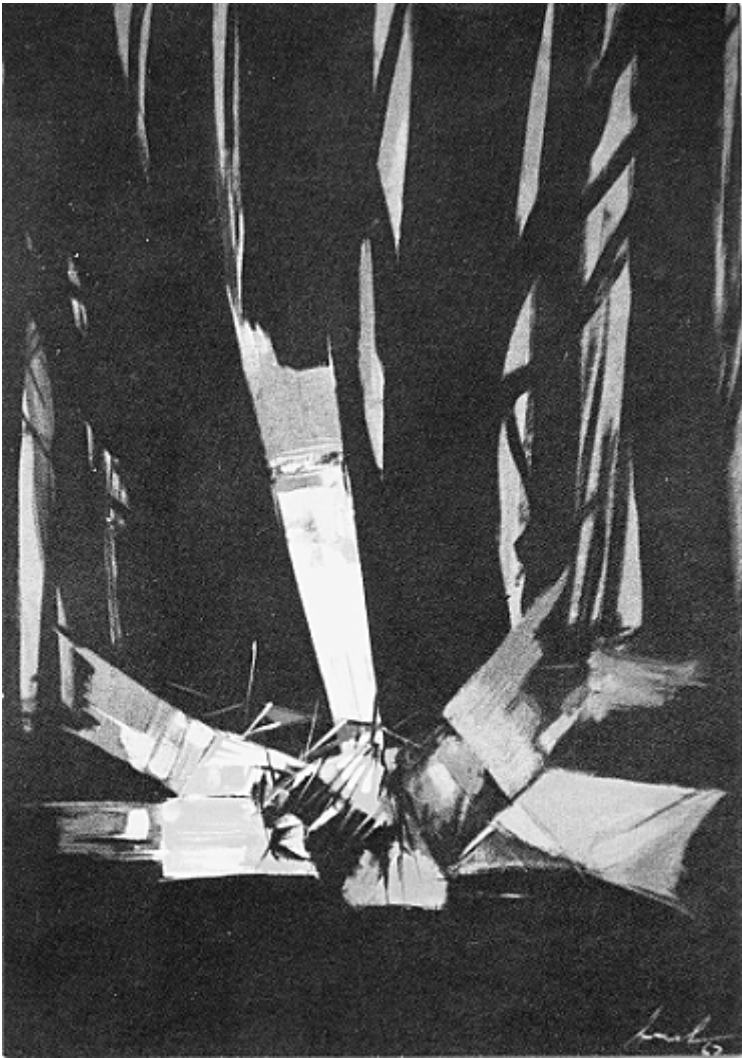


Ilustração de Artur Bual para *O Instinto Supremo* (1968)

Como foi amansado o tudesco Kurt Unker¹, vulgo Nimuendaju, natural de Iena

Alguns apontamentos sobre a história da nação Parintintin² Kawahiba
em sua relação com a civilização ocidental.

Bernard EMERY

Para Selda, minha eminente colega manauense

Os Parintintin, «as vespas»³, são um mito, como o foram inicialmente os Tupinambá/Tupiniquim, e como viriam a sê-lo mais

¹ Ou Unkel : «... etnólogo brasileiro (1883-1945). Naturalizou-se em 1922, abandonando o sobrenome-Unkel. Chegou ao Brasil como emigrante (1903) e não teve formação acadêmica. Entrou em contacto, em 1905, com os apapocuvás, um subgrupo guarani do interior de S. Paulo, e permaneceu entre eles vários anos recebendo em 1906 o nome de Nimuendaju (“aquele que criou seu lar ou caminho”)... Durante 40 anos, estudou cerca de 30 povos indígenas, sempre como observador participante... Sua obra é considerada das mais extensas e importantes na etnologia brasileira» (*apud Larousse Cultural-Brasil A/Z*, ed. Universo, S. Paulo, 1988, p. 563).

² Adoptámos a ortografia etnográfica, sem a marca do plural, usada por Nimuendaju.

³ «A tribo de índios vulgarmente conhecida por “Parintintin”, no Rio Madeira, em sua própria língua se denomina Kawahíb ou Kawahíwa quando este nome ainda é seguido por um sufixo, uma proposição ou um adjetivo. Não tem este nome a significação de “homem da mata”, como Martius explica, mas é composto de Kab, káwa = vespa+ahíb [=?], e designa uma pequena qualidade de vespas sociaes, de côr avermelhada e muito irritáveis que também entre os moradores do Baixo Amazonas é conhecida por “cauahiba”» (Nimuendaju, p. 201). [As referências remetem para a Bibliografia, com menção da data quando houver várias obras do mesmo autor. Em todas as citações, respeitamos a ortografia original.]

tarde os Muras, Tucanos, Munducurus, ou mais recentemente os Chavantes e Yanomani. O próprio Ferreira de Castro⁴ o lembra no seu romance, *O Instinto Supremo*, cujo personagem principal é colectivamente a temível nação:

«A pacificação dos Parintintins, essa ideia que possuía um sabor inverosímil desde o tempo das mútuas expedições vingativas, sempre rematadas a sangue, excitara ainda o povo local, a sua fantasia, a sua curiosidade...»(Castro, 1975, III, p. 959).

E poderíamos acrescentar que excitou também a veia criadora do romancista, como o veremos mais tarde, mas constantemente numa mistura de fábula e de verdade que levou o escritor a estas advertências, algo paradoxais, embora muito significativas:

«Fiel à realidade literária, que pelo seu poder condensador e harmonizante é, como de há muito se sabe, mais convincente, tantas vezes mais verosímil do que a da vida, em numerosos passos desta obra rompi deliberadamente com a história, em prol da ficção criadora e livre, para que seus heróis não parecessem mitos, as suas acções não segregassem a incredulidade que brota das fábulas, as suas virtudes emergissem da própria condição humana, como em todas as épocas foi verdade, antes dos factos se decomparem e tornarem lendários» (*ibid.*, p. 932).

Na área mais concreta da etnografia⁵, encontramos um outro

⁴ O futuro escritor permaneceu em contacto potencial com os Parintintin durante a sua estadia no seringal Paraíso (rio Madeira) entre 1911 e 1914 (ver por exemplo nosso trabalho de fundo, *Ferreira de Castro et le Brésil*, Aix-en-Provence/Grenoble, 2 vol., 1981).

⁵ A localização geográfica e a identificação etnográfica dos Parintintin vem explicada no referido trabalho de Nimuendaju. Fontes mais recentes (Pierre et Françoise Grenand/Eric Navet, in *Revista Geo*, Paris, 1992) confirmam estes dados.

vulto importante na história da nação parintintin, o do conhecido Kurt Unker (vide nota 1), o mentor e organizador principal da chamada «pacificação». E, ele denuncia também, desta vez com certo rigor germânico, a preeminência do imaginário e dos seus desvios afectivos sobre a missão humanística de aproximação, a não ser de convívio pacífico:

«Quem jamais tinha seriamente tentado fazer as pazes com os Parintintin?» (Nimuendaju, 1924, p. 211).

Vamos tentar esclarecer aqui alguns dos elementos mais pertinentes que se escondem debaixo deste mito, entendido como fabulação nascida tanto do preconceito, do medo, da rejeição cultural, como da falta de contacto verdadeiro. Nesta breve indagação sobre o mistério parintintin, seguiremos, no seu desenvolvimento cronológico, o caminho que leva das ideias mais falsas, erróneas ou tendenciosas que circularam sobre os indígenas, até à preciosa realidade da conversa directa com eles e à exposição da opinião que eles próprios têm duma história ao mesmo tempo curiosa e trágica, passando, claro está, pelo momento crucial da «pacificação» (1922-1924) e da sua inesperada celebridade literária, devida à pena de Ferreira de Castro.

1. Retrato do mau selvagem (século XVIII em diante)

Para o pesquisador moderno, o Parintintin é principalmente o mito invertido do mau selvagem, pese ao nosso bom Jean-Jacques Rousseau, e talvez mais ao nosso melhor ainda Michel de Montaigne,

que lançou o conceito nos passos bem conhecidos dos *Essais*, quando, após a sua visita a Rouen, veio a interessar-se por esta nova humanidade que acabava de surgir do outro lado do Atlântico:

«Ils sont sauvages, de même que nous appelons sauvages les fruits que nature, de soi et de son progrès ordinaire, a produits: là où, à la vérité, ce sont ceux que nous avons altérés par notre artifice et détournés de l'ordre commun, que nous devrions appeler plutôt sauvages.[...]

Nous ne les pouvons donc bien appeler barbares, eu égard aux règles de la raison, mais non pas eu égard à nous, qui les surpassons en toute sorte de barbarie» (Montaigne, I, p. 307 et 313 [Des Cannibales, chap.XXXI]).

A suposta barbaridade dos Parintintin, bem partilhada com os ocidentais, tem as motivações do costume na eterna incompreensão dos povos e das civilizações: a resistência, a alteridade, o preconceito cultural. O maior pecado dos Parintintin é de terem resistido ao avanço do progresso e da modernidade, e não é nada exagerada a conclusão de Joaquim Gondim, outra testemunha, com Nimuendaju, a escrever sobre o processo de integração dos índios:

«Elles veulent la paix, aspirent à la fortune dans leur habitat, et il est juste que tous les brésiliens conscients de la félicité, étendant les mains pour une race héroïque qui parcourut victorieusement l'échelle de quasi un siècle de martyrs» (Gondim, p. 57).

Mas antes desta tomada de consciência esclarecida, todos os pecados tradicionais nesta situação tinham recaído sobre as costas dos infelizes Parintintin, entre os quais o consabido e horrorizante – nefando diziam os antigos – pecado de antropofagia. Até mesmo o

irreverente Nimuendaju, em contradição completa com Gondim⁶, relata casos de canibalismo, citando José Garcia de Freitas⁷, e isso mesmo depois da «pacificação»:

«For a long time after the pacification, the Parintintin did not deny that they were cannibals. The latest case of cannibalism occurred in 1924 when they killed a family of Pirahá (Garcia de Freitas, 1926, p. 70s.). They saved a piece of the victim's flesh for the representative of the Serviço de Protecção aos Índios, who saw them at time dancing with the roasted and shriveled hand of their victim» (Nimuendaju, 1946*, p. 291).

Quanto ao costume dos Parintintin de levar para a maloca a cabeça dos vencidos, sejam eles brancos ou membros de outra tribo indígena, é pelo menos pitoresco notar tanta e tão generalizada insistência sobre este assunto (vide *infra*), aliás consubstancial à história das guerras, quando se sabe que a França, terra predilecta dos direitos do homem, abandonou a famosa guilhotina apenas em 1977 (!):

«Quando não há cabeça de homem, levam de criança, de cachorro e de gato, de tudo que aparece. Deitam fogo à barraca e arrasam a mandioca e o canavial. Não podem ver um civilizado...» (Castro, 1975, I, p. 372 [*A Selva*]).

Estas palavras, que Ferreira de Castro atribui ao caboclo

⁶ Gondim denuncia esta lenda, dando-lhe uma origem mais antiga e aduz em defesa dos Parintintin o costume que eles têm de não comer “carne de nimbab”, isto é de animal de criação (Gondim. p. 8-9).

⁷ Sertanista e etnólogo, que, além do “auxiliar” Amaro, dirigiu o posto de “pacificação”, durante as ausências de Nimuendaju (vide *infra*). Não tivemos acesso directamente a este trabalho.

Firmino, não constituem aliás uma boa versão etnográfica do facto, que temos em Nimuendaju e Gondim, mas são muito mais reveladoras do preconceito que opera no sentido duma infantilização ou ausência de qualquer manifestação de inteligência humana⁸. O Parintintin tem que ser, à força, um primitivo, e um primitivo perigoso. A ideia tem futuro especulativo e literário, como vamos ver a seguir, mas desde já justifica o essencial: a repressão e, se possível for, a eliminação. O próprio Nimuendaju o admite falando duma guerra de 80 anos entre os Índios e os «civilizados»:

«E foi desta forma, por uma guerra de 80 anos, que os Parintintin consolidaram a sua fama de “feras cruéis e indomáveis”, e se tornaram o alvo do ódio e o horror de todos os seus vizinhos» (Nimuendaju, 1924, p. 211).

Na verdade o problema parintintin começou a colocar-se na altura do «boom» da borracha, quando suas terras, até então protegidas pela distância e pelo despovoamento amazonense, foram invadidas pelos seringueiros em busca duma hipotética fortuna a ser conquistada através do ouro negro da borracha.

2. O «boom» da borracha: rondonismo e pragmatismo (1910-1915)

A invasão do último reduto dos autóctones, que, segundo o

⁸ Também Gondim refuta esta infantilização em prol do antiquíssimo troféu, símbolo de vitória e valentia: «Do inimigo elles só costumam levar a cabeça, mas a guisa de trophéo, para mostra-la ao chefe e aos companheiros que ficaram na maloca, testificando, por este modo, a realidade de seu feito.» Godim, p. 9 – Alfred Métraux (Métraux, p. 782) confirma, claro está, o aspecto ritual de tal prática.

pouco que se sabe de suas peregrinações anteriores, já tiveram que fugir de várias zonas da Amazônia para se subtraírem ao avanço da frente pioneira, despertou também uma contra-corrente humanista com as ideias difundidas por Cândido Rondon. Para o grande amigo dos silvícolas, mas ao mesmo tempo o maior desbravador do interior brasileiro, a solução era principalmente socio-económica. Consistia em tirar os Índios do mato e portanto dos seus costumes guerreiros, ligados às necessidades imediatas de sobrevivência num meio naturalmente hostil:

«Plantando e criando, deixarão, pouco a pouco, a vida nômade de caçadores, por terem junto às suas casas tudo aquilo de que necessitam para se alimentar, e só retomarão as hábitos antigos, episodicamente» (Viveiros, p. 348).

Aliás, as ideias do ilustre militar e sertanista tinham uma outra vertente, desta vez filosófica, nutrida do pensamento evolucionista e universalista de Auguste Comte, isto é do credo da igreja positivista que se implantou numa maneira espantosa no Brasil, ao passo que figurou apenas como uma curiosidade utópica e vagamente panteísta na terra de origem. É curiosa, na ideologia de Rondon, a mistura entre a análise realista do extermínio inscrito na fatalidade histórica do encontro dos povos de vários níveis de desenvolvimento e o apelo à fraternidade universal, à concórdia dos seres humanos:

«Caminhamos com a esperança de atingir o Reino da Fraternidade Universal – que ela se estenda aos infelizes ameríndios, subjugados pelos efeitos da guerra de conquista dos invasores europeus, injusta e cruelmente levada aos ingênuos e hospitaleiros aborígenes do Continente descoberto» (*ibid.*, p. 351).

Daí certa incredulidade de que Ferreira de Castro faz eco em *A Selva*, e que corresponde com toda a probabilidade ao que ele próprio deve ter ouvido quando viveu no seringal. O diálogo sobre a questão do Parintintin, que ocorre entre Firmino, o seringueiro cearense, e Alberto, recém-chegado ao seringal, é muito elucidativo a este respeito. Bonita, com certeza, é a ideia, até mesmo algo folclórica, mas no terreno a coisa torna-se bem diferente:

«Mas nunca procuraram amansá-los?

– Ui! Houve um coronel – o coronel Rondon ou lá o que é – que mandou outro militar com gramofones e espelhos, mas ele não pôde fazer nada. Aquilo é bicho que só deixará de ser ruim quando desaparecer. Eu, se encontrar algum, mato-o logo! Estar com palavras boas para eles levarem a minha cabeça, não é comigo!» (Castro, 1975, I, p. 372).

E a realidade comum, a crua realidade, vem da boca do Sr. Guerreiro, guarda-livros do Paraíso, e episodicamente gerente do mesmo na ausência de Seu Juca. Embora ele partilhe os ideais de Rondon, que, a seguir, vai elogiar pelo seu humanismo, sem a ironia galhofeira de Firmino, não tem muitas ilusões sobre a prática dos seringalistas, matizando apenas com um advérbio, que deixa em aberto uma solução menos sangrenta e radical:

« Antigamente era costume organizar um grupo de homens bem armados e mandá-los em perseguição dos parintintins» (Castro, 1975, I, p. 491).

Índio bom, é índio morto, tal foi o velho adágio, tantas vezes repetido. E assim foi também a regra durante muito tempo, tornando



Rondon, visto por Artur Bual

bastante irrisório o detalhe dos gramofones e outras bugigangas. Além disso a tentativa frustrada do primeiro «amansador», João Portátil, ocorrida em 1916, e aludida indirectamente na fala de Firmino, não contribuiu muito, com o seu lado tragicómico⁹, para uma abordagem realmente civilizada do problema, honestamente desenvolvida com certa continuidade.

Ora, para se entender melhor tudo isso, é interessante olhar do lado dos donos da terra e da região, os coronéis de barranco, que não se importavam com tal problemática humanista, mas sim com o rendimento de suas propriedades. São dois os seringais directamente em contacto com o território dos Parintintin: o Paraíso, onde Ferreira de Castro permaneceu, e Três Casas, domínio do famoso Manuel Souza Lobo.

Depois de ter sido comprado aos Bolivianos, o Paraíso tornou-se a propriedade da família Monteiro, cujos representantes se ilustraram na vida bastante tumultuosa da região, ao lado do médico e político Pedro Alcântara Bacelar, futuro governador do Estado¹⁰. Na sua história do município de Humaitá e arredores, Rogério Braga é bastante lacónico sobre a actuação dos Monteiro, deixando transparecer no entanto o quotidiano das práticas seringalistas, quer dizer, o ciclo bem conhecido da provocação por parte dos indígenas e repressão lançada a seguir contra as suas malocas:

⁹ Portátil não encontrou nenhum Parintintin para estabelecer contacto, mas caiu numa fossa, ferindo-se gravemente e desistindo portanto da empresa (cf. Nímuendaju, 1924, p. 212, e Gondim, p. 21).

¹⁰ Cf. o panfleto de 1912 sobre a *Anarquização de Humaitá*, libelo anónimo, mas atribuível a alguém da família dos Maia, conservado por Ferreira de Castro entre os documentos da época do seringal.

Como foi amansado o tudesco Kurt Unker, vulgo Nimuendaju

«Succesivamente o seringal foi sendo administrado pela família [Monteiro], mas a constante preocupação com a pacificação dos índios do lugar não cedeu com o tempo, sendo mesmo importante registrar que Pedro Monteiro, vendo o insucesso recente da primeira expedição do Serviço de Protecção do Índio (SPI) organizou expedição para-militar comandada por Caetano Cetauro para tentar dominar os índios que perturbavam o lugar» (Braga, p. 58).

O homem de confiança dos Monteiro, nos assuntos indigenistas, era com efeito o tal Caetano Cetauro, muitas vezes citado nas obras preparatórias da instalação do posto de pacificação, onde aparecia aliás uma inscrição provavelmente gravada por ele em andanças anteriores na zona do Maici Mirim (Gondim, p.23). O seu retrato realça as qualidades de calma e impavidez frente às armadilhas da selva :

«Os Herdeiros de P. Monteiro, de Paraizo também tinham o seu empregado de coragem e confiança e muito calmo que era o valeroso mateiro Caetano Cetauro.»¹¹

Aliás este Cetauro é mencionado nos manuscritos de Ferreira de Castro. É na sua companhia que o futuro romancista efectua as suas visitas de despedida ao pessoal espalhado pelas terras do seringal na altura de sua partida para Belém, em Outubro de 1914:

«Foi no dia primeiro de Outubro de 1914 que eu, em companhia de Caetano Cetauro, larguei do porto do Igarapé-assú, para ir despedir-me da família do amigo Joaquim Barros...» (Castro, 1914)

E segue-se mais um caso de amor do jovem Zé Português, no seu

¹¹ Documento dactilografado, provavelmente por Garcia de Freitas, em Maio de 1921 .

papel bem conhecido de «*bourreau des cœurs*»¹²...

Mais rica, e ambígua, é a figura do grande personagem das margens do Madeira, Seu Manuel Souza Lobo, dono do seringal Três Casas, letrado, amador assinalado de cavalos, valioso mecenas, mas seringalista ferrenho no seu poder patriarcal. Ei-lo como aparece no elogioso retrato que dele fez Moacyr G. Rosas, membro da Academia Amazonense de Letras, sob o título significativo de «Um Senhor Amazônico»:

«Manuel de Souza Lôbo, inspirado na luminosa cartilha do cristianismo, devastou tôdas as latitudes de seus domínios, levando oferendas aos indígenas. O prestígio do seu nome cresceu tanto nas selvas que os selvícolas quando, nas circumvisinhança[s], acoçados por seus rivais ou pelos brancos, corriam dias e dias para atingir às terras de Souza Lôbo ou do — pai Lôbo —, como êles respeitosa e chamavam. Quando alcançavam o território de Três Casas, o aspecto de fera espantada e amedrontada desaparecia, fazendo lembrar o homem medieval injustiçado, procurando transpor os sagrados pórticos da Igreja. E êles diziam: Nas terras do pai Lôbo, ninguém mata, ninguém morre!» (Rosas, p. 2).¹³

Entre repressão sangrenta e idealismo patriarcal, quando não paternalista, faltava apenas o «grande romance» da pacificação, obra magna realizada no plano sócio-etnográfico por Kurt Nimuendaju, nos anos de 1922 e 1923, e muito mais tarde, no plano literário, por Ferreira de Castro (vide cap. 6 deste ensaio).

3. O romance da pacificação (apanhado crítico) (1921-1925)

¹² Isto é, namorado.

¹³ Ver também Nimuendaju, 1924, p. 212.

A «pacificação» dos Parintintin realizou-se entre Março de 1921 e fins de 1924. Não vamos contar os episódios do processo de integração, que constituem a trama do relato de Ferreira de Castro em *O Instinto Supremo*, e que foram devidamente registados pelos escritos de Kurt Nimuendaju, José Garcia de Freitas e Joaquim Gondim. O que nos interessa aqui é propor algumas reflexões sobre o significado dos acontecimentos, a personalidade de alguns dos actores e o consenso boquiaberto que afinal prevaleceu.

Quando lemos o notável trabalho que Kurt Nimuendaju publicou em 1924 no tomo XVI do *Journal de la Société des Américanistes*, em Paris, o que surpreende o leitor atento ao tom e à maneira de dizer as coisas é a extraordinária segurança de si que demonstra o redactor. Entende-se muito bem que a empresa suponha exigências metodológicas bastante estritas e que tudo seja feito em boa ordem (Nimuendaju, 1924, p. 213), mas a ufanía tudesca que se desprende da imagem radiosa e impávida do herói pacificador, estrategicamente perfeita – seguida aliás por Ferreira de Castro – parece-nos pelo menos exagerada, e excessivamente etnocêntrica:

«Como fuzilaria estalavam as suas flechadas nas chapas das paredes, e debaixo de gritos furiosos elles avançaram ao longo da cerca em rumo da porteira. Era exactamente o que eu queria, e immediatamente gritei-lhes na Língua Geral, convidando-os para entrar. Pela sua experiencia guerreira elles deviam ter esperado neste momento tudo menos um convite e, perplexos, pareciam prestar-me atenção por um momento¹⁴...» (Nimuendaju, 1924, p. 216).

¹⁴ Pode parecer algo curioso que numa empresa afinal tão perigosa não houvesse nenhuma vítima no campo dos «pacificadores», a não ser por causa das febres. A morte de Eleutério em *O Instinto Supremo* (Castro, 1975, III, p. 1047 e seg.) é invenção literária de Ferreira de Castro.

A imagem final, ou apresentada como tal¹⁵, da «pacificação» tem o mesmo feitio nitidamente colonialista, na melhor tradição do século XIX, expondo a imagem mítica do triunfo da civilização sobre a barbárie:

«O grande milagre estava feito: As feras indomáveis, os anthropophagos com os quaes só se podia fallar pela bocca do rifle, tinham pacificamente commigo conversado e trocado presentes durante quasi tres horas! O proprio pessoal do posto não cançou de dizer que elles não tinham nada absolutamente de brutal ou feroz no seu aspecto e no comportamento emquanto lá estavam conversando commigo. Estava feito aquillo que a população do Madeira em peso tinha julgado uma aspiração absurda, e por mais flechas que os Parintintin ainda entendessem disparar contra o posto, eu estava plenamente convencido de que, pouco a pouco, as relações amistosas se haviam de estreitar, até a completa pacificação» (Nimuendaju, 1924, p. 218).

Este episódio grandioso de 28 de Maio de 1922 vem contado por Joaquim Gondim, duma maneira globalmente idêntica ao nível dos factos, mais muito menos grandiloquente e enfática. É também uma questão de civilização e de cultura, desta vez dentro dos próprios brancos:

«Foi então que tomado de visível confiança, um dos selvagens, de pouca idade, aproximou-se de seu protector e d'elle recebeu a dadiwa. O sr. Curt, querendo aproveitar a occasião, tentou manter um dialogo, face a face, com o indio, mas, esquivando-se desta relação cordial, elle sahiu promptamente, e, com outros, deixou o barranco do posto com destino á outra margem, onde comeram [e] dançaram alegremente, depois sumindo-se no seio da floresta»

¹⁵ E na verdade houve numerosos episódios depois desta manhã heróica de 5 de Maio de 1922.

resta. Para o sr. Curt foi um successo esse episodio final, porque, pela primeira vez, um Parintintin recebeu pacificamente um objecto das mãos de um civilisado» (Gondim, p. 35).

De outro ponto de vista, diferenciam-se nitidamente, na relação dos outros eventos, certo pragmatismo humanista sempre presente na atitude e nas palavras de Joaquim Gondim¹⁶, e a ideia fundamental da ordem a ser imposta, com um rigor autenticamente germânico, a este povo desordeiro e brincalhão:

«Antes de tudo expliquei aos indios que nós não formavamos uma empreza particular, avulsa, mas que havia atraz de nós um poderoso chefe cujas ordens cumprimos e que era o senhor de todas estas coisas que elles das nossas mãos estavam recebendo, e de muito mais ainda, e que este chefe não queria que fizessesmos guerra uns aos outros...» (Nimuendaju, 1924, p. 219).

É notável também a rivalidade que sempre existiu entre os «pacificadores», ou como se dizia então, os protectores dos Índios. As ideias bastantes estritas de Nimuendaju nem sempre foram cumpridas como ele queria pelos outros actuaentes, e nomeadamente por Garcia de Freitas. Logo depois de ter elogiado este último, ao voltar das suas ausências curativas, o Sr. Kurt acrescenta:

«Com tudo quiz me parecer que a pacificação não estava em bom caminho. Seguramente, a questão de mais importancia para nós não era esta de alcançar a maior intimidade possivel no trato com

¹⁶ «Eram estes [terçados, machados, facas, utensílios] os presentes com que os pacificadores visavam não só conquistar a amizade dos selvagens como provel-os de instrumentos modernos que, substituindo os de uso primitivo, podessem facilitar-lhes a actividade na lavoura e na pequena industria» (Gondim, p. 26).

estes indios, como parece ter sido o ideal dos meus substitutos, e sim esta de constituir-mos uma autoridade para esta tribo, á qual ella se podia dirigir confiantemente, mas que tambem a atendesse e que os seus maus elementos temessem» (Nimuendaju, 1924, p. 219).

E no fim do relatório do mesmo aparece claramente a luta de poder, e em certa medida de propriedade intelectual, que se pretende tirar da gloriosa empresa. A motivação final do trabalho apresentada por Nimuendaju perante a *Société des Américanistes* é esta, um grito de alarme, a par duma amarga insatisfação perante o rumo tomado pelas coisas, aliás pouco justificada, a não ser por razões pessoais de vaidade e devido reconhecimento:

«Desta forma perdeu-se por completo o trabalho dispendioso e cheio de perigos de um anno. Os Parintintin por hora só attendiam a mim, a Garcia de Freitas e a mais ninguem. Em tempos calculaveis não haverá mais trato pacifico com esta tribo, motivo porque me resolvi a dar publicidade às minhas observações pessoais, reunidas no presente trabalho» (Nimuendaju, 1924, p. 221).

Também não se deve esquecer que as razões profundas da rendição dos Parintintin são muito mais a fome e a miséria do que o gosto imoderado deles pelas maravilhas do mundo ocidental e da modernidade. A cena do saque do posto de pacificação, ocorrida em Julho de 1922, surge-nos como uma espécie de antecipação das pilhagens dos supermercados pelos favelados das grandes metrópoles, nas quais se misturam certa hostilidade e, em maior proporção ainda, as tremendas necessidades dos chamados desfavorecidos:

«Confundido com a onda invasora o auxiliar [Sr. Amaro] e seus subordinados não perderam a necessaria calma, trocando ges-

tos amistosos com alguns indios, enquanto outros, revistando os depositos, procediam a uma verdadeira pilhagem, como se aquillo, para elles, não constituísse um roubo. A limpeza foi quasi total, pois os selvicolas levaram um relógio de parede, machados, terçados, missangas, fazendas e um paneiro com pratos esmaltados. Lançando mão de alguns volumes de milho e feijão, despejaram o conteúdo no terreiro, conduzindo apenas os saccos...» (Gondim, p. 37)¹⁷.

Todo isto remete nitidamente para a ambiguidade fundamental da «pacificação», como o lembra muito oportunamente Joaquim Gondim, talvez o mais lúcido dos comentaristas neste aspecto:

«A proficiente habilidade do auxiliar Curt Nimuendajú conseguiu, de algum modo, modificar alguns actos inconvenientes de muitos Parintintins. Outros, porém, persistiam vacillantes, nas suas attitudes, mostrando-se ás vezes doces e obedientes e, outras vezes, immoderados e rebeldes para com os seus pacificadores» (Gondim, p. 45).

E o episódio, desta vez realmente final, ou seja o passeio turístico oferecido ao Índios em Julho de 1924 até as margens do Madeira, com a bênção do coronel Souza Lobo, confirma duma maneira mais precisa ainda a grande ambiguidade de que falámos há pouco:

«Semelhante recreação não podia deixar de causar, como tem causado, um grande mal para os heroicos selvicolas. A razão é esta: enquanto elles se divertem e passeiam, comettem umas imprevidencias contra o proprio bem-estar, abandonando as suas malocas e deixando de cultivar o solo que tão generoso lhes tem sido com a producção de generos alimenticios...» (Gondim, p. 57).

¹⁷ Ver também Nimuendaju, 1924, p. 218, com as diferenças de perspectivas já apontadas.

A normalização definitiva, ocorrida pouco antes com a simbólica destruição da cerca de arame farpado do posto, não levanta as dúvidas fundamentais. Toda gente canta «*dorokói pendehé*» (a guerra se acabou), o *Times* de Londres apoia e os cientistas norte-americanos de Filadélfia podem começar as suas tarefas de somatologia, além de distribuir calças e camisas (Gondim, p. 56). Mas quem poderia esquecer seriamente neste momento de recepção baptismal que os temíveis guerreiros foram vencidos também pela fome e pela miséria...

4. O primeiro esboço literário: sexo, pavor e exotismo (1922-1930)

Ao mesmo tempo que entram no mundo ocidental, os Parintintin, sem o saberem nem suporem de maneira nenhuma, entram também na literatura...

Esta inesperada promoção pelas letras devem-na àquele que tanto medo deles teve¹⁸, o jovem escritor luso-amazonense Ferreira de Castro, que de regresso à terra natal lança, desde 1922, os seus primeiros ensaios, de teor profundamente expressionista, sobre a matéria exótica recentemente colhida. A figura do Parintintin aparece numa obra chamada da «primeira fase» do escritor, cujo título, *Mas...*,

¹⁸ «Eram o meu terror esses índios. Quase criança ainda, arribada dum meio diferente, quando caminhava pelos varadouros que ligavam as barracas dos pobres cearenses e maranhenses, dispersas na brenha, muito, muito longe umas das outras, esperava sempre ver os Parintintins surgirem por detrás das árvores, as flechas já nos arcos retesados, e abaterem-me num momento e cortarem-me a cabeça e sumirem-se de novo, deixando regressar o pesado silêncio da mata, que só por si me atemorizava intensamente» (Castro, 1975, III, p. 930).

Cf. também a expressão literária deste pesadelo várias vezes repetidas desde *Mas...* até *O Instinto Supremo*.

já por si só tem tanto de provocador, como de enigmático, e que constitui hoje uma raridade bibliográfica, na medida em que, a pedido do próprio autor, nunca houve reedição desses esboços estéticos.

Estamos plenamente na tradição indigenista, com alguns ressaibos parnasianos, tradição revisitada aliás no sentido duma exacerbação dos efeitos e vontade de chocar o leitor, a não ser o «burguês», como então se dizia. E para isso, Ferreira de Castro lançou mão das duas características atribuídas aos Parintintin, como a todos os Índios duma maneira geral¹⁹: o impudor, principalmente em relação às regras judaico-cristãs, e o pavor que podia infundir o estereótipo do selvagem, ainda por cima do mau selvagem de que falámos.

Na matéria erótica, o facto de o guerreiro parintintin se ter celebrizado pelo uso da capa comprida de arumã a cobrir-lhe o pénis²⁰ parece ter constituído mais um incentivo para Ferreira de Castro nos gratificar com uma grandiosa cena de cópula silvestre duma audácia igualmente distribuída entre a nudez masculina e a feminina, dentro duma veia de certa glorificação do corpo nu à antiga, bem ao gosto dos modernistas. Vêm primeiro os homens:

«Eram os parintintins a festejar a sua ultima vitoria. Os testículos batiam-lhes nas pernas: – balouçavam-se como badalos. Na carne vermelha e nua dos selvagens havia gemidos voluptuosos

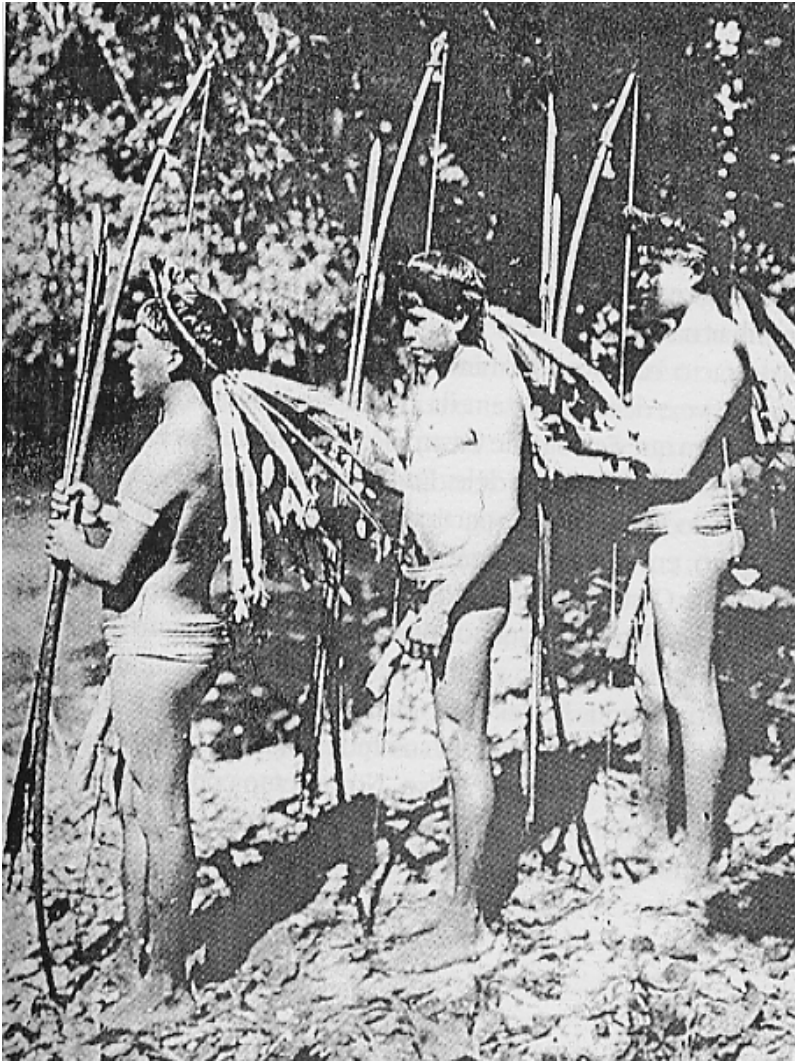
¹⁹ Sobre este assunto, remetemos para o excelente ensaio de Pierre Ragon, *Les Amours indiennes, ou l'imaginaire du Conquistador*, Armand Colin, Paris, 1992.

²⁰ Cf. Nimuendaju, 1924, p. 209 e 221-222. Ver também, ao vivo, o filme documentário de Silvino Santos, *O Paiz das Amazonas* (1922) e os trabalhos de Nunes Pereira em *Moronguetá*, p. 663-679.

Bernard EMERY

que não se ouviam: – mas... adivinhavam-se no retezar e amolecer dos corpos robustos» (Castro, 1922, p. 90).

Segue-se, algumas páginas depois, a vez da parceira feminina, numa mistura de obscenidade bárbara e beleza selvática:



Índios Parantintin, que habitavam a região do rio Madeira
In Abraham Baze, *Ferreira de Castro Um Emigrante Português na Amazônia*, Revista Portugal,
Oliveira de Azeméis, 2001

«Com um golpe só, passando-lhe a mão pela cabeça, o macho fel-a tombar: – de cara para cima. Ela, defendendo-se, suspendeu as pernas: - encolhendo-as, formando angulo: – mostrando então a vagina aberta dum arroxeadado-escuro. Ele mordeu-lhe o pescoço, os peitos, torcendo-lhe os braços, arrepanhou-lhe a pele da barriga com sua mão larga e felpuda: – como se a quizesse suspender pelo ventre encolhido. E a femea estremeceu: – como se um rolo de veludo a acariciasse. Um mundo de sensualismo invadia a tarde» (*ibid.*, 99).

Aliás, o Parintintin literário segundo Ferreira de Castro, nessa fase das suas obras, conjuga perfeitamente Eros com Tanatos. Com o coito vem a dança macabra em torno da cabeça cortada, cabeça essa que não pode ser outra senão a de um infeliz civilizado:

«Mas... já um parintintim trouxera qualquer coisa de preto e esverdeado. Disforme e repugnante: – com uma franja de sangue a balouçar-se na parte inferior: – Era o trofeu. A cabeça apeteçada do ultimo civilizado morto» (*ibid.*, p.89).

Esta (re)criação instintiva e forte, muitas vezes um pouco desmedida nos seus efeitos, está ligada, claro, com a ânsia intensa da floresta e do seu mistério, a «*hantise*» de que falou Blaise Cendrars, que sempre habitou Ferreira de Castro desde a sua imersão no mundo glauco do Paraíso²¹. No entanto, no momento em que estávamos esperando até à saciedade o comum, o corriqueiro das impressões arrebatadoras que se devem criar na alma do leitor, e da mesma maneira que tinham escapado do erótico banal algumas lindas imagens, surge uma inversão totalmente

²¹ « E sobre o vasio da fenda imensa Afranio viu dançar todos os monstros da Lenda: – as danças exóticas do Terror e do Funambulo» (outra vez em *Mas...*, *op. cit.*, p.95).

imprevista do símbolo da cabeça cortada, que confere à encenação uma dimensão revolucionária tanto estética como ideologicamente:

«Cortar-se-iam ainda muitas cabeças: – Todas aquelas que os tentassem atrofiar na civilização. Porque... Os civilizados inventaram um duende macabro: – o trabalho. Sem molestar o corpo o corpo não vivia. O resto daquela cabeça decepada: – aquela própria cabeça: – criaram necessidades inconfessáveis: – para cuja satisfação só o trabalho era remédio. E ali não. A selva dava tudo: – livremente... prodigamente...» (*ibid.*, p. 92).

E vamos assim navegar, com Ferreira de Castro, entre surpreendentes inovações espalhadas dentro de um contexto bastante cheio de lugares-comuns e clichés, tal como o consabido latino-helenismo clássico colado desde o romantismo à imagem do selvícola, o que não é nada mais do que a perpetuação da primeira transposição cultural do monge Carvajal, depois de ter acreditado, ou melhor decidido acreditar, que a expedição de Orellana entrava nas terras das mulheres guerreiras, das conhecidas Amazonas:

«De facto ele [o tuxaua] era o rei da selva. Perpetuador da selvageria poliseular. Que prendia tigres agarrando-os pelo lombo: - com o seu braço forte de ultra-atleta romano» (*ibid.*, p. 90-91).

De muito maior repercussão, e desta vez a nível mundial, através das traduções em mais de vinte línguas, as mais usadas no planeta, será o trecho de *A Selva* em que Ferreira de Castro encena o trágico resultado dum combate entre Índios e seringueiros: os cadáveres trazidos para a sede do seringal do guerreiro parintintin morto a balaço e do seringueiro Procópio degolado... Vamos

encontrar nesta cena os ingredientes que já vinham em *Mas...*, mais refinados do ponto vista estilístico, mas não menos genuínos e bem caracterizados, apesar do escritor ter renegado as suas primeiras tentativas algo paroxísticas. Além disso, é muito significativo constatar que o processo de depuração, *pro pudore et per gloriam litterarum*, não se limitou à mudança de fase literária dentro da obra do escritor, atingiu também as emendas que Ferreira de Castro introduziu na nova redacção de *A Selva* em 1970, processo curioso de remodelação em forma de edulcoração, próprio talvez do artista reconhecido, conceituado, socializado.

Vêm a seguir as duas versões sucessivas do retrato dos mortos:

«Lá estava um homem sem cabeça e outro, vermelhusco, latagão, de longo e luzidio cabelo, como Alberto nunca vira. Do decapitado, nem a veste se reconhecia: era uma pasta de sangue sêco, estendendo-se por todo o tronco e vindo morrer, em nódoas escuras, ao cabo das calças de brim. O outro, não. Sangrentos tinha apenas os lábios, onde viera espriaiar-se, em onda branda, a hemorragia interna, e um pequeno círculo, mui cêrca do coração. Estava nu, no zarcão diluído da sua côr, desde a ponta dos pés à cabeçorra de talhe enérgico – e tudo nêle tinha proporções de fecundador de humanidade primitiva» (Castro, 1959, I, p. 257-258 – versão de 1930).

«Lá jaziam dois homens, um sem cabeça, o outro robusto e bronzeado, de longo e luzidio cabelo negro, como Alberto nunca vira. Estava completamente nu, com um pequeno círculo avermelhado perto do coração e também levemente sangrenta, pela onda da hemorragia interna, a boca semidescerrada. Do decapitado, que se encostava a ele, nem a veste se reconhecia: era uma crosta de sangue, já muito seco, que se estendia por todo o tronco e vinha espriaiar-se, em manchas escuras, junto das calças de brim» (Castro, 1975, I, p. 488 – versão de 1970).

Estas amostras da primeira representação literária de projecção mundial do Parintintin suscitam da nossa parte duas advertências, que não podemos deixar de transcrever antes de concluir sobre este episódio. Primeiro, é quase evidente que Ferreira de Castro nunca se encontrou frente a um Parintintin, que são quase todos de estatura meã ou mesmo baixa, embora muito bem proporcionados (cf. Nimuendaju, 1924, p. 221 e seg.). Segundo, é ainda mais revelador para o crítico constatar que as expressões que Castro cortou, num movimento pudibundo de arrependimento e auto-censura foram as que o etnógrafo Nunes Pereira tinha elogiado num artigo de 1959, vendo nelas uma ampliação mitológica própria para defender melhor ainda a causa dos Índios:

«É evidente que, a um escritor como Ferreira de Castro, empenhado em dar-nos uma obra sôbre a epopéia de Cândido Mariano Rondon, justo será exigir-se, além dos seus inigualáveis dons de inteligência e de cultura, daquela fôrça olímpica do criador de idéias e de emoções (patente em *A Selva* e em todos os seus romances, de uma arte épica e trágica) uma contemplação e uma análise do drama atual do índio brasileiro, seja êle o Parintintin “nu, no zarcão diluído da sua côr, desde a ponta dos pés até à cabeçorra de talho enérgico”, tendo tôdas “as proporções de fecundador da humanidade primitiva”, seja o Kaingang [nação da família jê] com as virtudes patriarcais de um semi-deus mitológico» (Pereira, 1959, p. 49).

Estava-se na altura em que, visitando o Brasil, o romancista foi de novo incitado a redigir um segundo romance sobre a Amazónia, e Nunes Pereira que, desde os anos 30 militava pela causa dos Parintintin, aproveitou as circunstâncias para solicitar um apoio de grande repercussão internacional.

5. O apóstolo Nunes Pereira (1930-1967)

É difícil seguir o rasto identitário dos Parintintin, logo que se misturam com a população das margens do Madeira ou começam a servir os grandes seringalistas, como Seu Manuel Lobo. Aliás, a primeira pergunta que se deve colocar é a do número: quantos eram os Parintintin que através do «posto de pacificação» começaram a diluir-se na sociedade ambiente? Segundo a fria contagem realizada por Nimuendaju, a fabulação tinha sido muito mais forte que a realidade comprovada no terreno:

«Nos nunca vimos reunidos mais que uns trinta e tantos guerreiros, e durante a minha ultima permanencia no Posto de Pacificação dos Parintintin no Maicy-Mirim vi em 5 semanas uns 180 indios de ambos os sexos. Faltaram uns 30 ou 40 que são conhecidos no posto mas que não vieram durante este tempo e, dando mais um acrescimo, porque pode haver individuos – mas não bandos! – que, por qualquer motivo, não puderam ou não quizeram nunca se apresentar, até a data da minha partida, teremos para a tribu Parintintin um numero total de 250 cabeças, no maximo» (Nimuendaju, 1924 , p. 204).

E esta avaliação acaba por espantar o próprio etnógrafo, no que se refere à capacidade que tiveram os Índios em defenderem o seu território durante tanto tempo, sendo tão poucos. Fazendo um curioso cálculo puramente especulativo, ele chega a certa definição matemática do heroísmo:

«A terra dos Parintintin tem, por conseguinte, uma densidade de população de 0,01 por kilometro quadrado e, dado que esta tribu de 250 almas possa produzir, quanto muito, uns 50 homens de combate, chegamos ao resultado verdadeiramente phantastico que cada um dos seus guerreiros é sufficiente para conservar livre de estabelecimentos inimigos a area colossal de 440 kilometros quadrados do territorio da tribu!» (*ibid.*, p. 204).

Mas, qualquer que seja a glória do passado, o presente já era outro e este pequeno grupo recém-saído duma vida silvestre teve que enfrentar, naturalmente, o processo bem conhecido de aculturação e vadiagem, a «*clochardisation*», como a chamaram certos sociólogos franceses, a que se deve acrescentar o perigo mais directo ainda das doenças. Desde 1924, e após a «excursão» do Madeira oferecida ao Índios, Joaquim Gondim já denunciava o perigo, comum a todas as comunidades envolvidas numa mudança tão radical de seus costumes e meio ambiental:

«Por outro lado resulta que, da sua promiscuidade com civilizados, no rio Madeira, alguns têm contrahido a gripe catarrhal e outros males contagiosos, ficando assim expostos ao perigo da vida e, quiçá, da depravação moral, porque não faltarão individuos inescrupulosos que os procurem induzir ao vicio da embriaguez» (Gondim, p. 57).

Depois de Joaquim Gondim, e com a mesma abordagem cordialmente humanista a opor-se ao cientismo condescendente de Nimuendaju, o grande e verdadeiro amigo dos Parintintin foi o etnólogo Nunes Pereira²², que, no decorrer de suas pesquisas, tinha visitado no final dos anos trinta o seringal Paraíso²³. Fizera parte, aliás, do grupo de intelectuais e cientistas reunidos no seringal Três Casas pelo seu esclarecido dono, Manuel de Souza Lobo. O académico Moacyr G. Rosas faz o retrato dele nesses termos:

²² Foi ele que forneceu a Ferreira de Castro a caixa com terra do seringal, que o escritor tinha pedido sem sucesso ao dono do Paraíso, em 1936 (cf. Pereira, 1956).

²³ Cf. o pitoresco artigo, «Seringal Paraíso/O Inferno de Ferreira de Castro», *Jornal de Leituras*, Rio, Set. 1956.

«Naturalistas, geólogos, botânicos, etnologistas, poetas, escritores, homens e mulheres ilustres sentavam suas tendas em Três Casas e, inspirados, alentavam os seus estudos. Dentre êstes se destaca o nome de Nunes Pereira, membro proeminente da Academia Amazonense de Letras e insigne etnólogo brasileiro, cuja amizade, entre êle e Souza Lôbo, acesa pela admiração mútua, foi um modelo, ainda hoje venerado pelos rebentos de ambos homens de inteligência» (Rosas, p. 5).

Persistindo corajosamente na missão de defesa romântica do Índio amazonense, já aberta por Joaquim Gondim (Gondim, p. 6), Nunes Pereira tornou-se o verdadeiro apóstolo da causa dos Parintintin, ilustrando de belíssima maneira a tradição cultural deles na sua obra principal que foi o *Moronguetá, Um Decameron indígena* (1967). Aliás o próprio título desta colectânea de lendas e tradições índias foi-lhe inspirado por uma palavra do dialecto dos Parintintin:

«Cuaã²⁴, além de nos esclarecer que moronguetá significava conto, história, lenda, narrativa de fatos autênticos e imaginários, adiantara que, dentre “as experiências de Baíra”²⁵ e aventuras de outros heróis míticos, muitas se destacavam pela particularidade sutil das anedotas obscenas ou de certas pilhérias que os civilizados contam ou fazem entre si» (Pereira, p. 14).

Mas, além de tentar conservar em *Moronguetá* a herança cultural dos indígenas, entre os quais figuram em lugar de relevo os Parintintin, Nunes Pereira nunca deixou de defender com incansável tenacidade e redobrada vivacidade de expressão a causa

²⁴ Membro da nação Parintintin, tornou-se seringueiro, sob o nome de João Mesquita, nas propriedades de Manuel Lobo (cf. Pereira, 1959).

²⁵ Herói fundador (cf. Pereira, 1967, p. 553 e seg.).

aparentemente perdida da conservação da comunidade dos «heróis indígenas» do Madeira. Já em 1959, apelando para Ferreira de Castro, que tinha sempre o projecto de escrever sobre a «pacificação» dos Parintintin, denunciava desta maneira o rumo fatal para o futuro dos Índios que acabava de constatar na sua situação:

«Livre outrora²⁶, o índio, naquela região como noutra latitude de qualquer do Brasil, perdeu a sua liberdade, perdeu as suas terras, perdeu a sua comunidade, estruturada à base milenar desse direito, perdendo, como nós outros civilizados, a sua **pátria livre**²⁷. Sua condição de trabalhador escravo, ao lado dos seus companheiros do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, não se beneficia com uma autêntica assistência tutelar da Nação e tão pouco com essa legislação social que atende, insuficientemente, o operariado.

É um pária rural, como o lavrador, o vaqueiro, o garimpeiro e tantas outras figuras — que só encontram panegiristas as vespersas dos [*texto truncado*] por prosseguir a caça ao índio no Amazonas, Pará, Mato Grosso e Paraná; — daí o esbulho sistemático de suas terras, pelos colonos e grileiros insaciáveis, com a conivência de governadores e outras autoridades que o deveriam proteger» (Pereira, 1959, p. 48-49).

Juntou de novo a sua voz às dos defensores do Índio brasileiro, em 1967, no já aludido *Monronguetá*, mostrando-se mais pessimista ainda sobre o futuro das comunidades integradas desde 1922-24 e criticando, como muitos outros, o papel desastroso do SPI, que ia em breve transformar-se na FUNAI:

²⁶ Vide também a conclusão deste artigo.

²⁷ O negrito é do original.

« Desse golpe [de misericórdia], porém se incumbiria o próprio Serviço de Protecção aos Índios, sem condições técnico-científicas e sem recursos orçamentários para objetivar uma incorporação rigorosa dos remanescentes daquela tribo à vida nacional. Hoje, largados à própria sorte, entre o Bamburral e o Maici, o Ipixuna e o Ururapiara, em terras de Três Casas ou do Paraíso, pouco menos de duas centenas de indivíduos restam daquela famosa tribo de guerreiros indígenas. [...] Trabalham em roças próprias ou dos seringalistas, que os admitem em suas terras, cortam seringa, apanham castanha, prestam serviços domésticos, servem de comboieiros, de remadores e tripulantes de motores» (Pereira, 1967, II, p. 545-546).

6. A aporia neolítica (*O Instinto Supremo*, 1968)

O apelo lançado em 1959 ao escritor de renome internacional que era então Ferreira de Castro foi atendido, mas sem dúvida de uma maneira um pouco dúbia, com a publicação, em 1968, outro ano mítico deste século, de *O Instinto Supremo*. Com efeito, o último romance do escritor de Ossela modificou profundamente a perspectiva sugerida por Nunes Pereira deslocando, desde o título, a questão do destino dos Parintintin para um debate filosófico, e mesmo metafísico, sobre o lema rondoniano «morrer se for preciso, matar nunca», uma questão escolástica no primeiro sentido da palavra, digna da mais velha tradição grega e a seguir cristã, como no romance *A Missão*, o que confere à obra, cheia de reminiscências já bem longínquas da época do Paraíso, uma aparência de absolvição geral de todos os pecados, fossem dos brancos ou dos Índios, e de reflexão bastante discutível sobre a noção de civilização. O livro de Ferreira de Castro aparece

também como um ensaio novelístico de conciliação, ou reconciliação, com o Brasil (ou pelo menos com o Brasil oficial, o do *establishment*, do politicamente correcto), como o foi a segunda viagem do autor em 1971, bastante confidencial, em plena ditadura militar. Neste âmbito, o terreno do rondonismo não podia ser de melhor escolha.

Já tínhamos apontado num artigo recente²⁸ aquilo que chamamos então o «evolucionismo superficial ou rudimentar», com a famosa asserção posta na boca do «doutor» (sic) Nimuendaju e comentada pelos outros, segundo a qual «todo o homem nasce parintintin» (Castro, 1975, III, p. 1114) e que culmina, no episódio do primeiro encontro, com a cena grandiosa da «divisória» entre os brancos e os índios, do outro lado da qual...:

«Bonifácio ligava romanticamente a um panorama antigo o desenrolar das primeiras cenas: era o Neolítico, desdobrando-se nas suas últimas fases, já tão distantes, que se lhe patenteava agora...» (Castro, 1975, III, p. 1070)²⁹.

Não voltaremos portanto às críticas que se podem dirigir a Ferreira de Castro sobre este aspecto e, através dele, sobre a visão tragicamente errada de considerar que a barbárie existiu apenas numa infância, totalmente indefinida aliás, da humanidade. O século XX

²⁸ «A Amazônia e a (re)invenção do luso-tropicalismo: o caso de *A Selva*», *Leituras da Amazônia*, n.º 1, Manaus, 1999, p. 101-103.

²⁹ Notemos de passagem que Ferreira de Castro, além de não dizer isso por conta própria, se salva pelo advérbio «romanticamente», como foi romântica a defesa dos Índios por Gondim e Pereira. Mas reincide dramaticamente (e mais pessoalmente) no erro algumas páginas depois (LEL, III, p. 1158)...

que se desenvolveu quase todo em infindas convulsões belicosas e que se acabou na mesma encarregou-se de demonstrar o contrário, e o futuro, seja ou não religioso, como alguns se atrevem a prognosticá-lo, não dá muitos sinais de poder fugir à regra. O que mais nos interessaria agora seria mostrar que, por detrás, e apesar da aporia evolucionista, a abordagem de Ferreira de Castro não carece de um profundo sentimento humano e de uma visão bastante inteligente daquilo que sempre constituiu a civilização. Assim, na mesma página em que surge a malfadada «divisória», quando o romancista diz que a esperança é tornar os Parintintin «menos escravos da sua tremenda autenticidade», a lição é perfeitamente válida para qualquer imbecil europeu, para o assassino, o violador, e muitos outros ainda, incluindo os criminosos de guerra. Constitui, isso sim, uma válida lição filosófica.

Da mesma maneira, deparamos com algumas cenas de grande riqueza humanística, ou mais exactamente antropológica, nas quais o debate especulativo sobre as origens da humanidade é felizmente substituído pela descrição de reacções espontâneas mais gratas para quem acreditar na sublimação humana pela inteligência ou certa conscientização dos instintos chamados primários. A principal é sem dúvida a que chamaremos do riso, nascido assim de repente num momento de tensão entre o velho Parintintin e os «auxiliares» do posto:

«Tardando também o índio a perceber que desejavam vê-lo a repetir a mímica inicial, em tão desconchavados gestos os três se aventuraram, que todos à parte o velho, acabaram rindo do burlesco que eles próprios fabricavam. E foram esses passos de farsa que

produziram rapidamente, sobre os refreamentos assim demolidos, uma imprevista familiaridade, viva humanização a nível igual, que os brindes, mesmo os mais fascinantes, não haviam podido criar» (Castro, 1975, III, p. 1142).

Pode ter sido imitação, ou melhor coincidência pertinente, mas esta peripécia tem grande semelhança com outra muito mais antiga na tradição do encontro do Outro, na qual intervêm também um velho e nada menos que o almirante da frota portuguesa, Álvares Cabral, desta vez no papel do Índio velho a fazer contraponto à deflagração do riso. É uma parte riquíssima do conhecido relato de Pero Vaz de Caminha nas praias de Porto Seguro:

«Trazia este velho o beijo tão furado que lhe caberia pelo furado um grã dedo polegar. E trazia metido no furado uma pedra verde, ruim, que çarrava por fora aquele buraco. E o capitão lha fez tirar e ele não sei que diabo falava e ia com ela para a boca do capitão para lha meter. Estivemos sobre isso um pouco rindo e então enfadou-se o capitão e deixou-o» (Caminha, p. 57).

Este relacionamento profundo com o texto considerado como fundador do luso-tropicalismo e dos seus valores privilegiados volta a aparecer em dois outros episódios também representativos de um verdadeiro progresso civilizador de que a humanidade se pode mostrar capaz. Trata-se da intervenção das mulheres «que nem as suas naturezas recatavam» (Castro, 1975, III, p. 1141)³⁰ e da alegria geral comunicada pela música e pela dança, na qual ninguém sabe

³⁰ Cf. Caminha, p. 45: «... e suas vergonhas tão altas e tão çarradinhas e tão limpas das cabeleiras que de as nós muito bem olharmos não tínhamos nenhuma vergonha.»

«se eram os selvagens que ascendiam a civilizados, se os civilizados que se integravam prestemente na selvajaria...» (Castro, 1975, III, p. 1168)³¹.

É de notar que a segunda destas cenas tão ricas de reminiscências, a da dança, aliás ligada à questão da nudez, aparece com as mesmas cores de convívio e calor humano no relato de Joaquim Gondim, bastante longe do recato e da severidade científica de Nimuendaju:

«Terminada a ligeira distribuição de brindes, os índios puzeram-se a dançar alacremenente no terreiro, cantando as suas canções guerreiras e soprando gaitas de bambú. As mulheres, agora expansivas, procuravam dançar com os trabalhadores, os quaes se excusavam por meio de gestos delicados, permittindo apenas que ellas os levassem pela mão até o scenario das danças» (Gondim, p. 42).

Mas o detalhe cénico, com toda a certeza inventado por Ferreira de Castro, e talvez o mais revelador não apenas do seu humanismo luso-tropical, mas sim do seu sentido tão agudo da solidariedade proletária, realçada no romance com o personagem de Jarbas, é o momento, belíssimo, em que os Parintintin tentam derrubar a cerca e em que Jarbas faz para si mesmo esta reflexão:

«Eles também cospem nas mãos, quando fazem grande esforço com os tacapes...Como os pobres trabalhadores de enxada...» (Castro, 1975, III, p. 1125).

³¹ Cf. Caminha, p. 58: «Passou-se então além do rio Diego Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer, e levou consigo um gaiteiro nosso, com sua gaita, e meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos. E eles folgavam e riam e andavam com ele mui bem, ao som da gaita.»

7. E agora, José?...: da aporia à aletheia (visita à aldeia Traíra, 2 de Setembro de 1999)

A aldeia Traíra (cf. mapa), uma das três habitadas hoje em dia pela gente de nação Parintintin, encontra-se à beira do igarapé Traíra a alguns quilómetros da Transamazónica num local agreste ao sair da mata. As habitações são as tradicionais do caboclo brasileiro do interior, mas sem nenhum sinal de subdesenvolvimento ou miséria.

O acolhimento aos visitantes estrangeiros faz-se duma maneira festiva e convivial, com algumas reminiscências guerreiras no início, e o uso de muitas pinturas a carvão³². Depois do baptismo em língua local dos recém-chegados, são executadas algumas danças tradicionais, ao toque da flauta³³, debaixo do tapiri que se encontra no centro da aldeia e que serve ao mesmo tempo de escola e de sala de reunião.

A conversa que tivemos com o cacique e os outros membros da comunidade, antes de participarmos dum almoço com a comunidade toda, desenvolveu-se durante uma hora e

³² Como o notava, aliás, Joaquim Gondim: «... curiosos desenhos que adornam a cutis, feitos a tinta de jenipapo e carvão de castanha queimada» (Gondim, p. 53).

³³ Numa disposição bastante parecida com a que relata Gondim (p. 14): «Dispostos em fila, no terreiro, elles marcham de frente até uma certa distancia e tornam a voltar ao ponto de partida, de vez em quando soprando as suas gaitas de bambú ou dando pigarros isolados como quem está preparando a garganta para um grande concerto.»

Na aldeia Traíra a fila única é substituída por pares, homem e mulher, agarrados um a outro.

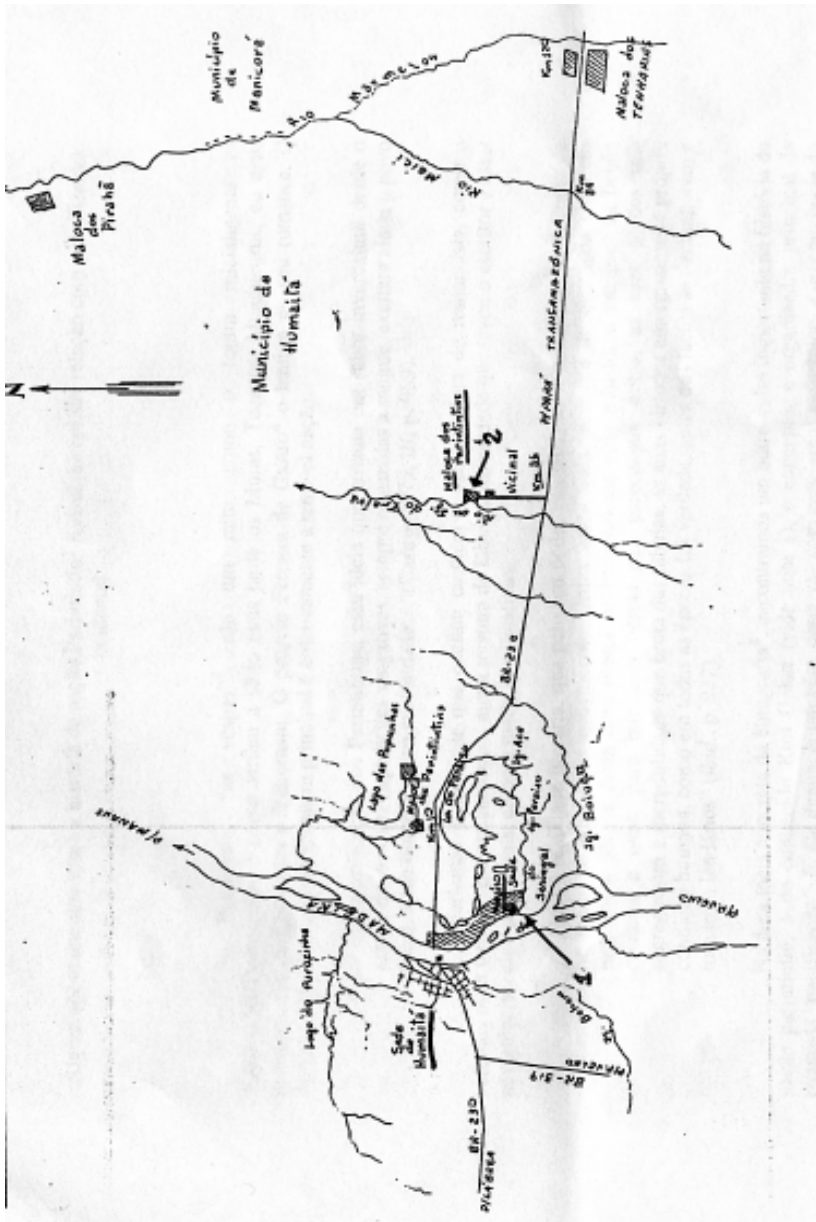
meia com grande cordialidade e sem a menor prevenção³⁴, logo que foi explicado, claro está, o motivo da gravação que pretendíamos executar, ou seja uma investigação sobre a memória que o povo Parintintin tem da chamada «pacificação» e da integração deles na sociedade brasileira. Gostaríamos de transcrever com breves comentários as respostas mais representativas que nos foram dadas, sucessivamente pelo antigo cacique Manuel Lopes, em língua tupi com, a seguir, tradução em português, e pelo novo, de nome Domingos, num diálogo bastante animado em excelente português, que toda a gente, aliás, fala fluentemente.

Sobre a época do Paraíso e dos primeiros contactos, conserva-se presente a memória do nome de Caetano Cetauro, o sertanista dos Monteiro, mas além disso, e desde o início, surge uma interessantíssima inversão das perspectivas que constitui a nosso ver a chave para se entender a atitude dos Parintintin deste final de século nas suas relações com o resto da comunidade brasileira:

«– Foi difícil fazer amizade com homem branco, como é que foi?
– Não, quando está assim, quando está tão grave, é difícil de encontrar com eles... Depois de amansar a eles, bom, aí deixam.»³⁵

³⁴ O que confirma a opinião de Joaquim Gondim (p. 11): «Communicativos e joviaes, mas de uma jovialidade expansiva, os Parintintins falam com muita expressão e desenvoltura, sabendo insinuar-se, pela *sympathia*, no espirito de qualquer pessoa que delles se aproxima.»

³⁵ Operámos uma classificação temática, numa conversa que não tinha a mínima estruturação cartesiana, mas as palavras dos intervenientes foram escrupulosamente transcritas a partir da gravação ao vivo.



1. Vila Ferreira de Castro – antigo seringal Paraiso
 2. Aldeia Traira
 Levantamento topográfico realizado por Moisés Cezário (Humaitá)

Quanto às reminiscências da guerra mantida durante tanto tempo com os vários invasores, fala-se ainda, mas sem muita precisão cronológica, dos últimos ataques lançados na época em que Nimuendaju (nome conhecido, claro) veio a «fazer contrato», isto é a paz, com os Índios:

«Quando Nimuendaju fez contrato com os Parintintins, a última viagem³⁶ que fez meu avô [fala Manuel Lopes], pai desse cacique cá de Urupiara contou, foi matar, foi aí mesmo, foi a última [vez]³⁷ que matou seringueiros, mataram seis.»

Além da notável inversão dos papéis que notamos, esta noção de contrato é também fundamental. Se resumirmos as coisas do ponto de vista Parintintin: a presença dos estrangeiros na terra que antigamente foi privativa dos Índios pode ser tolerada na medida em que eles, de certa forma, «pagam» o seu direito de permanência ajudando os autóctones com subsídios, material e novidades da sociedade industrial. É o que, segundo entendemos, constitui o contrato, palavra que volta frequentemente a aparecer.

No que se refere a Nimuendaju, põem-se em relevo a sua nacionalidade, considerando-o como alemão e não como brasileiro, e a sua competência em matéria de pesquisas, mas sem muita precisão no que diz respeito à natureza dessas investigações:

«Ali o que [fez] o finado Lobo [Manuel Lobo], que era um

³⁶ No sentido de expedição militar.

³⁷ As palavras entre colchetes correspondem às correções gramaticais necessárias à boa compreensão do discurso ou a substituições hipotéticas de palavras pouco audíveis na gravação.



Aldeia Trafra da Nação Parantitin — Vista parcial.



«Baito», lugar de reuniões, escola e convívio

Bernard Emery, a 02 de Setembro de 1999.

proprietário tão grande, ali em baixo... em Três Casas, foi [para] a Inspectoria daquele tempo. Aí a Inspectoria, o que fez, fez contrato com Nimuendaju – que ele é alemão – eu pelo menos não sabia, mas é uma história que veio a contar muito antigamente, até o meu irmão foi até S. Paulo atrás dessa história...

Chegaram dia 9 de Janeiro, dia 9, o alemão para fazer pesquisas, sabe como que é, tinha uma experiência tão grande.»

Ao abordarmos a questão central da chamada «pacificação», tivemos nitidamente a impressão de que tudo procedia de um conhecimento indirecto dos factos, sendo interessante, no entanto, na falta de revelação de grande novidade, a interpretação desses factos por parte dos Parintintin. É muito clara a ideia de que tudo se fez em pé de igualdade, como requer a noção de contrato, e não é menos evidente a atracção pelos objectos ou técnicas novas que se exerceu numa população então reduzida à situação miserável de silvícola. A única finalidade da guerra era, em suma, obrigar os brancos a pagarem o que deviam e ela podia terminar logo que o dito contrato fosse devidamente respeitado:

«Que nós aqui ninguém está sabendo, mas ele contava [meu irmão] antigamente sabe: foi mil novecentos e vinte uma (sic), e foi o contrato com os Parintintins. O que é que o Nimuendaju pensou para o lugar mais perto para o contrato, ia sendo o Paraíso, ali acima do... (*está procurando o nome*) uma mangueira logo acima da ponte, Igarapé açu... Desceu por aqui por uma canoa mais ou menos vinte quilómetros, colocar a canoa onde o igarapé Traíra passa, descer por aqui, desceu... Era Nimuendaju, finado Garcia [Garcia de Freitas], Manuel Lobo, chamado, que era antigamente, que gostava de fazer contratos, ele já sabia se ele ia fazer contrato com os Parintintins, que eram os Parintintins mais todos os guerreiros que tinham, mas não era para aqui matar...
– Para se defender?»

Bernard EMERY



Bernard Emery, a 02 de Setembro de 1999.

«Baito», lugar de reuniões, escola e convívio

— Não era para se defender. Sabe que é que era, para material, terçados, para se manter, panelas, isso é o problema da briga do índio com branco, era por causa disso... por causa do material, porque não tinha como falar com ele para pedir, né, o branco ficava com medo dele e o Índio ficava com medo também, e faziam guerra para tomar aquelas coisas.»

Seguem-se, na nossa conversa, o relato sobre a instalação do Posto perto do rio 9 de Janeiro «para fazer acampamento, para fazer contrato com os Índios» e mais alguns episódios nos quais intervêm os Pirahãs, inimigos dos Parintintins, o que, aliás, explicaria certas peripécias bastantes confusas relatadas tanto por Nimuendaju como por Gondim.

Quando chegámos a tratar da questão da paz, a resposta dos nossos interlocutores foi a seguinte:

«Quando foi de 1925, os Índios, já estava já mais o menos tranquilo, né, conformado já com [o pessoal]. Ói, de 1925 a 1930, já estava tudo junto [recuperado], já sabiam que não acontecia mais...

O finado Lobo fez contrato com os Índios para manter as coisas...

Paracatu que era o avô dele [do cacique Manuel Lopes], que mandava para todos os Índios, foi para Manaus. Mandaram a inspeção... Fizeram a divisão [das terras]...»

No que diz respeito à organização actual da comunidade parintintin, sobre a qual se exprime principalmente o cacique Domingos, a ideia dominante é a da instauração da democracia:

«Sobre esta pergunta da troca, da movimentação do cacique, é o seguinte né, é que hoje, você sabe que hoje está avançada, já mudou muito de tempo para cá. Então nós, por exemplo eu, né, só fui eleito pr' o cacique por causa devido da minha capacitação, né,

da minha condição, pelo conhecimento e pelo trabalho. Então hoje a coisa mudou, não é como os antigos para trás, os antigos passados, né, que era que tinham que colocar os mais idosos, que tinha de tomar respeito...»

Vem do mesmo interlocutor, *noblesse oblige*, a conclusão que consiste, dentro de certo esquema politicamente tradicional, num apelo à união da gente da nação:

«...porque hoje [de 1992 para cá] se a gente não tiver unido, e não tiver união, a gente não consegue nada.
Estou aqui pela confiança da comunidade...»

Conclusão

Na nossa própria conclusão não vamos tentar uma vez mais propor uma solução para a complicada questão da integração cultural e económica das comunidades indígenas, ou semi-indígenas, dentro da sociedade amazonense e brasileira em geral. Além do carácter altamente hipotético de qualquer asserção sobre o assunto, a tarefa ultrapassaria o âmbito do nosso trabalho que pretende apenas propor uma visão crítica de tantos lugares-comuns ou mesmo erros veiculados desde o início da chamada epopeia parintintin. O que é mais relevante a nosso ver é a afirmação do direito à autoctonia por parte dos membros actuais, e futuros, da etnia, e da noção fundamental para eles de contrato, uma maneira de afirmar tanto uma identidade, sempre ameaçada, e ainda mais num contexto de mundialização, como uma posição original, raramente assinalada e estudada, de sobrevivência económica.

Terminaremos com uma advertência linguística, que tirámos

duma carta de Manuel Lobo a Nunes Pereira, escrita de Três Casas em 11 de Setembro de 1940, sobre a expressão do conceito de liberdade na língua parintintin. A resposta do seringalista ao etnólogo abre horizontes especulativos bastantes interessantes, a serem devidamente meditados:

«Junto a esta encontrarás uma nota com os vocabulos que me pedistes. Não foi possível obter o vocabulo — livre — porque na acepção que queres elles³⁸ não tem, ou desconhecem por completo...»

Talvez a linguística, a impiedosa linguística, tenha realmente a última palavra...



³⁸ O sublinhado está no original.

Bibliografia

- BRAGA, Rogério, *Notícia histórica de Humaitá*, Manaus, 1987.
- CAMINHA, Pero Vaz de, *Carta a el-Rei dom Manuel*, [1500], INCM, Lisboa, 1974.
- CASTRO, José Maria Ferreira de, *Obras*, Lello & Irmão, 4 vols., Porto, 1975.
- «Uma Recordação», ms. datado de 3 de Outubro de 1914 e conservado na Biblioteca de Ossela.
- *Obra completa*, Aguilar, 3 vols., Rio, 1959.
- FREITAS, José Garcia, «Os Índios Parantintin», *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, T. XVIII, Paris, 1926.
- GONDIM, Joaquim, *A Pacificação dos Parintintins*, Manaus, 1925.
- LOBO, Manuel de Souza, *Carta dirigida a Nunes Pereira*, Três Casas, 11 de Set. de 1940 (doc. dact.).
- MONTAIGNE, Michel de, *Essais*, [1588-1595], Le Livre de Poche, 3 vol., Paris, 1995.
- NIMUENDAJU, Curt, «Os Índios Parintintin do Rio Madeira», *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, T. XVI, Paris, 1924.
- [***] «The Cawahib, Parintintin, and Their Neighbors», *Handbook of South Americans Indians*, vol. 3, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Washington, 1946.
- PEREIRA, Nunes, «Ferreira de Castro e o Índio brasileiro», *Leitura*, Rio, 1959, p. 48-49.
- *Moronguetá, Um Decameron indígena*, [1967], 2ª ed., Civilização Brasileira, 2 vols., Rio, 1980.
- ROSAS, Moacyr G., *Um Senhor amazônico*, doc. dact., s.d.
- VIVEIROS, Esther de, *Rondon conta sua Vida*, Livr. S. José, Rio, 1958.

A dimensão socio-antropológica no romance

Emigrantes de Ferreira de Castro

Célia Marques PINHO

1.1 As relações entre o escritor e o sociólogo

A sociologia da criação literária ao analisar a obra enquanto facto social, simultaneamente individual e colectivo, contribui para o entendimento da obra numa relação dialéctica e crítica com a realidade. Ao considerar a obra literária como um fenómeno social não se pretende, contudo, negar a presença do universo psico-afectivo do autor, está-se, sim, a afirmar a existência de determinantes do processo histórico e de estruturas socio-culturais presentes no texto.

Com efeito, as relações entre literatura e sociedade são por demais evidentes. São múltiplos os reflexos da trama social nos textos literários. Tal como afirma Claude Duchet (1979), todo o texto literário contém em si as marcas das condições socio-históricas que

presidiram à sua produção e às suas leituras.

A análise recai, assim, sobre o romance *Emigrantes* cuja temática se centra em torno do percurso migratório da personagem principal – Manuel da Bouça – enquanto obra literária susceptível de revelar as representações sociais sobre a emigração portuguesa para o Brasil no início do século XX.

É sem dúvida interessante conhecer a importância da experiência migratória através da abordagem do percurso socio-cultural do autor; isto é, o facto de ter emigrado para o Brasil e de ter contactado desde muito novo com outras culturas e o modo como essa vivência se reflectiu na sua actuação enquanto escritor e obviamente enquanto actor social e cultural .

Convirá ter em linha de conta que o escritor, não deixando de ser um criador, atribui à sua escrita uma função eminentemente social. Nesta perspectiva a construção do romance é condicionada pela sua própria vivência e pelo contexto socio-cultural e político-económico no qual a obra emergiu.

É, sobretudo, essa teia de relações que se estabelece entre o universo social vivido e representado que se nos afigura pertinente. Privilegiar-se-á, por conseguinte, o cruzamento entre a interpretação sociológica, a antropológica e a literária que se traduz – usando uma expressão de Augusto Santos Silva (1997) – numa forma de *abordagem poliédrica*.

Nesta linha de análise, partimos do pressuposto de que o campo literário pode ser entendido como um campo de produção

social e cultural e, nessa medida, possibilitar um conhecimento socio-antropológico de uma determinada realidade.

Com efeito, tal como tem vindo a ser sublinhado por diversos autores, «a literatura sempre foi um auxiliar precioso do sociólogo: mesmo quando se trata de pura ficção, o envolvimento afectivo do escritor é capaz de transmitir uma imagem da época em que se situa, através dos sentimentos que descreve, dos contextos que extrai da realidade quotidiana, dos valores a que faz referência. Quando, para mais, a acção da narrativa é colocada no presente e no local em que o próprio escritor se situa, o contributo que da obra se pode extrair para melhor compreensão das teias e dos papéis sociais, das situações factuais e dos conflitos emocionais do quotidiano, apresenta uma relevância acrescida» (Rocha-Trindade, 1998, p.297).

Pierre Bourdieu é um dos sociólogos franceses da actualidade que mais se tem debruçado sobre o estudo das relações entre os escritores e os sociólogos. A literatura ocupa assim um lugar de destaque na sua obra, levando-o a desenvolver uma teoria sobre a natureza do campo literário e a sua relativa autonomia no mercado dos bens simbólicos. A sua análise reflexiva dos textos literários de Flaubert e Faulkner revela uma estreita ligação entre o sociólogo e o crítico literário. Ele próprio se define como um intelectual exercendo uma função crítica que transcende a sua própria identidade profissional para se constituir como porta-voz das grandes causas sociais. São suas as seguintes afirmações cujo conteúdo partilhamos inteiramente:

«Le travail du sociologue s'apparente au travail de l'écrivain

(...) comme lui, nous avons à faire accéder à l'explication des expériences, génériques ou spécifiques, qui, à l'ordinaire, passent inaperçues ou restent informulées. (...) les écrivains nous enseignent bien davantage: pour ma part, ils m'ont aidé à échapper aux censures ou aux présumés qui sont impliqués dans la représentation scientifique ou positiviste du travail scientifique» (Bourdieu, 1992b, pp. 178, 179).

A literatura e a sociologia estabelecem, assim, frequentemente, pontes que interligam o modo de expressão ou de representação da realidade social. As histórias de vida são um exemplo dessa interligação do estudo dos fenómenos sociais recorrendo à estrutura narrativa¹. Tal como este sociólogo, a luta profissional de Ferreira de Castro foi a de tomar consciência da sua própria autonomia como escritor e actor social. A sua participação activa em jornais e revistas contribuiu para promover a produção e distribuição de bens simbólicos, constituindo-se como uma voz crítica contra os poderes estabelecidos e capaz de denunciar a violência simbólica que subjaz a todas e quaisquer lutas sociais.

Bourdieu reitera a ideia de que os sociólogos não devem pretender rivalizar com os escritores, mas podem encontrar nas obras literárias indicações extremamente úteis que lhes estão

¹ Em *La Misère du Monde* (1993) Paris, Ed. Seuil, Bourdieu recorre a modos de expressão próprios do domínio literário. *La Misère* é feita de histórias de vida contadas na voz dos próprios actores sociais. São histórias comoventes em que cada uma constitui um retalho do tecido social, revelando ao grande público o jogo cruel do poder e dos campos de força.

vedadas pela censura característica do campo científico:

« Les sociologues ne doivent et ne peuvent pas prétendre rivaliser avec les écrivains (...) mais ils peuvent trouver dans les oeuvres littéraires des indications ou des orientations de recherche qui leur sont interdites ou dissimulées par les censures propres aux champs scientifiques (...) et leur travail d'enregistrement ou d'analyse peut ainsi faire surgir des discours qui, sans être inspirés par une intention proprement littéraire peuvent produire des effets littéraires ou poser aux écrivains des questions analogues à celles que la photographie a posée aux peintres à la fin du XIX siècle» (Bourdieu, 1992b, p.178). Da mesma forma, o autor ao considerar o cosmos social como um «espace des points de vue», acentua a relação subjectiva do sociólogo com o seu objecto de estudo, que não é senão a sua participação no objecto que analisa. Nesta medida a sociologia reflexiva convida o sociólogo a um trabalho de auto-socio-análise da sua relação com o objecto, que pode estar ligado à sua posição no campo intelectual e ao seu próprio percurso social.

Baseando-nos no quadro teórico-conceitual de Bourdieu tentaremos analisar a génese da escrita do romance *Emigrantes*, na medida em que o seu autor, ao delinear a estratégia da estrutura narrativa do romance em questão e em particular a criação da personagem principal – Manuel da Bouça –, procede a diversas escolhas que poderão ter sido motivadas pela sua inserção num determinado campo social, resultantes da incorporação de um *habitus*².

² O *habitus* corresponde na acepção que lhe confere Bourdieu (1979), ao conjunto das disposições incorporadas que se manifestam num sentido prático.

Neste contexto, a narrativa do percurso migratório de uma personagem singular (Manuel da Bouça), que poderia ser entendido quase como uma história de vida, adquire o estatuto de uma personagem colectiva, na medida em que retrata a vivência de muitos emigrantes, que, tal como ele, quiseram romper com a herança de um passado feito de carências e de privações e resolveram embarcar um dia num «Darro» levados pela miragem do ouro do Brasil.

Se é um facto que o autor procura ilustrar um fenómeno social por intermédio de uma personagem fictícia que interage com outras personagens num determinado espaço social, é também certo que essa personagem principal adquire o estatuto de representante de um determinado grupo social.

Porém, se é certo que o romance se perfila como género literário perfeitamente adaptado à sua «capacidade de modelização do real e de representação ideológica, particularmente talhado para modelizar em registo ficcional os conflitos, as tensões e o devir no Homem inscrito na História e na sociedade» (Reis, 1990, p.350), não podemos no entanto esquecer naturalmente (a par da sua função social), o carácter intrinsecamente estético que distingue a literatura da sociologia, tal como foi observado por Bourdieu (1992b, p.179): «Il va de soi que l'on est en droit d'attendre – que j'attends de la littérature bien d'autres choses que la révélation du réel».

A análise sociológica privilegia a construção do sentido centrada no enunciador e no modo como este, consciente ou inconscientemente, investe no seu próprio discurso. Discurso este que é simultaneamente produto e produção social, constituindo-se como

um modo de articulação entre as estruturas culturais e as estruturas sociais e, conseqüentemente, passível de revelar como é que o indivíduo utiliza as suas experiências pessoais e os recursos ligados à sua posição social, para as inscrever na sua própria leitura do mundo.

O social é igualmente definido em termos de pertença. O discurso e o simbólico que este exprime representam momentos constitutivos de uma prática social. Procurou-se compreender melhor o lugar do simbólico no social, na análise do romance *Emigrantes*, através da existência de uma interacção do social e do cultural, do mesmo modo que entre o individual e o colectivo, uma vez que o destino individual da personagem principal Manuel da Bouça se transforma em história colectiva.

Pressupõe-se com efeito que compreender a obra seria compreender a visão do mundo própria do grupo social a partir do qual ou em intenção do qual, o autor a teria composto e que, mandatário ou destinatário, causa ou fim, ou as duas coisas ao mesmo tempo, se teria de algum modo expressado através do autor, capaz de explicitar verdades e valores dos quais o grupo visado não estaria necessariamente consciente (Bourdieu, 1992a).

O romance *Emigrantes* foi escrito e editado num tempo posterior ao da experiência migratória do seu autor, distante de mais de uma década, o que lhe terá proporcionado uma atitude reflexiva sobre as condições de vida dos imigrantes no Brasil. Embora, naturalmente, não se esteja a partir da concepção unívoca de que os dados da vida real do autor justificam, de um modo directo, os mundos representados no romance, não podemos no entanto alhear-nos do

facto de, a vivência de Ferreira de Castro, como migrante, constituir de facto uma experiência semelhante à do antropólogo no terreno.

1. 2 Relações entre o escritor e o antropólogo

Assim, se por um lado as preocupações de Ferreira de Castro se aproximam das do sociólogo, pela forma como realiza a sua análise social e pela denúncia das injustiças sociais, por outro lado, também se aproximam das preocupações do antropólogo pela forma como descreve as situações vividas no terreno e as integra na ficção romanesca. A experiência do escritor no terreno, enquanto imigrante confere à narrativa, em certa medida a par da ficção, uma escrita que se traduz em alguns aspectos peculiares da descrição etnográfica. É notório um conhecimento profundo do terreno, entendido como os diferentes espaços que servem de cenário às interacções dos personagens que vestem a pele dos actores sociais. Existe, no seu percurso migratório, como que uma situação de *ritualidade de passagem*, tal como ela é descrita por José Ribeiro (1997, p.28) «a decisão de partir é vivida como um drama, o da angústia da separação e o da incerteza em relação ao futuro. Esta separação constitui perda significativa de direitos e a entrada numa situação de ambiguidade, indefinição e profunda turbulência». Atente-se ainda nas palavras de Alexandre Cabral a propósito do cinquentenário da vida literária de Ferreira de Castro:

«Foi necessário que o autor (..) tivesse a coragem de enfrentar com serenidade crítica as dolorosas recordações da sua experiência de emigrante, onde avultam os dilatados quatro anos

passados no inferno do seringal “Paraíso”, de modo a, *transfigurando-as, poder utilizá-las como matéria romanesca*»³.

O próprio escritor valoriza do seguinte modo a sua experiência no terreno: «Para mim, parece-me que a melhor aquisição foi compreender e amar o meu semelhante. Compreendê-lo nas suas fraquezas e nas suas forças, nos seus erros e nos seus acertos, e amá-lo nas suas virtualidades, nas suas maravilhosas realizações e nos seus heroísmos sem história que a vida quotidiana, a miséria, os limites enumeráveis, as aspirações sempre adiadas, impõem a tantos deles com implacável frequência. Compreender os problemas que afligem a maioria dos homens, que os afligem há milhares de anos, enquanto esperam pela justiça que tem demorado tanto. Compreender e fraternizar com os homens, sejam do Barroso ou da Serra da Estrela, da cidade em que vivo ou da aldeia em que nasci, de todas as cidades e de todas as aldeias de todos os países da Terra, por cima de todas as fronteiras e de todas as pátrias. Este acto de compreensão e de solidariedade, que emana não só do muito que sofri, mas também das observações feitas ao longo da minha existência, tantas vezes movimentada como a dos nómadas, sobre a Humanidade de várias latitudes, foi, sem nenhuma dúvida, a melhor aquisição que fiz durante as cinco décadas de sonho literário, que se completam agora, neste ano dum mundo em transformações onde as velhas angústias se somam a novas criações da inteligência humana e as fortes razões de esperança de vida redimida, tão fortes e tão profundas como as que eu próprio tenho»⁴.

³ *In Edição Comemorativa do Cinquentenário da Vida Literária de Ferreira de Castro (1966).*

⁴ Comentário do próprio autor no Prefácio da edição de *Terra Fria* (1966).

Parece-nos com efeito que a permanência de Ferreira de Castro «no terreno», (entenda-se a sua experiência como imigrante no Brasil), terá contribuído de uma forma significativa para a tomada de consciência da condição humana. Como foi salientado por Laplantine (1996), «aller voir sur place», «y être allé», é a forma privilegiada de aceder ao conhecimento.

São precisamente as lutas do homem que estão na génese da sua obra (luta para encontrar um lugar ao sol, luta contra outros homens seus semelhantes, luta por coisas mesquinhas). Decidiu escrever sobre aqueles que «nascem por uma fatalidade biológica (...) quando conscientes verificam que o sol não nasce para todos», apenas alguns têm um lugar ao sol, os outros estão a mais no mundo; «muitos resignam-se, curvam-se perante esta fatalidade, porém alguns vão à luta». É desses «homens que transitam de Norte para Sul, de Leste para Oeste, de país para país, em busca de pão e de um futuro melhor»⁵ que o escritor nos quer dar conta através da sua escrita.

Esta experiência terá sido certamente marcante na formação do seu imaginário social e terá contribuído para a vontade de denunciar a exploração do homem pelo homem bem como as injustiças sociais: «cette révolution épistémologique qui implique un décentrement radical un élargissement du savoir et une mutation de soi-même. (...) C'est seulement en effet l'expérience de la découverte sensorielle de l'altérité à travers d'une relation humaine

⁵ Prefácio da 4ª edição de *Emigrantes*, reproduzido no pórtico da 25ª edição, s/d (imp.1996).

qui nous permet de ne plus identifier notre province de l'humanité à l'humanité et corrélativement de ne plus rejeter le présumé *sauvage* hors de nous-même» (Laplantine, 1996, p.13).

Estamos perante aquilo que poderíamos considerar a prática de uma antropologia reflexiva que, muito embora certamente inconsciente, nos dá uma imagem muito real da percepção do Outro e da reacção à reacção do Outro. A atitude do antropólogo no terreno pressupõe a impregnação e a aprendizagem de uma cultura diferente da sua, perante a qual deverá adoptar uma atitude de disponibilidade perceptiva. Mas não deixa de ser ao mesmo tempo um *olhar distanciado*, na expressão de Lévi-Strauss, porque mais sensível à percepção das diferenças e dos contrastes do que o de alguém que pertence à cultura de origem e que, portanto, vê como sendo natural algo que é profundamente cultural. No seu sentido etimológico de escritura das culturas, a descrição etnográfica consiste em ver e tornar visível, sendo tal como foi descrita por Laplantine (1996), uma actividade de *transformação do olhar em linguagem*, uma vez que é a partir desse tornar visível através das palavras organizadas num texto, que começa a elaborar-se o saber característico dos antropólogos. Obviamente esta actividade implica a capacidade de estabelecer relações entre a visão, o olhar, a memória, a imagem e o imaginário, o sentido, a forma e a linguagem. Sendo certo que a descrição etnográfica consiste na elaboração linguística da experiência da observação no terreno para a qual convergem todos os sentidos (visão, audição, olfacto, tacto, etc), no entanto o processo de escrita não é tanto uma transcrição daquilo que é observado, mas

sobretudo numa construção, no sentido da conjugação de uma série de inter-relações entre o que é observado e aquele que observa: «La description ethnographique, c'est de la réalité appréhendée à partir du voir, mais de la réalité sociale devenue langage et qui s'inscrit dans un réseau d'intertextualité» (Laplantine, 1996, p.28).

Os escritores, tal como os etnógrafos, são os intermediários entre as diferentes culturas. A escrita romanesca desenvolve um interesse particular pelo pormenor tal como a descrição etnográfica, partilhando ambas uma preocupação epistemológica uma vez que qualquer delas pretende *conhecer para compreender*.

Distinguem-se, no entanto, pela dimensão estética na utilização da linguagem, esse «prazer do texto», na expressão de Barthes, característica do literário, dimensão essa que não é inerente ao texto etnográfico, muito embora possa também existir (alguns etnógrafos demonstram nas suas descrições uma grande sensibilidade estética no uso da linguagem). É precisamente esta característica que aproxima, autores como Malinowsky e Joseph Conrad, Lévi-Strauss e Rousseau. Malinowsky foi precisamente um dos primeiros etnógrafos a ter utilizado a técnica narrativa, transformando uma experiência penosa no terreno, numa agradável narrativa antropológica⁶ (Lassave, 1998).

Com o advento do realismo naturalismo como corrente literária, nos finais do século XIX, passa-se a dar uma maior atenção

⁶ Constituem disso exemplo duas obras de Malinowsky : *Journal d'ethnografe* (1985), Paris, Seuil ; *Les Argonautes du Pacifique occidental* (1993), Paris, Gallimard.

à descrição dos grupos sociais apreendidos como fenómenos naturais. O escritor passa a documentar-se o mais possível sobre o assunto de que vai tratar nos seus romances. Pensamos em Eça, mestre da descrição tal como Flaubert e Zola.

Desde as curtas deslocações às estadias prolongadas aos locais onde se vai desenrolar a acção que constitui o espaço social, às reportagens, à recolha de notas, tudo com o propósito de se inteirar *in loco* do modo como vivem as pessoas que vão dar lugar aos personagens dos seus romances. O romance realista naturalista reivindica, de facto, essa função mimética e referencial da literatura ocidental.

Somos assim levados a estabelecer um paralelo entre o escritor e o antropólogo. A literatura, enquanto forma de expressão do pensamento, mergulha as suas raízes na filosofia que, por sua vez, está intimamente ligada à antropologia social e cultural.

O narrador-observador é implicado no espaço experimentado pelo olhar. Tendo em conta as condicionantes espaço-temporais, o seu discurso vai inserir a subjectividade na objectividade do real histórico. É aqui que os olhares do escritor e do etnógrafo se tocam no cruzamento de um saber parcial.

Desta feita, a aproximação entre o discurso literário e o discurso etnográfico permite-nos avançar a ideia de que entre os dois se estabelece uma complementaridade funcional que revela o carácter polidimensional do problema do Outro e, por conseguinte, da alteridade.

2. A construção do romance

Parece-nos justo sustentar que a construção do romance *Emigrantes* obedece a uma elaboração intencional do sentido, de acordo com uma estratégia de produção simbólica subjacente à ideologia do seu autor, a que corresponde uma escolha criteriosa dos temas abordados e desenvolvidos ao longo da narrativa.

Assim, por um lado, o romance conta-nos a história de vida de uma personagem tipo – o emigrante Manuel da Bouça – do seu percurso migratório que corresponde ao de milhares de outros emigrantes de quem não reza a história. Todavia, ao mostrar de que forma se criou e se mantinha o estereótipo do «Brasileiro», *Emigrantes* poderá ter contribuído para a sua desmistificação. Ao dar a conhecer o modo como por via das representações sociais muitos emigrantes se encaminhavam para o «Novo Mundo», procurou demonstrar como essas representações estavam desfasadas no tempo, revelando que, afinal, essa epopeia de ascensão social nunca existiu para a grande maioria dos emigrantes que partiram nessa época. O escritor assume, desta feita, a intenção deliberada de revelar uma certa realidade sobre a emigração transoceânica, particularmente para o Brasil, por intermédio da personagem Manuel da Bouça (mas também para a América do Norte pelo relato do Zé do Aído), evidenciando desta forma os equívocos do mito do retorno afortunado.

As formas de percepção do protagonista bem como das outras personagens representam a mentalidade social de uma



Ilustração de Stuart para a capa de *Emigrantes* (3ª edição)

época, sendo também, naturalmente, condicionadas por essa mesma mentalidade.

Como primeiro plano de análise, o romance dá-nos a conhecer alguns aspectos negativos associados ao fenómeno das migrações, ou seja, enquanto palco onde se travam lutas sociais – entre ricos e pobres; opressores e oprimidos; exploradores e explorados – cujos contornos se assemelham por vezes aos de uma nova forma de escravatura.

Muito embora esta obra tenha como baliza cronológica o primeiro quartel do século XX, não se pode ignorar, contudo, a actualidade do fenómeno migratório, basta pensarmos no que se passa nos nossos dias com os imigrantes oriundos dos Países de Leste, dos Asiáticos e dos Africanos, quantas vezes clandestinos, o que nos vem mais uma vez provar que a História se repete. Restamos a esperança de que no futuro pelo menos alguns erros não se voltem a repetir.

Assim, ontem como hoje, as migrações estão na ordem do dia, mostrando que o fenómeno atinge de uma forma transversal a sociedade como um todo. É claro que estas persistem enquanto houver desigualdades de desenvolvimento e de salários. Portugal continua a ser um paradigma no que diz respeito à emigração/imigração, no contexto europeu. Continua a haver um movimento de saída de pessoas pouco qualificadas (migrações sazonais) tal como aconteceu com as primeiras vagas de emigrantes para o Brasil nos finais do século passado e primeira metade do século XX e mais tarde para a Europa nos anos sessenta.

Um segundo plano de análise (mas não menos importante) mostra-nos os aspectos positivos das migrações enquanto espaço privilegiado para o estabelecimento de relações interculturais. A viagem, a abertura ao Outro, o contacto entre povos de culturas diferentes e o conhecimento mútuo proporcionam, sem dúvida, uma nova atitude capaz de produzir mudanças nas mentalidades.

Ao analisar a obra parece-nos, contudo, importante sublinhar o facto de esta ser uma realidade autónoma que se não confunde nem com o autor nem com o público, muito embora seja também certo que autor/obra/público são momentos não distintos mas coexistentes e simultaneamente presentes na análise. O acto de escrever tal como está hoje institucionalizado no livro, no sistema de edição e na personagem do escritor, tem lugar numa *sociedade de discurso* (Escarpit, 1973).

A interdependência das disciplinas e dos métodos revela-se da maior importância no campo da pesquisa. A obra de arte é de tal modo complexa, que exige um trabalho interdisciplinar, não podendo ser observada de um ângulo apenas, o mesmo é dizer, não se confinando à unicidade de um método único, sob pena de este se tornar redutor.

Todo o escritor ocupa um lugar na sociedade, reagindo a um contexto histórico-social, interpretando-o a partir do seu ponto de vista particular, que se traduz no modo como este dá forma à construção do romance. Todos os elementos enunciados – a posição de classe do autor, as concepções ideológicas e a sua visão do mundo, bem como as técnicas de produção literária – são relevantes

para a construção do romance.

Emigrantes surge-nos, assim, como uma construção na qual o escritor nos descreve a situação de um grupo social, transposta através da mediação da sua visão do mundo, para a estrutura da obra literária.

O autor pretende dar-nos a percepção da personagem principal Manuel da Bouça como se de uma personagem real se tratasse (confundindo-se com a sua própria), a começar pelo local do nascimento: Ossela. Porém as peripécias de um actor individual, correspondem no fundo a uma personagem tipo – o emigrante que se desloca em dois espaços distintos – cá e lá – voltando de novo ao ponto de partida no final da narrativa.

O romance desenvolve uma dialéctica entre o concreto e o geral, o individual e o típico. Interessa-nos conhecer o espaço social entendido como o espaço a partir do qual se forma o ponto de vista do escritor, com o objectivo de compreender a singularidade da sua posição construída no espaço literário. Assim, «procurar na lógica do campo artístico, e em particular do campo literário, o princípio da existência da obra de arte no que ela tem de histórico mas também de trans-histórico, é tratar essa obra como um signo intencional» (Bourdieu, 1992a, p.18). Note-se que o autor submete a produção literária à noção de *campo* trazida da sociologia. A análise da posição do campo literário no interior do campo do poder evidencia a rede de forças que articula o espaço social da obra, homólogo ao espaço social em que ela foi produzida.

De acordo com esta perspectiva, a narrativa revela a estrutura do mundo social no qual foi produzido e que a obra traz à luz do dia, do mesmo modo que revela as estruturas mentais que, moldadas por essas mesmas estruturas sociais, são o princípio subjacente à criação da obra.

Neste sentido, se por um lado a sociologia constitui uma forma de defesa contra a violência simbólica, na medida em que oferece as armas para romper com o desconhecimento que está na base das relações de submissão, (embora muitas vezes inconscientes), dos dominados face aos dominantes; pode por outro lado facilitar o modo de acesso a uma forma de «tolerância social».

Com efeito, o romance *Emigrantes* dá-nos conta das coordenadas ideológicas que o dominam, a saber: o impacto que o actor social sofre quando atingido pela violência de um sistema económico desumano, e as reacções, ou se preferirmos, as respostas desse mesmo actor ao sistema. A construção da leitura, bem como as relações intertextuais que vai permitir, encontram-se condicionadas pela inserção da personagem no contexto da acção da narrativa onde o que está em causa é a representação de um situação colectiva de degradação a vários níveis (social, económico, psicológico) interligados. São estas premissas que implicitamente se encontram presentes na obra, projectando-se sobre o estado de espírito e reacções da personagem.

Como já foi sublinhado, começamos por seguir o percurso migratório de um actor singular, tal como este é representado no

romance pela personagem de Manuel da Bouça que surge, assim, com o perfil do emigrante rural e analfabeto, reagindo às condições do meio. A sua evolução ao longo do romance – como se de uma história de vida se tratasse – dá-nos a conhecer o itinerário migratório (marcado pela trajectória no tempo e no espaço), acompanhando as suas principais etapas, desde as motivações da partida, passando pelas vivências no terreno, até aos processos de decisão que implicam o retorno e as reacções no regresso à pátria, tanto por parte do emigrante, como das pessoas que fazem parte da sociedade de origem.

O mito da mobilidade social ascendente está patente no desejo manifestado pelo emigrante oriundo de meios rurais em passar directamente para o sector terciário, teoricamente propenso à acumulação de riqueza individual, como se pode constatar pela afirmação de Manuel da Bouça: «*não faltava mais nada do que vir ao Brasil para me agarrar à enxada!*»⁷. Por sua vez, a posse de uma casa aliada à preferência por uma profissão independente traduzem este desejo de ascensão social do emigrante.

A tomada de consciência por parte do actor social da sua condição e o desejo de uma rápida ascensão levam-no frequentemente a tomar a decisão de emigrar. Como nota Bourdieu (1992a, p.49), «Existir socialmente é ocupar uma posição determinada na estrutura social e ser portador dessas marcas, nomeadamente sob a forma de automatismos verbais ou de

⁷ *Emigrantes*, 25ª edição, s/d (imp.1996), Lisboa, Guimarães Editores, p.103.

mecanismos mentais». É justamente a tomada de consciência da sua condição e da posição que ocupa no espaço social que leva Manuel da Bouça a agir e a tomar as decisões que, no seu entender, melhor poderão contribuir para a concretização do seu projecto de vida. Disso mesmo nos dá conta o narrador, umas vezes por intermédio da personagem Manuel da Bouça, outras vezes assumindo o estatuto de narrador omnisciente.

De facto, a emigração inscreve-se no corpo social como um *habitus* na acepção que lhe confere Bourdieu. As modalidades de partida, por via das representações sociais, mantêm-se, mostrando a persistência das disposições mentais em relação ao fenómeno da emigração no início do século XX. Época em que, tal como agora, emigrar significava ir ao encontro de aspirações construídas em função das representações sociais dominantes no meio, apoiadas, é certo, no exemplo de figuras reais de um passado próximo – o «Brasileiro de torna-viagem» afortunado –, mas que já nada tinha a ver com a realidade do presente.

3. Perspectiva de abertura ao Mundo e ao Outro

Torna-se evidente que a estadia no Brasil e, particularmente, no seringal «Paraíso» em plena selva amazónica, serviu de inspiração para a matéria romanesca dos seus primeiros romances *Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930), bem como do último, *O Instinto Supremo* (1968). As palavras do próprio autor confirmam isso mesmo: «Nove anos depois (...) Não trazia dinheiro nos meus bolsos de emigrante,

(...) mas trazia um veemente sonho literário e uma riqueza secreta (...) eu duvidava confrangidamente de conseguir realizar as ambições literárias que trouxera»⁸.

A emigração consubstancia-se, assim, como lugar de encontro de indivíduos portadores de culturas diferentes, encontro esse que permite a construção do *sujeito intercultural*. Este é, porventura, o ponto mais rico e mais fecundo em que a questão se pode colocar, corroborando a conhecida afirmação de que uma cultura perdura e enriquece-se abrindo-se a outras culturas.

Convirá termos presente a importância destes actores sociais no desenvolvimento das relações interculturais, na medida em que, se por razões económicas, estes homens e mulheres deixam o seu país e partem em busca de melhores condições de vida, não deixa de ser igualmente certo que «os emigrantes são tomados como homens portadores e transformadores de uma cultura de origem» (Rocha-Trindade, 1976, p.983). Exemplo disso é a diáspora portuguesa que se encontra espalhada pelo mundo em número tão significativo – o que faz com que em qualquer ponto do globo seja possível encontrar resquícios da cultura portuguesa.

O pensamento do autor que está na origem da presente reflexão representa para nós o exemplo acabado de que todo o Homem é individual e, simultaneamente, universal expressando a vontade de mudança no reconhecimento de que a Humanidade é fruto dessa miscigenação cultural. Talvez por isso mesmo o

⁸ Edição Comemorativa do Cinquentenário da Vida Literária de Ferreira de Castro, *op. cit.* p. 294.

pensamento utópico de Ferreira de Castro seja tão actual.

A escrita foi, desde muito cedo, um meio através do qual o escritor afirmou a sua luta contra as injustiças sociais, preocupação essa que vai tornar-se uma constante na sua futura obra, como uma forma de acção na sociedade. Daí o seu interesse no jornalismo (em particular no jornalismo sindical) que constitui o seu modo de vida antes da consagração como escritor. É na qualidade de jornalista que Ferreira de Castro percorre o Brasil, apercebendo-se das diversidades culturais no interior do próprio país e desenvolvendo o gosto pelos contactos interculturais.

Parece, assim, pertinente a reflexão de Paul Ricoeur a este propósito: «Quando descobrimos que existem diversas culturas e não só uma e, conseqüentemente, nos apercebemos do fim de uma espécie de monopólio cultural, seja ele ilusório ou real, somos confrontados com a destruição da nossa própria descoberta. Subitamente, torna-se possível que existam apenas *outros*, que nós próprios sejamos um “outro” entre outros»⁹.

Por seu turno, A. Custódio Gonçalves (1992, p.22) afirma que: «o conhecimento antropológico da nossa cultura passa sempre pelo conhecimento de outras culturas. A experiência da alteridade elabora-se através do encontro de culturas diferentes da nossa e da conseqüente modificação da visão da nossa cultura». Em suma, a descoberta da alteridade permite-nos rejeitar a ideia da pretensa

⁹ Ricoeur, P., «Civilisations and National Cultures» in *History and Truth*, citado por Giddens, A., *As conseqüências da modernidade*, 1ª ed. 1990, Oeiras, Celta ed., (1992), p. 10.

superioridade cultural, da identificação do sujeito a si próprio e das culturas à nossa cultura.

As primeiras tentativas literárias de Ferreira de Castro vão ser publicadas em folhetins nos jornais nos quais colabora, e como o próprio autor o reconhece, vão revelar-se extremamente importantes para a génese do futuro romance *Emigrantes*. Porém, o percurso socio-cultural do escritor não se esgota aí.

O regresso a Lisboa marca o início de uma nova etapa no itinerário que realizou, desta vez para assumir, de uma forma consciente e deliberada, a denúncia das injustiças sociais provocadas por todas as formas de exploração humana de que são vítimas os mais desfavorecidos. O seu propósito ficou claramente definido, assumindo-se como um escritor empenhado nas causas que defendia e na luta por uma cidadania activa.

É sem dúvida esta dimensão do escritor – como actor social empenhado na defesa dos ideais de liberdade – que nos interessa e que Ferreira de Castro vai desenvolver na sua obra, com o objectivo de, através da sua escrita, dar voz àqueles que não têm voz, ou seja, àqueles que não têm possibilidade de se fazer ouvir. Actor esse que, influenciado por modelos culturais diversos e ecléticos, preconiza por sua vez uma mudança cultural no modo de pensar e de viver a relação com o Outro, baseada no respeito mútuo entre as diferentes etnias e as diferentes culturas.

É esta dimensão antropológica subjacente à construção do romance que nos permite afirmar que o escritor transporta consigo uma enorme riqueza socio-cultural proporcionada pela interacção e pelo conhecimento do Outro (em boa parte graças à sua experiência como

imigrante no Brasil) que implica simultaneamente um melhor conhecimento de si próprio como ser social e cultural.

Muito embora a sua actuação se tenha pautado sempre por um espírito independente, alheio aos espartilhos próprios das correntes literárias, não deixa, contudo, de poder ser considerado um precursor do neo-realismo¹⁰.

Em conclusão poderemos afirmar que o acesso à configuração multifacetada do fenómeno migratório implica a diversificação dos lugares de observação. Neste sentido, o romance *Emigrantes* permitiu-nos seguir a trajectória individual de uma personagem, revelando motivações, projectos, comportamentos, tensões, decepções do emigrante enquanto actor social movendo-se num determinado tempo e num determinado espaço económico, socio-cultural e afectivo.

O escritor, por seu turno, assume-se como um actor social empenhado em denunciar as injustiças dando-as a conhecer ao grande público, cumprindo assim uma dupla função socio-antropológica.



¹⁰ A corrente neo-realista corresponde, como o próprio nome indica, a uma revalorização do realismo. Para isso contribuiu a crise mundial de subconsumo iniciada na década de 30. Denota, no entanto, um contraste relativamente à tradição realista : um sentimento de confiança no processo histórico-social. Situando-se nos antípodas da corrente literária precedente que preconizava a arte pela arte, estamos aqui na presença de uma literatura de intervenção, com uma função social por excelência (Reis, 1983).

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre (1992 a) – *As regras da arte, génese e estrutura do campo literário*, trad. (1996), Lisboa Editorial Presença.
- BOURDIEU, Pierre (1992 b) – *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*, Paris, Editions du Seuil.
- CASTRO, J. M. Ferreira (1928) – *Emigrantes*, Lisboa, Guimarães Editores (25ª edição – s/d, imp. 1996).
- CASTRO, J. M. Ferreira (1975) – *Obras Completas de Ferreira de Castro*, Porto, Lello & Irmão.
- DUCHET, Claude (coord.) (1979) – *Sociocritique*, Paris, Editions Fernand Nathan.
- Edição comemorativa do cinquentenário da vida literária de Ferreira de Castro* (1966), Lisboa, Portugália Editora.
- ESCARPIT, Robert (1973) – *Sociologie de littérature*, Paris, PUF.
- GIDDENS, Anthony (1995) – *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 2ª ed.
- GONÇALVES, A. Custódio (1992) – *Questões de antropologia social e cultural*, Porto, Edições Afrontamento.
- LAPLANTINE, François (1996) - *La description ethnographique*, Paris, Nathan.
- LASSAVE, Pierre (1988) - «Retours sur les lieux entre sciences sociales et littérature», in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. CIV, p. 167-183.
- REIS, Carlos (1990) – *Dicionário da Narratologia*, Coimbra, Almedina.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1976) – “Comunidades migrantes em situação dipolar” in *Análise Social* nº 48, 2ª série, vol. XXII, pp. 983-997.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1998) - «Emigração portuguesa: os reflexos na origem» in *Portugal nas Artes, nas Letras e nas Ideias* 45-95, Lisboa Centro Nacional de Cultura.
- SILVA, A. Santos (1997) – *Palavras para um país*, Oeiras, Celta Editora.

«A Selva e a obsessão de Ferreira de Castro pela morte»

Vítor Manuel dos Santos MARTINS

Ferreira de Castro (1898-1974) tem gravada, nas páginas da História da Literatura, a imagem de um escritor profundamente universalista e profundamente humanista. Reconhecida é, do mesmo modo, a sua afeição pelos problemas sociais, pela emigração e pelo Brasil, pelas injustiças e pela exploração, tendo sido esta afeição um factor fundamental para que o autor de *Emigrantes* (1928) fosse instituído como o precursor do Neo-Realismo em Portugal.

Afigura-se-nos, todavia, que, para além desta imagem canonizada, Ferreira de Castro, na sua obra e na sua vida, reflecte uma obsessão pela temática da morte / vida / passagem do tempo e seus efeitos no indivíduo, tornando evidente uma face menos explorada pelos estudiosos de Ferreira de Castro¹.

¹ Diga-se, a bem da verdade, e justiça lhe seja prestada, apenas António Lázaro de Almeida Prado, no seu artigo «O Problema da Morte no Romance *Eternidade* e na Novela *O Senhor dos Navegantes*, de Ferreira de Castro», tocou nesta temática, cingindo-se, contudo, às obras a que o título faz referência.

Avivemos, porém, a evidência, utilizando propositadamente, a título exemplificativo, *A Selva* (1930), obra-prima do autor e que contribuiu decisivamente para a instituição da sua imagem-tipo. Deste modo, dar-nos-emos conta de várias formas pelas quais esta obsessão se torna presente neste título, à semelhança daquilo que aliás se verifica ao longo de toda a obra castriana, facto do qual mais adiante poderemos dar conta, apresentando elementos em que essa obsessão se alicerça. Começemos porém, por *A Selva*, que poderia, à partida, estar distante desta linha de pensamento, por estar tão intimamente associada àquilo que é a faceta mais reconhecida em Ferreira de Castro.

Na realidade, em *A Selva*, Alberto sente o peso da solidão criada pela presença esmagadora e avassaladoramente dominante e envolvente da selva. A selva é a fonte de variadíssimos perigos, que, com ridícula facilidade, causam a morte. A selva encerra em si mesma um oxímoro. A selva é a vida em efervescência e pujança natural, assemelhando-se a um reduto de onde a morte estava afastada: «Solo de constantes parturejamentos, obstinado na ânsia de criar, a sua cabeleira, contemplada por fora, sugeria vida liberta num mundo virgem, ainda não tocado pelos conceitos humanos; vista por dentro, oprimia e fazia anelar a morte.»² Mas ela é simultaneamente fonte de morte, por meios diversos: «(...) aquela irredutibilidade [vegetal] que utilizava os próprios fulgores dos trópicos para acordar a morte

² CASTRO, Ferreira de, *A Selva*, 38ª ed., Guimarães Editores, Lisboa, s/d, p. 85. Doravante, permitir-nos-emos apontar o número da página citada, dado que a fonte bibliográfica será mantida.

nos pântanos e abrir sepulturas mesmo quando eles pareciam glorificar a vida assombrosamente multiforme que nela se desenvolvia; (...)» (p.190).

Assim, se a selva encerra uma multiplicidade de formas de vida, ela encerra também uma multiplicidade de origens de morte. São os próprios animais causadores de morte. É a onça:

«– Mas a onça também é perigosa?

– Ui! Quando está com filharada ou anda no cio, com macho ao lado, se atira a um homem e o faz em pedaços, se ele não foge.» (p.133)

São as cobras, que, existindo em tamanha quantidade e variedade, fazem Alberto temer todas elas, sem distinguir as venenosas das que o não são, tanto mais quanto elas causavam a morte inadvertidamente:

«Na loja de Juca Tristão havia também panaceias para o caso e até os formulários de homeopatia indicavam remédios contra os ofídios. Às vezes, porém, era demasiado tarde quando o seringueiro demandava socorro. Ao extrair o látex ou a caçar, de olhos altos ou farejando ao longe, tocara de passagem na dorminhoca, que se ocultava entre as folhas, e quase não sentira a picada vingativa que dela recebera. Alçava a perna, atribuía a espinho a parte atingida e prosseguia no seu andamento. Quando, finalmente, a realidade se desvendava, já tudo se tornara inútil. Muitas das cruces que apodreciam por detrás do barracão do Paraíso, haviam sido cravadas em sepulturas de homens que tombaram assim.» (p.145)

É o povo aquático que torna perigoso nadar, pois, na sua variedade, existem algumas espécies capazes de «(...) mandar para o

outro mundo...» (p.102) o nadador incauto: as piranhas; os puraquês, electrocutores a um simples toque; «As pirañas, vorazes como os tubarões, pavor de todos os que se arriscavam a nadar ali, saltavam muito acima da tona, desvendando totalmente o corpo esguio e antropófago.» (p.148)

Apenas o sol contribuía para minimizar a sensação mórbida que o monstro selvático exalava das suas entranhas obscuras: «Assim iluminada, causava menos terror, perdendo grande parte do mistério, denso e mórbido, que exalava ao cair da tarde.» (p.88)

Torna-se deste modo natural que aqueles que se vêem presos neste espaço apenas familiar aos índios, também eles um perigo permanente, encarem com maior naturalidade a evidência da inevitabilidade da morte que parece já estar predestinada: «Não é que eu tenha medo dos índios, porque um homem morre em toda a parte;(...) Eu não tenho medo nenhum. Se morrer, morri. Se não morrer... (...)» (pp.90-91); «Quando um homem tem de morrer, não serve de nada o rifle.» (p.106) Mais do que o reconhecimento da inevitabilidade da morte com um quê de resignação, surge também uma desvalorização da própria vida, que, ali, não detinha uma assinalável valia em relação à morte: «A vida dava, às vezes, ainda mais nojo do que a ideia de apodrecermos depois de mortos.» (p.168)

Natural é também a sensação mórbida que se gera no espírito de Alberto e de Firmino, presos na selva, especialmente num momento em que os elementos, em fúria, eram por ela regidos num “(...) concerto cada vez mais alarmante (...) (p.133). Neste ambiente

de impotência face ao poder esmagador da natureza, gera-se, nestas duas personagens «Crescente indolência, sobre um fundo psíquico de irremediabilidade, [que] lhes amortecia a fala. Era uma angústia densa, uma tristeza espessa ver a selva enervada pela invasão pluvial (...) Era um monstro que estava ali, pesado, inofensivo, a bramir um sofrimento que não despertava piedade. E, contudo, nunca, como então, sugeria a vontade de morrer.» (pp.134-135)

Todavia, a selva apresentava-se num momento de desespero como um refúgio para aqueles que fugiam da morte que o calor trazia ao sertão. Na verdade, o calor e a seca que ele origina espalham a morte entre o reino animal e vegetal:

«O Sol, porém queimava cada vez mais: as fontes já haviam perdido a melopeia, transformando-se em tristes lacrimários. A terra começava a arder. Secavam primeiro as plantas, (...) Vinha a aflição, o terror. (...) Caíam mortos os animais, outros volviam-se furiosos e sempre, sempre o Sol dos trópicos a dardejar sobre a terra em brasa os seus raios fatídicos. Um bafo ardente de morte percorria todo o sertão. A própria Lua crestava e já não eram modinhas que ouvia ao som dos violões. Agora, somente gritos de angústia subiam dos pobres casebres até ela e se espalhavam pelo céu, a implorar clemência aos deuses indiferentes.» (p.125)

Desesperados, os habitantes sobreviventes do sertão abandonam-no deixando para trás os vestígios da mortandade: «O sertão ficava abandonado, com suas planuras ígneas e lombas a arderem também. Quem entrasse nele, a trote largo de cavalo, só encontraria destroços, restos das vidas que se foram, esqueletos mirrados (...)» (p.125). Tentam a fuga, «(...) mas muito poucos

chegavam à beira do mar redentor. O pó do caminho ia cobrindo, todos os dias, corpos exânicos de velhos e de crianças, que os abutres, mais tarde viriam devorar.» (p.125) As mães quedavam-se chorando por seus filhos, rezando, mas «Quando a morte se apiedava, já para elas o Mundo tinha morrido há muito.» (p.125)

Os que sobreviviam e chegavam à selva rapidamente, porém, davam-se conta de que haviam apenas adiado a morte, pois haviam efectuado apenas «(...) a troca da terra que matava por falta de água, pela terra que matava por ter água em excesso.» (p.126)

Deste modo, a vida na selva pouco valor parecia ter face ao poder da natureza. O mesmo, porém, sucedia face ao poder económico dos patrões dos seringais, para quem a vida do seringueiro nada representava além da fonte de rendimentos que o seu trabalho criava. Note-se, a título de exemplo, a reacção de Juca em duas situações semelhantes. Quando os seringueiros se aproximavam para fazer as suas pseudocompras, Juca apenas lhes deixava levar aquilo que considerava correcto face à dívida que cada um tinha e ao trabalho que cada um desenvolvia. No caso de um que queria mais farinha, o diálogo finda nestes termos: «- Só dois litros, patrão? Mas, assim, morro de fome...

- É... Tu não podes morrer de fome e eu posso perder o meu dinheiro!» (p.111). No caso de Alberto que, receoso dos índios, pretendia uma arma, Juca recusa-lha, observando o aumento da conta do empregado pouco produtivo. Antes que fosse demasiado tarde, Firmino puxa Alberto para fora do barracão, para evitar que o colega ficasse mal visto pelo patrão. Entretanto, lá dentro, outro seringueiro insistia em ter uma arma para sua protecção. O seringueiro, um

“brabo” de Popunhas, tenta contestar, mas Juca é soberano:

«– Eu não vim aqui para perder a vida, seu Juca!

– Nem eu para perder o meu dinheiro! Saia, saia já da minha vista!» (p.113)

Logo, porém, o “brabo” se conforma, torneando, revoltado, a questão com a sua simplicidade e com a crueza dos factos, que reduzem a importância da sua vida ao valor da conta em dívida: «... Mas, se eu morrer, ele perde mais. Perde toda a conta...» (p.113)

Já Alberto atribuía valor inestimável à vida humana, pelo que se autocondena quando a sua mente, atormentada pela fome sexual, formula a hipótese de, aproveitando um momento de caça, matar o senhor Guerreiro, para abrir caminho até Dona Yáyá:

«“E se o matasse? E se o matasse? Se o matasse... Seria desastre de caça em que ninguém ousaria pôr desconfiança...” (...) “Como podia ele pensar aquilo? Que animal feroz crescia, assim, dentro do seu próprio cérebro, para lhe alucinar a razão? E tudo indigno dele, a quem tratavam com estima.”» (p.164)

Na verdade, a morte já tinha surgido ali por via de motivos semelhantes. Aliás, Alberto recorda mesmo os protagonistas desses casos que condena, para impedir que a sua biografia partilhe com a deles o sangue originado «(...) na vesânica história do sexo.» (p.164) De facto, muitos homens tornavam-se quase animais na ânsia de matar a sua fome sexual, originada por um ambiente aprisionador, em que as mulheres não abundavam: as que existiam, ou estavam ligadas ao seu marido, pai ou patrão, ou era necessário o dispêndio de uma quantia que os homens não tinham.

Deste modo, o grotesco chega a acontecer. Alberto revoltara-se ao tomar conhecimento de um episódio de violação colectiva de uma velha viúva que se negara a satisfazer o apetite sexual dos seringueiros que, apesar da sua idade, a procuravam. O episódio é narrado por Firmino: «Um dia, todos os seringueiros do Laguinho, já convencidos mesmo de que por bem não iam lá, pegaram na velha e levaram ela para o mato e ali foi o que se sabe... Quando a deixaram estava morta, porque o primeiro lhe tinha apertado o pescoço para lhe tirar a resistência.» (p.104) E é Firmino que procura retirar o ar de surpresa enojada a Alberto, esclarecendo-o que, naquele ambiente, o desespero pode conduzir qualquer um a praticar actos que condenara e nunca cogitara ser capaz de realizar: «- Você não sabe o que isto é. A princípio, se se faz uma coisa feia, se fica com nojo de si... mas depois!...» (p.104) Esta realidade viria a ser constatada por Alberto sempre que cogitava na hipótese de recorrer aos animais para se satisfazer sexualmente, o que chega a acontecer, não sem que o nojo se aposse de si. Alberto havia espiado Dona Yáyá no banho e, após o jantar, deambula procurando a calma de que seu corpo carecia. Procura-a na morbidez do cemitério, observando o fogo-fátuo, que o leva a imaginar quais seriam os corpos que lhe davam origem e a questionar qual deles havia sofrido mais por falta de mulher: o Raimundo de Popunhas, o Atanásio, o cearense, vítima de tuberculose, o Cunegundo, «(...)que fora caindo aos pedaços, devorado pela lepra, e cujos restos Alexandrino atirara, embrulhados numa rede, às goelas negras da cova?» (p.168). Porém, o cemitério não acalmara o instinto sexual.

Na mesma linha de grotesco provocado por uma repressão sexual surge um outro episódio. O seu protagonista é Agostinho que mata a golpes de terçado Lourenço, na sequência de um ataque pedófilo a uma menina, «(...) dez réis de gente, corpito por desabrochar, braços franzinos, aos quais se ofereceria uma boneca – e só um cérebro desvairado pensaria em que ela tinha também um sexo.» (p.129)

Partilhando com estes episódios apenas aquilo que têm de mórbido, surge um outro que tem a ver com a morte de um jovem. Através dele podemos notar o comportamento psicológico de Juca. Já nos tínhamos deparado com a concepção que esta personagem fazia da vida dos seringueiros, ou melhor, com o valor que lhe atribuía. Assim, para Juca, a vida dos seringueiros representava apenas uma fonte de rendimento, pelo que a morte de um deles traria como inconveniente a perda dessa fonte, bem como do dinheiro por ele devida. Todavia, quando tal acontecia, Juca sentia mais próxima a sua própria morte, cuja certeza se lhe tornava presente: «Sempre que ali morria alguém, Juca lembrava-se de que também ele havia de morrer e, acordando de repente as suas velhas superstições, sentia-se infeliz.» (p.157)

Fosse quem fosse o morto, a sensação era a mesma. Idêntica não era, contudo, a forma de tratamento ao corpo do falecido. Mesmo no seringal havia distinções sociais entre os simples seringueiros e aqueles outros que de várias formas haviam atingido algum valor ou mérito social dentro do grupo. Deste modo, a lembrança da sua própria morte era afastada por Juca com maior prontidão se o defunto era um simples seringueiro, pois, nesse caso, «(...) despachava-se o

corpo, apenas com a rede onde dormia enquanto vivo, para uma cova aberta na orla da brenha – e tudo acabava prestemente.» (p.157) Não seria o mesmo processo para os outros, pois «(...) mandava o costume que mortos luzindo alguma categoria fruissem honras de caixão e sepultura em Humaitá.» (p.157)

Seria este último o procedimento a ter com o corpo do morto em causa neste episódio, pois era filho do melhor *aviado* que Juca tinha no seringal. Então, Juca teria de suportar por mais tempo a lembrança viva da sua própria morte. Mas, desta vez, a morbidez do momento provocava-lhe ainda maior angústia, dado que sentia a morte do jovem, em vésperas do seu embarque, como um mau augúrio. Não lhe modificavam o estado de espírito, nem o álcool que ia ingerindo, nem as palavras animadoras dos outros a quem a bebida causava alegria e prolixidade. Tendo Alexandrino ultimado a construção do caixão, para a qual todos haviam desejado contribuir, colocando uma tacha, Juca nem olha o cadáver quando este é trazido para o esquife. É durante o transporte do corpo para o seu caixão que sucede, por via da embriaguez de um dos carregadores, um incidente morbidamente risível:

«Mas perto já do esquife, o ébrio descuidou-se, tropeçou e ouviu-se o baque surdo do morto caindo no soalho. Balbino e Alípio levantaram-se rapidamente, ficando transidos ante o corpo de tronco no chão e pernas suspensas grotescamente por Alberto, na atitude de um lavrador atrás do seu arado.» (p.159)

O pai, permanecendo no seu choro ininterrupto, adivinha, pelo ruído, o incidente e ocorre à sala, gritando pelo filho já no

caixão: «– Nunca mais te vejo, meu filho!» (p.159)

Guerreiro, o guarda-livros, actua então no sentido de acelerar a saída do caixão para Humaitá, concebendo que o afastamento do corpo proporcionaria mais paz ao pai e a Juca, que não descansariam enquanto tal não acontecesse. Na verdade, o incidente causara ainda maior mal estar a Juca, que não conseguia afastar do seu cérebro o som do corpo caindo ao chão. Tão transtornado se encontrava que, antes de partir, repetiu a oração e a promessa feita a Nossa Senhora da Nazaré.

Mais grotesco ainda é o episódio que envolve dois cadáveres: o de um índio e o de Procópio. Os índios haviam atacado Procópio, decapitando-o. Então, Manduca e Zé Preguiça dispararam sobre os índios que iam já em festa com a cabeça decapitada enfiada numa vara, sendo um deles morto antes que os restantes fugissem. A descrição dos cadáveres é, de facto, crua:

«Lá jaziam dois homens, um sem cabeça, o outro robusto e bronzeado, de longo e luzidio cabelo negro, como Alberto nunca vira. Estava completamente nu, com um pequeno círculo avermelhado perto do coração e também levemente sangrento, pela onda de hemorragia interna, a boca semidescerrada. Do decapitado, que se encostava a ele, nem a veste se reconhecia: era uma crosta de sangue, já muito seco, que se estendia por todo o tronco e vinha espalhar-se, em manchas escuras, junto das calças de brim.» (p.180)

Era necessário dar destino aos corpos. Coloca-se, então, a questão do que fazer ao índio. Um enterro cristão não seria adequado, pelo que Alexandrino sugere: «É melhor deitar o bicho ao rio, para as piranhas jantarem...» (p.182) Guerreiro inicialmente concorda, mas

logo decide de forma diferente: fazer um enterro próprio dos hereges – fora do cemitério e sem cruz.

Surge, nesta altura, Tiago, inquirindo sobre o destino do corpo de Procópio, afirmando que também ele merecia o rio como sepultura. As palavras do velho escravo provocam a indignação do guarda-livros, que não aceita o desrespeito para com o morto. Tiago, tratado por *Estica*, por causa da sua deficiência, era severo e capaz de sentimentos extremos. Odiava aqueles que o gozavam ou todos os que tinham uma conduta que lhe desagradava, mas nutria grande afecto por Juca: “A seu Juca é capaz de dar a vida; aos outros, por uma simples brincadeira, é capaz de os matar.” (p.182)

O episódio termina com um momento não menos grotesco que aquele em que o narrador nos descrevia o estado dos corpos. Assistimos agora ao transporte do cadáver de Procópio para o local onde haveria de ser sepultado enquanto o do índio permanecia na rede:

«O “Nero” veio de novo olhar e começou depois a lambar a boca e o peito do índio. Mas Alexandrino já se afastava. Era grotesco, no seu macabro, o corpo sem cabeça que ele levava às costas, hirto, negrusco e com um enxame de moscas a persegui-lo denodadamente. Entretanto, farejando comezania lauta, os urubus estendiam, curiosos, de sobre o cajazeiro, o pescoço depenado e asqueroso.» (p.185)

Tiago regressa com maior relevância no episódio que encerra *A Selva*. Na verdade, é Tiago o causador do incêndio que cria um cenário apocalíptico no final do romance:

«Os olhos esbarravam no ígneo espectáculo, amplo e fantástico, como nunca existira ali (...). Mas logo os nervos triunfaram sobre o espanto visual. As chamas enovelavam-se, distendiam-se, como panejamentos trémulos e dilacerados; ora se afuselavam e partiam em muitas línguas, fechando-se lá no alto, em diademas, ora se abaixavam e corriam ao longo do beiral, descendo até envolver os pilares da varanda. Era uma rajada de fogo que se prendera no extremo do barracão, lá onde residia o amo, e lutava pela sua liberdade, empenhada em ir mais longe, ansiosa de se alastrar pelo dorso enegrecido do telhado. O esqueleto cedia e, às vezes, um desmoronamento interior punha nota grave naquele murmúrio brando, mas ardente, de sedas e de asas.

Só as figuras, com as suas expressões e gestos, ditavam sentido dramático à cena grandiosa.» (p.214)

De facto, *A Selva* termina com uma imagem desoladora de morte, pelo cenário nocturno e pelos vestígios do incêndio já saciado da sua voracidade. E, todavia, a natureza seria capaz de, com a sua actuação rápida, fazer esquecer o sucedido, como que anulando o dramatismo do episódio, face ao seu próprio poder dominante. Castro parece criar aqui o paralelo com o próprio humano, obcecado por factos que valoriza mas que, na realidade, nada significam, face ao poder dominante, que anula tudo, inclusivamente os próprios indivíduos:

«A fogueira morria pouco a pouco: as labaredas eram, agora, pétalas duma grande e caprichosa flor, que ia murchando, vagorosamente, ao centro dos escombros. O clarão perdia terreno: (...) o rio fundira-se na noite e os troncos cinzentos das três palmeiras começavam a vestir-se de luto. Quando chegasse a manhã, derramando da sua inesgotável cornucópia a luz dos trópicos, haveria ali apenas um montão de cinzas, que o vento, em breve dispersaria...» (p.220)

Tiago havia sido escravo e prezava, acima de tudo, a liberdade. Deste modo, quando Juca manda para o tronco os cinco seringueiros foragidos capturados, tratando-os como escravos, não lhe perdoa e é radical no castigo: lança o fogo no barracão onde o amo dormia. Não perdoa também a Alexandrino, o executor da ordem de Juca, o único, para além do patrão, a quem não avisara atempadamente do incêndio. A morte seria a punição para ambos.

Quando um dos chicoteados tenta falar com Tiago, este repele-o, afirmando não ter feito aquilo por nenhuma motivação pessoal, mas sim pelo facto de Juca ter atentado contra o valor supremo do homem – a liberdade:

«Não foi por ti nem pelos outros como tu que perdi a minha alma e vou para o inferno! Foi porque seu Juca te fez escravo e aos outros safados que te acompanham. Se estivesse no tronco, como tu, o feitor que me batia lá no Maranhão, eu também matava a seu Juca. Negro é livre! O homem é livre!» (p.219)

Concordando com o que de pecaminoso e de criminoso tivera seu acto, Tiago pede para ser preso e mostra-se mesmo disponível para morrer, uma vez que, dada a sua idade, já não atribui qualquer valor à sua vida: «– Me mande matar, se quiser, branco. Eu já sou muito velho e não preciso de viver mais...» (p.219) Tiago parece estar na mesma linha de pensamentos de Elmano Vaz, em *Eternidade*, ao fazer decrescer a importância da vida com a idade do ser.

Tal como em outras obras de Ferreira de Castro, em *A Selva* é evidente a ligação entre o amor do homem à sua terra e o desejo de a ela regressar antes de morrer. Neste romance, Firmino revela esse

amor e esse desejo, quando afirma: «Se não morrer... o que eu quero é voltar para o Ceará. Sempre que penso na minha terra, sinto uma coisa, aqui, na garganta...» (p.91) Então, questionado acerca da sua família, Firmino recorda a morte da mãe, sendo-nos possível verificar a reacção dolorosa a esse acontecimento, e a tentativa de o ocultar dos outros homens, por vergonha: «Minha mãe morreu o ano passado. Ih, meu Deus, o que eu chorei! Nunca imaginei que um homem chorasse tanto. Eu escondia a cara na rede para o Feliciano e o Agostinho não verem.» (p.91) Atenuava-se o sofrimento com o passar do tempo, mas não passava o remorso por nunca ter podido enviar dinheiro algum à mãe que previra a sua própria morte antes que pudesse rever o seu filho: «“Meu filho: até ao Dia de Juízo! Nunca mais te vejo!”»(p.91)

Castro compreende perfeitamente esta dor pela perda de alguém que muito se amava, pois ele próprio a experimentou e a ela se refere na «Pequena História de “A Selva”». Castro aponta a dor sofrida pela morte de Diana de Liz como a mais forte por ele sentida, maior ainda do que a que reviveu ao escrever *A Selva*, romance marcadamente doloroso pela convivência dessas duas fontes de dor, dada a proximidade temporal existente entre a morte da amada e a publicação da obra: «*A Selva* (...) estava destinada a ser, desde o princípio ao fim, para o seu próprio autor, uma pequena história, uma pequena parcela da grande dor humana, dessa dor de que nenhum livro consegue dar senão uma pálida sugestão.» (p.24)

Esta análise de *A Selva* à luz da temática da morte parece-nos exemplificativa do carácter recorrente e obsessivo que ela ganha se

alargarmos esta análise a todo o corpus literário de Ferreira de Castro. Não o podendo fazer aqui, obviamente, apontemos apenas aqueles traços que consubstanciam a nossa firme convicção de que esta temática assume grande relevância na obra do autor de *A Missão* (1954).

Assim, em primeiro lugar, é recorrente a noção de que a morte é a injustiça máxima a que o homem está sujeito, uma vez que é ela que impede a felicidade total. É a morte que relativiza o valor da vida, encarada como uma fatalidade biológica: ao nascer, o indivíduo já tem o seu fim marcado, seguramente, num momento que desconhece – no fundo, o dia do nascimento é, real e angustiantemente, o primeiro dia do resto da sua vida.

A angústia surge de um desejo profundo: o desejo de perpetuidade. Não é a carta ao irmão longínquo e, na sua essência, a *Eternidade* (1933) um grito desesperado pela impotência humana face à inevitabilidade da morte? Na realidade, como vimos, é frequente a expressão da ânsia de perenidade, e do sofrimento pelo facto de o poder do homem ser limitado e de a sua ciência, no ponto de desenvolvimento em que se encontra, não quebrar esse limite, matando a morte.

Face a esta certeza, surge, em resposta a uma resignação imposta, a revolta, ironicamente promotora de um desejo de apocalipse. O fim de tudo e de todos anularia o isolamento e a solidão criada pela morte anunciada do próprio indivíduo ou a já verificada num ente que lhe era querido. Castro inculca uma capacidade humanamente egotista e sádica: o indivíduo seria incapaz de evitar

sentir um ligeiro alívio ao constatar que outros sofrem como ele ou mais ainda. Deste modo, algumas personagens não conseguem impedir o sofrimento que a alegria dos outros lhes causa, sendo ainda capazes de não se apiedarem por outros que sofrem pela morte de alguém. Na mesma linha de quase sadismo humano, encontra-se o sentimento misto de ódio e de inveja daqueles que, um dia, usufruirão da eternidade, conquistada pela evolução científica.

O homem encerra contradições, e cada indivíduo é detentor de uma idiossincrasia que o faz agir, sentir e pensar de uma forma muito própria. Castro sabe-o bem. Assim, aponta exemplos de indivíduos reveladores de grande apego à vida, apesar de todas as dificuldades ou apesar da idade avançada. Por outro lado, são várias as referências ao desejo de morrer, por meio da eutanásia ou através do suicídio, ao qual recorrem ou desejam recorrer várias personagens, movidas por motivações diversas, mas que, sempre radicam na fuga ao sofrimento, só anulado com a morte.

Afirmemos, desde já, que esta questão do suicídio, bem como a questão maior em que se insere, não são meros temas para glosa literária. Na verdade, estamos perante o reflexo da personalidade de um homem, que, desde cedo, revela alguma atracção mórbida pela morte. Lembremos um episódio que Castro relata, nas páginas autobiográficas incluídas em *Ferreira de Castro e a sua Obra*, de Jaime Brasil³. Um certo dia, no ano anterior ao exame escolar final, o pequeno José Maria assistiu à autópsia de um homem que se

³ BRASIL, Jaime, *Ferreira de Castro e a sua Obra*, Ed. Livraria Civilização, Porto, 1931.

suicidara. Ficou tão impressionado que sentiu dificuldade em dormir, bem como um sofrimento que o levou, infantilmente, a encenar o seu próprio suicídio, tentando imitar o acto daquele homem que vira ser autopsiado.

Se este caso pode parecer pueril, o mesmo não se poderá dizer da intenção de Castro se suicidar em 1931, tendo chegado a redigir uma nota de suicídio, em 3 de Novembro. Nesse texto, o autor de *A Selva* (1930) revela o cansaço de viver, a revolta pelo absurdo e inutilidade da vida e a consciente decisão de evitar mais sofrimento.

Na verdade, para além de vitimado pela septicemia, sentia-se minado pelo desgosto causado pela morte de Diana de Liz. Não consumou o acto, mas a morte não ficou afastada da sua vida. Se já na experiência brasileira vivera de perto a sua presença, pela febre de que padeceu e pelos perigos da selva, a doença fá-lo-ia, novamente, aproximar-se do túmulo, tendo sido antevista a sua morte, em 1953, data em que, à semelhança de 1931, foi redigido pelos jornais o seu necrológio. Aos necrológios se refere Castro num artigo publicado n' *O Século Ilustrado*, com o título «O Último Quarto de Hora da Minha Vida». Neste artigo de 1964, Castro relembra o desejo de morrer, sentido por si quando o sofrimento físico o galvanizara e relembra igualmente a revolta que, desde cedo, sentira pelo facto de a morte ser inevitável, contrariando toda a vontade humana de perpetuidade. Fora esta a revolta que, segundo Castro, dera origem ao seu romance *Eternidade*.

Ou seja, este pendor para uma certa morbidez vai além de uma questão de temática meramente literária, sendo, na realidade,

uma verdadeira obsessão, provinda da vida do autor, cuja história encerra vários episódios de proximidade da morte. O mais marcante foi, sem dúvida, o da morte da sua amada, Diana de Liz.

Não se entenda, porém, que, com estas afirmações, sustentamos que o pendor mórbido revelado na literatura de Ferreira de Castro tenha sido desencadeado por este desgosto. Na realidade, como as obras não canónicas o atestam, julgamos estar perante algo inerente à personalidade de Ferreira de Castro, não consubstanciando uma inclinação oriunda de experiências da idade adulta. Decerto que essas tornaram ainda mais fremente tal inclinação, mas não a originaram.

Aproveitemos o ensejo para observar, igualmente, que esta faceta a que procurámos dar relevo em Ferreira de Castro, é tão originalmente sua, que não faria sentido relacioná-la com o chamado existencialismo que, em Portugal, surgiria muito mais tarde. Alertemos, todavia, para que nestas palavras não se leia qualquer apologia de mais uma precessão literária protagonizada pelo autor. Como já o afirmámos, esta obsessão temática não é seu exclusivo, nem sua criação. Assumiu, contudo, especial relevância neste autor, pessoalmente tocado por ela.

Um reflexo dessa inclinação encontramos-lo, desde logo, no ex-libris adoptado. A esfinge encerra no seu mito o perigo da morte, uma vez que devorava aqueles que, querendo entrar em Tebas, não decifravam o enigma por ela colocado. O livro em cima do qual a esfinge está assente teve durante longo tempo na sua lombada a legenda “Ainda para além da Morte”. Não nos parece despropositado

ler neste ex-libris o desejo de Ferreira de Castro passar as portas de Tebas e eternizar-se através da sua obra. Aliás, este é um desejo que é expresso, como vimos, pelos escritores-personagem de novelas da fase não canónica. Trata-se de um desejo que Castro encontra como móbil de cada artista. É nesse sentido que aponta, desde logo, o título de *As Maravilhas Artísticas do Mundo, ou a prodigiosa aventura do Homem através da Arte* (1963). A ideia é esclarecida no pórtico, quando o autor vê com interesse as obras de arte, por si encaradas como «(...) criações do génio humano, dessas que nos elevam, sobre as misérias da nossa pobre condição (...)»⁴ Nas páginas dedicadas à síntese e conclusão, podemos ler a reafirmação desta forma de encarar a Arte: «Literária ou plástica, a Arte foi sempre uma das maneiras de o homem perdoar à Natureza as dores, os desamparos, os condicionalismos, e as contradições com que ela o tributou. (...) Mas a Arte é também uma forma de o homem agradecer e celebrar os méritos com que a Natureza o agraciou.»⁵

Se foi uma viagem que proporcionou esta obra, foi uma outra que proporcionou a Ferreira de Castro o conhecimento da Córsega, onde apreciou o culto da morte próprio da ilha. Daí, trouxe material para uma conferência proferida na Universidade Popular Portuguesa, em 1934. A sua preocupação em trazer para o seu país a conferência intitulada *Canções da Córsega* confirma a mesma obsessão com a

⁴ CASTRO, Ferreira de, *As Maravilhas Artísticas do Mundo, ou a prodigiosa aventura do Homem através da Arte*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, s/d, página não numerada.

⁵ idem, *ibid*, p.1032



Túmulo de Diana de Lis no cemitério de Ossela

morte, dado que apresenta duas canções fúnebres típicas da Córsega: o *voczero*, apelo à vingança daquele que foi assassinado; e o *lamento*, exaltação das virtudes do morto.

Outro indício da inclinação pessoal do autor de *Emigrantes* (1928) para esta questão da morte é o empenho que teve nos cuidados com a sepultura da mulher da sua vida, Diana de Liz, e com o destino do seu próprio corpo. Na verdade, quem visite hoje Ossela verificará que, do muro que circunda o cemitério, sobressai um cubo correspondente à área ocupada pelo jazigo de Diana de Liz. Este facto, associado ao símbolo alado que, no interior do cemitério, se encontra junto ao túmulo, oferece-nos a leitura de um desejo de libertação da cidade dos mortos, deduzindo-se o desejo de que a alma de Diana de Liz fosse ao encontro da de Ferreira de Castro. Esta interpretação parece-nos ainda mais validada pelo facto de o autor de *A Tempestade* (1940) se encontrar completamente liberto dos muros de qualquer cemitério, pois, cumprida a vontade por si expressa, Castro encontra-se sepultado em plena serra de Sintra, em relação directa com a natureza. É na natureza que as almas dos amantes se deveriam encontrar.

Regressemos aos elementos literários, para prosseguirmos na verificação da recorrência da temática constitutiva da faceta de Ferreira de Castro que quisemos tornar evidente.

Castro é um estudioso da psicologia humana e, por isso, conhece as atitudes dos homens e revela-as. Deste modo, sabe que o indivíduo é capaz de embelezar e aperfeiçoar o ser perdido. Sabe que as recordações revelam o desejo de recuperação de quem se

perdeu, mas não esquece que essas mesmas recordações, tal como os objectos com os quais o morto tivera contacto, constituem formas de causar ou avivar o sofrimento da perda.

Esse sofrimento é desejado, com uma espécie de masoquismo, por algumas personagens, que, em certos momentos, sentem na ausência dessa dor ou na sua não permanência uma traição à pessoa amada. Deve-se esta evolução à passagem do tempo, que actua como um lenitivo, reduzindo o desespero e a obsessão. Castro utiliza esta constatação dos efeitos erosivos do tempo sobre a dor causada pela morte, para tornar ainda mais evidente o absurdo da vida e da morte. Na verdade, se tudo passa, se tudo acaba, se tudo é esquecido... tudo é absurdo e inútil.

Todavia, ou por isso mesmo, a vida individual de cada homem é valorizada, acima de tudo. Deste modo, são vistos mais ou menos criticamente os vários motivos que conduzem, em casos diversos ao tirar a vida de outrém. O lema de Rondon, «Morrer se necessário for; matar, nunca!», fundamental em *O Instinto Supremo* (1968) seria também, estamos seguros, o do humanista que foi Castro. Assim, se, todavia, o sentido de autodefesa e de autopreservação e o sacrifício na luta por um ideal são mais aceites, o crime, a exploração, a guerra e a pena de morte são condenadas por Castro enquanto causadores de morte.

Valoriza-se cada indivíduo enquanto membro de uma espécie que pode apenas contar consigo própria, com as suas capacidades, uma vez que a existência de Deus (grafado com minúscula pelos vários narradores) é posta em causa. Castro, não crendo em qualquer

divindade, considera que a fé num ser divino é originária do desespero pela falta de conhecimento total. A fé é, então, uma tentativa de explicar pela crença aquilo que a lógica e a ciência não conseguiram ainda alcançar. Sendo uma fé, não se trata de uma certeza, o que explica a revolta e a tristeza sentidas mesmo pelos crentes, quando perdem alguém. Ainda assim, Castro permite a algumas personagens que, como ele não acreditam em Deus, cogitar numa existência para além da morte, desejando que da vida se conservassem sentimentos e consciência. Nalguns descrentes o desejo de acreditar em Deus surge para duas finalidades. Em primeiro lugar, para o usufruto de algum consolo que os crentes vão tendo na fé. Em segundo, para a possibilidade de ter algo a que atribuir a culpa da existência da morte. Assim, Deus surge como o criador de uma natureza imperfeita, porque oferece vida efémera, a qualquer momento acabando com a vida inevitável e fácil da morte. Em suma, a natureza é imperfeita, pois foi concebida para fenecer, porque não anulou a morte.

O homem vê-se, então, obrigado a fazer face às suas imperfeições criando formas de as compensar. Assim, as criações científicas são remedeios para a imperfeição humana. Todavia, o homem acaba por cometer um erro ao assumir um papel semelhante ao atribuído a Deus. Ou seja, ao procriar, perpetua a natureza humana, perpetua a imperfeição humana. Em contrapartida, a procriação surge, igualmente, como uma forma de compensação da efemeridade, no sentido em que o progenitor sente na descendência uma forma de imortalidade. Além disso, alguns dos mais reticentes em contribuir para que a imperfeição humana se perpetue, são, por vezes, capazes

de aceitar a procriação como forma de garantir a luta por um futuro melhor. Deste modo, depositam na geração seguinte a responsabilidade de contribuir para o progresso, até que a perfeição se atinja.

Ferreira de Castro é, como vimos, frequentemente apresentado como precursor do Neo-realismo. Verifiquemos, apenas, que se nota com nitidez um pendor realista em vários momentos, nomeadamente: nas descrições dos actos causadores de morte; nas descrições das próprias mortes; na apresentação de características físicas do moribundo e do cadáver recentemente morto ou já em estado de putrefacção.

Por outro lado, nota-se, especialmente na fase inicial da sua carreira, alguma influência de um ultra-romantismo já enterrado. Se se verifica frequentemente nas várias obras canónicas alguma morbidez inculcada por certos recursos estilísticos, na construção de ambientes, cenários, espaços e episódios, as primeiras criações revelam mesmo algum sabor ultra-romântico. Desse sabor partilham algumas ideias apresentadas a propósito dos cemitérios, bem como algumas cenas aí desenroladas.

Concebemos como realisticamente romântica a associação que Castro cria repetidamente entre o amor e a morte. Na realidade, a morte causa o sofrimento de muitas personagens que perderam alguém que amavam. Noutros casos, é o amor que causa o desvario, a decepção, a traição e a morte, pelo homicídio ou pelo suicídio.

Uma outra associação é verificável em qualquer das fases da actividade literária de Ferreira de Castro: a associação da natureza à

morte. Recorrente é de igual modo a construção de imagens de morte, de funerais, de formas de encarar a morte, de reacções ao falecimento de alguém.

Repetida é, também, a noção de que a morte de um indivíduo, especialmente quando se trata de alguém com quem existia algum relacionamento, leva a que o outro sinta mais próxima a sua própria morte, ao ver-se confrontado com a realidade mortal do homem. Assim, surgem vários exemplos de personagens que, sem atingirem o grau de morbidez de outras, se imaginam mortas, preocupando-se também com o seu aspecto, com a sua sepultura, com a imagem que de si ficaria, com a reacção dos outros à sua morte e a memória que delas conservariam, e com o bem-estar dos que ficavam.

Temos, até aqui, feito menção a aspectos relativos à morte enquanto acontecimento físico. Porém, Castro lida, igualmente, com aquilo que apelidaremos da morte ou da reconstrução do «eu». Trata-se de uma morte psicológica, no sentido em que no indivíduo é possível, com o passar do tempo, verificar-se uma evolução e uma transformação da forma de pensar e de agir. Assim, no lugar daquele que existia vai nascendo um outro homem, com outra atitude perante si, os outros e o mundo. É verdade, contudo, que a questão física não está alheia a esta mudança psicológica. Na verdade, a aproximação da velhice e a consciência dolorosa da passagem do tempo, que deixa marcas físicas, na perda de capacidades, contribuem para que algumas modificações se operem no espírito do indivíduo.

Tais modificações podem ser causadoras de dilemas internos e de reacções decepcionadas de quem a elas assiste. A decepção e o

dilema surgem, essencialmente, quando as alterações da forma de pensar influem em casos de ideais que são postos em causa. Ideais como o da luta pela justiça social, da luta pela igualdade, fulcro da mensagem humanista de Ferreira de Castro, em torno da qual a sua imagem tem sido exclusivamente construída e citada.

A esta imagem, que não queremos nem podemos destruir ou negar, desejamos apenas acrescentar-lhe uma outra faceta, tanto mais quanto a vemos intimamente associada àquela já existente. Na verdade, a questão social não se afasta da obsessão com a morte, com a vida e com a passagem do tempo. Por um lado, como vimos, a evolução ou a transformação originada no indivíduo pela passagem do tempo pode influir na forma como esse indivíduo age em relação a um ideal, como seja, por exemplo, o que impulsiona os homens para a luta pela justiça social. Por outro, é o envolvimento nessa luta que origina a morte daqueles que se envolvem no combate.

Além disso, a necessidade da luta é originada na desigualdade social, baseada na exploração e na miséria a que muitos estão sujeitos, não usufruindo sequer do essencial a uma vida digna, acabando, muitos, por morrer à falta de condições básicas. Essa desigualdade tem reflexos mesmo na própria morte, bastando reparar nas várias imagens que são dadas dos cemitérios, onde coexistem, lado a lado, campas rasas, com mausoléus sumptuosos.

Outro aspecto a ter em conta é o facto de que, sendo a morte a injustiça máxima a que os homens estão sujeitos, ela é, tragicamente, a única forma niveladora; a única forma de anular as injustiças sociais. Todavia é ela, ou a consciência deste poder esmagador da

morte, que anula tudo e todos, que cria um estímulo para a luta pelo progresso. É este a única forma de que o homem dispõe para fazer face à sua imperfeição, buscando a cura das maleitas a que vai sendo sujeito, buscando a solução para o seu problema máximo, para o seu limite, para a sua morte. É a fé no progresso que, finalmente, traz algum conforto: para Castro a morte é mais suportável pela crença de que, um dia, ela será vencida.

Concluamos aqui a nossa reflexão, afirmando finalmente que nos parece inegável a existência de uma faceta mórbida em Ferreira de Castro, que perpassa toda a sua obra, conferindo-lhe maior complexidade e riqueza do que aquelas pelas quais já foi justamente reconhecido. Sê-lo-á ainda?...



Bibliografia

Obras pertencentes ao cânone de Ferreira de Castro: *Emigrantes* (1928); *A Selva* (1930); *Eternidade* (1933); *Terra Fria* (1934); *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* (1937); *A Tempestade* (1940); *A Volta ao Mundo* (1944); *A Lã e a Neve* (1947); *A Curva da Estrada* (1950); *A Missão* (1954); *As Maravilhas Artísticas do Mundo* (1963); *O Instinto Supremo* (1968).

Obras de publicação póstuma: *Os Fragmentos* (1975); *Sim, Uma Dúvida Basta* (1994).

ARQUIVO

[Na morte de Raul Brandão]

Ferreira de CASTRO

Morreu Raul Brandão... A notícia cai brutalmente, marfanha-nos e estarrece-nos numa suspensão pânica de todos os sentidos. É ponta de espada que fere ainda mais a fundo o meu doloroso cepticismo sobre a vida humana, esta vida condicional a que estamos sujeitos, esta vida provisória que, analisada a frio, quando a dor rasgou já os véus da Ilusão, nos destrói os mais nobres entusiasmos, nos amortece as mais elevadas aspirações, para nos deixar humildes, pequeninos ante a cruel indiferença do Universo.

Mas essa humildade dói-nos, revolta-nos essa submissão a leis imutáveis, porque a nossa inteligência, que tudo tem vencido, não se sujeita tranquilamente a ser vencida pela morte. Há, em todos nós, o desejo secreto e legítimo de nos tornarmos donos da nossa vida, já que, pelo nosso cérebro, chegamos a ser donos do mundo.

Não, não! Nós não estamos preparados para a morte, nós

difícilmente nos resignamos a acreditar que ela nos leve, mesmo quando a vemos, lívida, descarnada e trágica, entrar em nossa casa.

A morte é sempre uma violência. Uma violência ao nosso espírito, ao nosso todo psíquico, ao nosso natural desejo de viver.

Raul Brandão, que passara a vida a ter medo da Morte, que falava na Morte cem vezes por dia, que fez com a Morte algumas das suas páginas mais geniais, não estava preparado para ela.

Ainda há três dias, no Chiado, ele me falava dos seus próximos livros – da novela «Pobres de pedir» e do terceiro volume das suas «Memórias». E falava-me com entusiasmo pelo seu trabalho, sobretudo pela sua novela, que estava a corrigir, que estava a aperfeiçoar.

Entrámos no «café», sentámo-nos a uma mesa e, como eu notasse que ele apresentava bom aspecto físico, que estava mesmo mais gordo, aquiesceu:

– São os ares da Nespereira...

Foi a primeira vez – recordo-me agora nitidamente – que ele, desde que a nossa amizade se tornou mais íntima, não me falou no seu medo de morrer...

Alto, forte, de traços irregulares, este homem, que abandonou o Exército quando era simples capitão, tinha agora alguma coisa dum general de espectros. Vendo-se os seus olhos claros, que enunciavam fantasmas, compreendia-se imediatamente toda a sua obra. E essa obra é das mais estranhas, das mais singulares que têm sido escritas no nosso idioma. Raul Brandão – preciso afirmá-lo – era o maior escritor português contemporâneo e um dos maiores da Europa. Na

feira de orgulhos e de vaidades, de emulações e de discordâncias em que nós vivemos, dificilmente se concede a um camarada, por mais genial que ele seja, a primazia.

Mas Raul Brandão morreu e esse primeiro lugar pode de novo ser disputado entre os que ficam, livremente. Façamos, porém, ao Mestre, a justiça que ele merece, já que a sua enorme personalidade não ensombra agora a ninguém.

Era fragmentário? Desconhecia o equilíbrio literário, a arte de bem-fazer, de bem enquadrar os assuntos? Sim, tinha todos esses defeitos, tinha todas essas grandes virtudes.

E chegava, por vezes, a ser monótono, de tanto se repetir.

Outros possuem um maior sentido da forma, uma melhor compreensão da plasticidade literária, um maior encanto de leitura. Mas nenhum possuía a soma de génio intrínseco, a forte personalidade que Raul Brandão denunciava.

Nós temos alguns escritores brilhantíssimos e alguns deles com mais talento do que Raul Brandão.

Ele não tinha talento. Ele quase não tinha inteligência. – Ele tinha génio. Um génio informe, trágico, convulso, arbitrário, que se impunha às rajadas, para logo amortecer quando se tornava precisa a composição literária.

No fundo, esta insuficiência, que era a sua maior virtude, que era o que mais salientava, por as deixar isoladas, nítidas, visíveis as suas lufadas de génio, molestava-o. Ele negava-o, mas sentia-se bem que, intimamente, havia da sua parte um leve despeito por não poder ligar às suas as faculdades que os outros camaradas tinham, para



Fotografia de Raul Brandão em 1925, com dedicatória a Ferreira de Castro.
Civilização, nº9, Março de 1929

alcançar o grande público. Daí, alguns livros de transigência, como «Os Pescadores». Daí, o seu desejo pueril de ter grande número de leitores, de vender muito, de vender tanto como os outros colegas.

Poucas vezes o conseguiu e sempre com os seus piores livros. Já ele tinha escrito as suas melhores obras – «Húmus», «Os Pobres» e «A Farsa» – e era ainda um escritor que não vendia 2.000 exemplares. Só as «élites» o liam e essas são tão poucas entre nós que os volumes cobriam-se de pó nos armazéns das livrarias. Foi a minha geração quem descobriu Raul Brandão. Fomos nós que gritámos o seu nome, que o agitámos, que proclamámos à indiferença do País essa obra enorme que tem um lugar único na história da literatura portuguesa.

Seduziam a nossa juventude esses rebotalhos humanos de que se alimentava o génio soturno de Raul Brandão: as suas velhas, os seus derrotados, com as suas aspirações fracassadas, com as suas ambições roedoras, os seus ódios, as suas ternuras – toda essa estarrecedora galeria de ex-homens, de ex-mulheres...

Nessa obra, onde cada monólogo é um desespero, onde cada gesto é uma derrota, vibra uma intensa piedade humana, uma funda solidariedade com os que sofrem, com os pobres, com os humildes, com aqueles para quem Junqueiro desejava, como única felicidade possível, o óxido de carbone.

Acusavam-no, é certo, de ter sofrido influências eslavas.

É possível, sim, que as tivesse sofrido. Mas a sua forte personalidade em breve despiu o alheio e ficou com os seus próprios recursos, que eram muitos e demasiado opulentos para carecerem do

auxílio de alguém.

O que havia de comum entre Raul Brandão e alguns escritores russos era, sobretudo, uma certa semelhança de personalidade, para a qual não concorreram influências literárias.

Ele nascera assim. Os seus olhos eram nórdicos, os seus olhos eram eslavos, os seus olhos falavam constantemente das grandes estepes russas – da sua tristeza, da sua distância e do seu mistério. Quer física, quer espiritualmente, Raul Brandão pouco tinha da raça a que pertencia. Assim, ele teria sido o mesmo formidável escritor que foi se a cronologia o houvesse beneficiado, fazendo-o nascer antes de Dostoiewski.

Mas todas essas acusações, mais filhas dos pequenos despeitos do meio ambiente do que da própria realidade, já passaram. O lugar de Raul Brandão já está vazio. Pode já ser ocupado por outro. Mas, antes disso, ponhamos sobre o peito do Mestre que nos deixa, arrebatado pela morte, a nossa mais profunda, veemente e comovida admiração.

O Século, Lisboa, 7 de Dezembro de 1930.

«A CRUEL INDIFERENÇA DO UNIVERSO»: RAUL BRANDÃO E FERREIRA DE CASTRO

Ricardo António ALVES

*A imensa maioria das biografias humanas são
uma transição baça entre o espasmo familiar e
o esquecimento.*
George Steiner

*Se, desfeita a ilusão de viver, o viver por viver
ou para outros destinos que morrerão também
não nos enche a alma, por que viver?*
Miguel de Unamuno

*Nada há de tão importante para o homem
como o seu estado, nada mais temível para ele
do que a eternidade.*
Blaise Pascal

1. O *Mas...*, que Ferreira de Castro publicou em 1921, numa edição de autor, é um livro invulgar na sua bibliografia. Adversativo, reticente, polémico, rebarbativo, híbrido nos géneros

literários que encerra – do ensaio ao panfleto e à ficção.¹

Um dos textos mais interessantes e importantes é consagrado a Raul Brandão. Largamente judicativo, baseia-se nos três títulos emblemáticos que até então tinham vindo a lume: *A Farsa* (1903), *Os Pobres* (1906) e o *Húmus* (1917):

«O “Húmus” é um grande livro: – a erguer-se no campo florido do pensamento latino: – estercolando revolta, esvrumando miséria e desgraça por todas as junturas: – como o escarro dum gigante solitário sobre os tapetes macios duma sala de anões.»²

Referindo-se ao que de específico existe na sua obra, à Dor e ao Sonho, à Verdade e à Descrença (assim mesmo, com maiúsculas, *ibidem*, p.38), o novíssimo escritor referenciava os espectros que a povoam:

«Raul Brandão não criou personagens. Pegou na Desgraça, na Dor, no Ódio, na Cobiça, na Perversidade e pegou-lhes uma pernas cambaias. E abriu-lhes uma boca disforme.» (*Ibid.*, p.36).

Declarando não conhecer Raul Brandão, desejando mesmo não o conhecer para não se desiludir com o que uma mais do que previsível fragilidade humana pudesse «manchar a transcendência de Raul Brandão pensador» (*ibid.*, pp.37 e 38), o texto em apreço –

¹Sobre o primeiro título «português» do futuro autor de *Terra Fria*, ver Jorge de SENA, «Ferreira de Castro, mas ...» [1966], *Estudos de Literatura Portuguesa-I*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp.207-211; e Ricardo António ALVES, «Ferreira de Castro, entre Marinetti e Kropotkine», *O Escritor*, nº 11/12, Lisboa, Associação Portuguesa de Escritores, 1998, pp. 175-180.

²Ferreira de CASTRO, «Raul Brandão», *Mas...*, Lisboa, 1921, p.34.

aliás , previamente publicado na efémera revista *A Hora*³ – estaria na origem de uma amizade só interrompida em 1930, com a morte do criador da *Candidinha*: «ficara Raul Brandão meu amigo», recordará Castro décadas mais tarde, evocando este primeiro escrito.⁴ Após ter lido o artigo, Brandão escreveria ao seu autor:

«São raras efectivamente as pessoas que em Portugal estimam os meus livros, mas essas bastam-me quando compreendem não o que vale a minha obra necessariamente imperfeita, mas o esforço que faço, para arrancar alguns farrapos ao limbo...»⁵

Na pequena parte da livraria pessoal que se conserva no Museu Ferreira de Castro, em Sintra, existem alguns livros de Raul Brandão, entre os quais a primeira edição de *Os Pescadores* (Lisboa, Aillaud e Bertand, 1923), com uma dedicatória banal: «Ao ilustre escritor Ferreira de Castro, of. o / seu ad^{or} e a^o / Raul Brandão / D^o[?] / 1923».

Mais significativa é a carta sobre *Sangue Negro* (Lisboa, Edições «A Hora», 1923), que Castro então publicara:

«O senhor escreve sem se deter em pormenores inúteis e esco-

³No número 3, em 26 de Março de 1922: «Os grandes peninsulares – Raul Brandão». Muitos dos textos do *Mas...* saíram previamente n^o *A Hora*. Por outro lado, apesar de o livro ostentar a data de 1921 no frontispício, viria apenas a publicar-se no ano seguinte, uma vez que Castro foi pagando a sua impressão à medida das disponibilidades financeiras.

⁴Ferreira de CASTRO, «[Raul Brandão]», *A Unidade Fragmentada. Dispersos de Ferreira de Castro*, antologia e apresentação de Ricardo António Alves, Sintra, Câmara Municipal, 1996, p.235. Texto originalmente publicado em *Raul Brandão – Homenagem no Seu Centenário*, Guimarães, Círculo de Arte e Recreio, 1967, pp. 52-54.

⁵Nespereira, 28 de Março de 1922. In Ricardo António ALVES (ed.), *100 Cartas a Ferreira de Castro*, Sintra, Câmara Municipal / Museu Ferreira de Castro, 1992, p.9. (Cota do documento: MFC/B-1/3904-Raul Brandão/Cx.297.Doc.1.)

lhe sempre para assunto, ao contrário do que fazem para aí todos os fúteis problemas cheios da grandeza e humanidade. É alguém.»⁶

Em 1925, no ano em que Castro publica *Sendas de Lirismo e de Amor* (Lisboa, Edições Spartacus), e *A Morte Redimida* (Porto, Livraria Civilização), o autor de *A Conspiração de Gomes Freire* dirigiu-se-lhe com efusão: «Cada vez mais alto e melhor! Abraço-o pelas suas novelas, que são magníficas.»⁷

No ano seguinte, outra carta entusiástica, muito para além de uma simples fórmula convencional de agradecimento, pelos propósitos que enuncia:

«Se eu um dia puder escrever, hei-de fazer um artiguinho sobre os seus livros. O que me interessou esta última novela *A Peregrina do Mundo Novo!* É extraordinária a sua força, o seu talento e notável o seu trabalho!»⁸

Em finais do mês, um bilhete-postal em que declina o convite para responder a um questionário, termina com esta nota de afecto: «Devem ter-lhe mandado da *Seara* um livro meu – o meu primeiro livro!»⁹

⁶Fragmento incluído no final do livro de Eduardo FRIAS e Ferreira de CASTRO, *A Boca da Esfinge*, Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1924.

⁷Alto, 28 de Outubro [?] de 1925. MFC/B-1/3904-Raul Brandão/Cx.297/Doc.2.

⁸Alto, 7 [?] de Agosto de 1926. MFC/B-1/3904-Raul Brandão/Cx.297/Doc.3.

⁹23 de Agosto de 1926. MFC/B-1/3904-Raul Brandão/Cx.297/Doc.4. Trata-se de *A Morte dum Palhaço e o Mistério da Árvore*, reedição da *História dum Palhaço* (1896), que, como se sabe, foi antecipado de *Impressões e Paisagens* (1890), de certa forma renegado pelo seu autor.

Para além do exemplar de *Jesus Cristo em Lisboa* (Lisboa, Aillaud e Bertrand [1927]), com dedicatória de Brandão e assinatura também de Teixeira de Pascoais, de *Portugal Pequenino* (Lisboa, edição dos Autores, 1930), em co-autoria com Maria Angelina, também dedicado¹⁰, nada mais há no espólio de Ferreira de Castro do punho do autor de *O Padre*.¹¹ Registe-se, contudo, uma informação veiculada pelo publicista e diplomata (e ex-operário tipógrafo anarco-sindicalista) Luís Consiglieri Sá Pereira (1901-1962) – cujo livro *A Noite Sangrenta* (1924) fora prefaciado por Brandão –, em carta enviada do seu posto consular ao autor de *Emigrantes*:

«Você, como eu, tem conhecido o pão que o diabo amassou, triunfa através de sacrifícios sem conta e o que é – a si o deve. Claro q. a minha natural insuficiência não me permite ver até onde você irá. Mas estou certo de q. irá longe, muito longe. Digo-o por mim apenas? Não. Mas Ferreira de Castro é uma pessoa de quem o sr. Raul Brandão me disse, espontaneamente, como quem sente a necessidade de uma confissão, em plena balbúrdia do Chiado, que – “é um homem capaz de conceber, construir, realizar um Livro!” Ora todos sabemos que o Velho é exigente...»¹²

¹⁰ Assinale-se a existência de uma edição ilustrada de *Os Pescadores*, prefaciada por Manuel Mendes (1906-1969). Lisboa, Estudios Cor, 1957

¹¹ Não é de estranhar a exiguidade da correspondência, pois Brandão não era um grande epistológrafo. O maior número de cartas que se conhece para um correspondente – neste caso, para sua mulher, Maria Angelina – fica-se pelos onze espécimes. São conhecidas dez missivas para Columbano Bordalo Pinheiro e sete para Câmara Reis. Ver Guilherme de CASTILHO, *Vida e Obra de Raul Brandão*, Amadora, Livraria Bertrand, 1979, p.481.

¹² Ayamonte, 25 de Janeiro de 1929. In Ricardo António ALVES (ed.), *100 Cartas a Ferreira de Castro*, p. 27. MFC/B-1/2837-Luís Consiglieri Sá Pereira/Cx.221/Doc.2

Depois do texto que se republica agora na *Castriana* – texto que é um editorial de *O Século...* – e até às comemorações do centenário, em 1967, só conhecemos duas breves, embora significativas, alusões de Ferreira de Castro ao autor de *Os Pescadores*, em *Pequenos Mundos e velhas Civilizações* (1937-1938), a propósito de *As Ilhas Desconhecidas* (1926):

«O meu próprio amigo Raul Brandão, personalidade genial, tão compreensiva e tão devotada ao estudo e à absolvição do humano, não compreendeu bem os habitantes da Madeira. [...]

De começo, Raul Brandão sentiu-se empolgado com a beleza da Madeira, cuja paisagem o deslumbrou; mas, alguns dias decorridos, antepôs-lhe, num sentido regionalista, a beleza da sua lareira, da sua casa, em Guimarães.»¹³

«O grande Raul Brandão, que viveu aqui algum tempo, esgotou literariamente, para muitos anos, a alma, a paisagem e os costumes do Corvo.»¹⁴

2. O texto de *O Século* vem na esteira desse primeiro artigo inserido no *Mas...* – descontada a rebeldia juvenil e iconoclasta que povoa todo o livro.

Escrito poucos meses após o falecimento da sua companheira, Dina de Lis (30 de Maio), está ainda muito marcado pela dor dessa perda, que, no curto prazo, lhe traria graves danos de saúde, inclusive psicológicos, deixando-o à beira do suicídio.¹⁵ Essa dor, que se prolongou

¹³Ferreira de Castro, «Madeira e Açores», *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, vol. II, 5ª edição, Lisboa, Guimarães & Cª, 1955, pp.287 e 288.

¹⁴ *Ibidem*, p.316.

¹⁵Cfr.a «Nota de suicídio» em apêndice a Ferreira de CASTRO e Roberto NOBRE, *Correspondência (1922-1969)*, introdução, leitura e notas de Ricardo António Alves, Lisboa, Editorial Notícias e Câmara Municipal de Sintra, 1994, p.221.

pelo resto da vida, a ponto de num texto memorialístico, depois de dobrados os setenta anos, Castro continuasse a referir-se-lhe como «um dos dois [sofrimentos] mais cruéis de toda a minha vida»¹⁶ – só foi apaziguado pelo sortilégio da literatura e pelo amor que a sua futura mulher, Elena Muriel, lhe consagraria desde que se conheceram – no Estoril, em 1936 – até ao fim da vida do escritor.

Castro ainda sangrava quando evocou o velho mestre:

«Nós não estamos preparados para a morte, nós dificilmente nos resignamos a acreditar que ela nos leve, mesmo quando a vemos, lívida, descarnada e trágica, entrar em nossa casa.»

Testemunha-nos também um Raul Brandão permanentemente obcecado com a morte, prolongando no dia-a-dia o terror que lhe assombra os livros:

«Raul Brandão, que passara a vida a ter medo da Morte, que falava na Morte cem vezes por dia, que fez com a Morte algumas das suas páginas mais geniais, não estava preparado para ela.»¹⁷

Reparos que a crítica posterior fez à obra brandoniana, como

¹⁶Ferreira de CASTRO, «A aldeia nativa», *Os Fragmentos*, 2ª edição, Lisboa, Guimarães & Cª [1974], p. 46.

¹⁷José Rodrigues Miguéis, que relatou décadas mais tarde o convívio com o velho escritor, num número que lhe foi consagrado pela *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, intitulado «Lembranças de Raul Brandão» (n.ºs. 122 – 123, 1961), corrobora essa obsessão que surgia por vezes grotesca, pelo carregado das tintas, diante de literatos noviços e deslumbrados: «Era no inverno, e eu tinha as mãos frias, deste inconfundível frio-de-mãos lisboeta. Segurou-mas paternalmente [...]. Não ousando beijar-lhas, eu disse: “É um consolo apertar-lhe as mãos: tem-nas sempre tão quentes!” E ele, sobressaltado: “Então tu não vês que é o calor da morte, orte?!” » *Apud* Guilherme de CASTILHO, *Vida e Obra de Raul Brandão*, p.70

a fragmentariedade, o desequilíbrio, por vezes a monotonia das suas narrativas, são também referidas no texto de Castro: «Sim, tinha todos esses defeitos, tinha todas essas grandes virtudes.» O mesmo se passa com a alegada presença de Dostoievski e outros autores russos, vista pelo autor de *A Selva* como «uma certa semelhança de personalidade, para a qual não concorreram influências literárias» – como viriam a sublinhar mais tarde ensaístas da valia de um Sant’ Anna Dionísio ou um Guilherme de Castilho.¹⁸

«Foi a minha geração que descobriu Raul Brandão.»

As marcas do autor das *lhas Desconhecidas* não têm deixado de fazer-se notar ao longo de várias décadas de literatura.¹⁹ Da geração de Ferreira de Castro (1898-1974), considerando, um pouco artificialmente, escritores nascidos na década seguinte, devemos assinalar, entre outros, José Gomes Ferreira (1900-1985), procedendo, no segundo volume das suas

¹⁸ «Pode ser que uma outra página de Gogol ou de Dostoiewsky tenha provocado um profundo estremecimento na alma do futuro autor da “Farsa” ou dos “Pobres”. Mas o “Húmus” é uma obra à parte. É um solilóquio inconfundível. É um diário sem par na literatura do mundo moderno.» Sant’ Anna DIONÍSIO, «Um singularíssimo pensador primitivo», *Raul Brandão – Homenagem no Seu Centenário*, p.95; «[...] as relativas semelhanças que existem entre uma e outra obra se devem menos a influências recebidas – neste caso de Dostoievski sobre Raul Brandão – do que a um certo parentesco de espírito, a uma certa similitude de organizações mentais, de temperamento, de concepções sobre o homem, sobre o mundo, sobre a vida, sobre Deus...» Guilherme de CASTILHO, «Dostoievski e Raul Brandão», *Presença do Espírito*, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1989, p.135

¹⁹Ver o capítulo III do livro de Álvaro Manuel MACHADO, *Raul Brandão – Entre o Romantismo e o Modernismo*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 85-98.

memórias, a uma «Breve apresentação da sombra do meu mestre secreto (e tão público!) Raul Brandão»²⁰; José Régio (1901-1969), que (não apenas) nas páginas da *presença* – designadamente no importante nº 9, de 9 de Fevereiro de 1928, o número-manifesto de «Literatura livresca e literatura viva» –, não se eximindo a apontar-lhe as pechas, se refere à *História dum Palhaço*, à *Farsa* e ao *Húmus* como contendo «páginas que ele deixa para a eternidade», sublinhando ainda a sua invulgar «imaginação psicológica» como um caso à parte no contexto literário português²¹; Vitorino Nemésio (1901-1978), anotando o «Raul Brandão, íntimo» – «a individualidade mais forte da literatura portuguesa» – na Casa do Alto, em 1927, reportagem que publicou cinco anos mais tarde, em *Sob os Signos de Agora* (1932), e mantendo-o sempre à tona d’água ao longo da obra crónica²²; José Rodrigues Miguéis (1901-1980), o mais novo dos *seareiros* lembrando o «périplo do Chiado» do mais velho, em páginas atrás referidas; João Gaspar Simões (1903-1987), também na *presença*, falou de «páginas extraordinárias duma beleza sobre-humana, plena duma tensão, duma dor abstracta, duma suspensão sobre a realidade, talvez inultrapassáveis», servidas por um léxico «reduzido, mas exacto, forte, expressivo até à criação», que

²⁰José Gomes FERREIRA, *Relatório de Sombras ou A Memória das Palavras II*, Lisboa, Moraes Editores, 1980, pp. 13-17.

²¹José RÉGIO, «Literatura livresca e literatura viva» [1928], *Páginas de Doutrina e Crítica da «presença»*, Porto, Brasília Editora, 1977, p. 55.

²²Ver A.M.B. Machado PIRES, *Raul Brandão e Vitorino Nemésio*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 11-36.

«imprime à sua obra aquela promessa de eternidade que ele não pôde encontrar na vida...»²³; Fernando Lopes-Graça (1906-1994), que, além de compositor, é autor duma volumosa obra ensaística e crítica, portanto cidadão de pleno direito da república das letras (apesar de tal não o entusiasmar grandemente...), assinou o necrológio de Brandão no jornal que então dirigia em Tomar, *A Acção*, salientando que o seu legado «é uma daquelas obras que ou se amam intensamente ou se repudiam violentamente. São assim as grandes obras.»²⁴; Miguel Torga (1907-1995), no seu *Diário*, apontando também ele os defeitos do escritor, não hesita em afirmar: «As suas obras mais falhadas são para mim as melhores. [...] Há lá coisa mais palpitante de seiva, de eternidade, do que certos bosquejos de Raul Brandão!»²⁵; Joaquim Paço D’Arcos (1908-1979), finalmente, recordando o convívio com o «autor de *Os Pobres* e do *Húmus*, em cujas páginas toda a dor e ansiedade humanas parecem debater-se».²⁶

Castro fez com que trouxéssemos parte do rol geracional à liça. E as aproximações podem ou devem ser feitas em especial com aqueles que, tal como ele, se pronunciaram sobre Raul Brandão no devido tempo: desde logo, Régio, mas também Nemésio e ainda

²³João Gaspar SIMÕES, «Raul Brandão, poeta», *presença*, nº 30, Coimbra, Jan.-Fev. de 1931, pp. 2-5 – edição fac-similada compacta, Lisboa, Contexto, 1993 —, incluído posteriormente em *O Mistério da Poesia* (1931).

²⁴Fernando LOPES-GRAÇA, «Raul Brandão» [1930], *Um Artista Intervém / Cartas com Alguma Moral*, Lisboa, Edições Cosmos, 1974, p. 122.

²⁵Miguel TORGA, *Diário*, vols. I-VIII, 2ª edição integral, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 280 — Coimbra, 16 de Maio de 1944.

²⁶Joaquim PAÇO D’ARCOS, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*, vol. II, Lisboa, Guimarães & Cª, 1976, p.57.

Gaspar Simões e Lopes-Graça.

Mais esclarecedor, porém, será verificarmos a recepção do autor de *O Gebo e a Sombra* pelos que tinham outras afinidades com Ferreira de Castro, independentemente de pertencerem ou não à sua geração. E, com felicidade, podemos recorrer aos seus confrades, companheiros de escrita e de ideias, nos livros e nos jornais – nomeadamente, n’*A Batalha*, onde todos colaboraram —, todos convivas da tertúlia da «Veneza».

Julião Quintinha (1885-1968), referindo-se ao seu legado como eventual «*maquette* dum grande obra literária», traçou as linhas de força do filão brandoniano:

«[...] ninguém, mais do que ele, procurou na lama, nas vielas, em todos os subterrâneos de miséria, símbolos e motivos de desgraça, para os embeber de luar e estrelas, para os acarinhar com a sua simpática ternura, numa literatura de piedade.»²⁷

Mais perto de Castro, pela data do nascimento e pela própria essencialidade de ficcionista, está Assis Esperança (1892-1975). O seu percurso literário fez-se a par e passo com Ferreira de Castro, mais modesto o daquele, mas ao qual não faltou uma consagração dos leitores, episódicas versões em língua estrangeira e o Prémio Ricardo Malheiros, da Academia das Ciências, atribuído a *Servidão* (1947). No ano do centenário testemunhava Assis o primeiro contacto com Brandão:

²⁷Julião QUINTINHA, «A morte de Raul Brandão», *Imagens de Actualidade*, Lisboa, Casa Editora Nunes de Carvalho, 1933, p.219.

«Quando, com os meus vinte e poucos anos de idade, li o “Húmus”, impôs-se à minha admiração o “mundo inédito” da obra de Raul Brandão, as suas personagens a estenderem, para mim, as mãos alucinantes dos deserdados e famintos, ou a protestarem, utilizando interrogações e impropérios, gritos e sonhos, contra a indiferença de quem – e éramos todos nós – não lhes derrogavam a fome e a desgraça.»²⁸

O terceiro dos testemunhos que vamos referir, importante para estabelecer algumas coordenadas para a leitura de Ferreira de Castro por Raul Brandão, é o de Roberto Nobre (1903-1969), esplêndido grafista e não menos atraente ensaísta, que foi uma espécie de irmão mais novo para o autor de *O Instinto Supremo*:

«A primeira vez que o li, fiquei tomado de espanto e maravilhado. De imensa personalidade no fundo e na forma, todo ele feito num claro-escuro dum visionário, pleno de contrastes, irónico e trágico, tomado de feroz desespero anarquizante perante os humildes, que ele sublima, e dum imenso deslumbramento panteísta perante a beleza do mundo, que ele exalta.»²⁹

3. Poucos escritores que integram o nosso cânone literário terão suscitado tantas reservas como Raul Brandão – inclusive pelos que o estudaram devotadamente. Castelo Branco Chaves, o seu mais severo crítico, classificou-o como «um artista espontâneo»³⁰ que subjugava a

²⁸Assis ESPERANÇA, «Um precursor», *Raul Brandão – Homenagem no Seu Centenário*, p.25.

²⁹Roberto NOBRE, s/título, *Raul Brandão – Homenagem no Seu Centenário*, p.87.

³⁰Castelo Branco CHAVES, «Raul Brandão» [1934], *Crítica Inactual*, Lisboa, Arcádia, 1981, p.111.

pulsão da escrita à «sua visão tenebrosa do mundo».³¹ por isso, de acordo com o autor de *Sobre Eça de Queirós*, Brandão falhou como novelista tanto como dramaturgo, historiador e memorialista. Esta posição extrema, que, quanto a nós, se filia no racionalismo sergiano que Chaves perfilhou, como discípulo que foi do autor dos *Ensaio*s, mostra-se à partida pouco disponível para aceitar a subjugação ao absurdo existencial por parte de Brandão. Também Álvaro Salema, um (bom) crítico marxista, mas igualmente tributário do magistério de António Sérgio, se referiu às limitações da estrutura narrativa brandoniana como consequência de um «primarismo do instinto».³²

Apenas dois exemplos entre muitos outros possíveis de ilustração da reserva que recai sobre a obra de Raul Brandão. A indisciplina e o improvisado, o caos e o desalinho, o automatismo e a espontaneidade, são algumas das características aduzidas à imperfeita obra acabada do criador do *Gebo*, por parte de uma crítica, diga-se em abono da verdade, muito presa ainda à morfologia do romance oitocentista.³³

Que tem tudo isto que ver com Ferreira de Castro? Nada, para aqueles que nunca conseguiram ver no autor de *A Tempestade* mais do que um epígono lusitano dum Zola fora de prazo.

³¹*Ibidem*, p.113.

³²Álvaro SALEMA, «Raul Brandão: Contrastes e Interrogações», *Tempo de Leitura*, Lisboa, Moraes Editores, 1981, p.118.

³³Um autor atento como Mário Dionísio pôde, já na altura do centenário, apresentar o autor evocado como um precursor de «algumas das conquistas mais recentes no campo da linguagem literária.» Mário DÍONÍSIO, «Actualidade de Raul Brandão», *Raul Brandão – Homenagem no Seu Centenário*, p.83.

Sem espaço suficiente para tratar da presença de Raul Brandão em Ferreira de Castro, não iremos além do tópico. Mas convém, talvez, lembrar que, em 1966, no ano do cinquentenário da vida literária do cronista de Manuel da Bouça, Jorge de Sena se referiu ao autor de *O Doido e A Morte* como «uma das mais portuguesas fontes em que Ferreira de Castro bebeu o que será depois o seu humanitarismo populista».³⁴

Há uma expressão felicíssima de Eugénio Lisboa que chama a atenção para o que de superficial havia na redução da obra de Ferreira de Castro a uma preocupação com as questões sociais e com as camadas humildes. Sendo verdadeira, a sobrevalorização deste aspecto esteve na raiz de «uma certa ocultação de outras componentes mais sombrias que também irrigam – qual rio profundo – o tecido romanesco da obra deste importante escritor.»³⁵ A desocultação foi recentemente levada a cabo, de forma exaustiva, por Vítor Martins, que nos fala de um outro Ferreira de Castro, sobre quem o espectro da morte impende e obsidia intoleravelmente.³⁶

Limitados que estamos, deixamos apenas a referência a alguns

³⁴Jorge de SENA, «Ferreira de Castro, mas...», p.210. Mais recentemente e evocando este mesmo escrito do romancista de *Sinais de Fogo*, Álvaro Manuel MACHADO (*Raul Brandão – Entre o Romantismo e o Modernismo*, pp. 92 e 93) apresenta Castro como «um caso à parte da influência de Raul Brandão», notando que a «estrutura fragmentária do *Mas...* [...], hesitando entre o ensaio, a ficção e o confessionalismo memorialístico, já nos faz pensar» no autor do *Húmus* - «o centro do livro».

³⁵Eugénio LISBOA, «Ferreira de Castro e o seu romance *O Intervalo*: uma metáfora para a condição humana», *Folhas – Letras & Outros Ofícios*, nº3, Aveiro, Grupo Poético de Aveiro, 1998, p.15.

³⁶Ver Vítor Manuel dos Santos MARTINS, *Um Outro Ferreira de Castro*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1999.

autores que viram em Castro muito mais do que uma espécie de repórter que escreveu romances bem intencionados de extração sociológica. Como Robert Bréchon: «Il est le romancier de la Subjectivité, de la conscience de soi, de la solitude des consciences et de leur affrontement, et c'est sans doute l'aspect le plus subtil et le plus profond de son œuvre.»³⁷ ; ou Pinharanda Gomes, que salientou o «humanismo antropolátrico» do autor de *A Volta ao Mundo*, «em que a humanidade se vê a si mesma princípio e fim de quanto há e de quanto haverá».³⁸ Esta não é, acrescentamos, uma constatação triunfante nem tranquilizadora para Ferreira de Castro; ele sabe que, tal como a sua personagem Soriano, perfilha «ideias de que não está excluído um certo género de fé.»³⁹ Noutro texto fundamental, Bernard Emery explica como, diante do «drama metafísico do homem confrontado com a sua própria mortalidade», a negação do transcendente divino pode revalorizar o papel do escritor: «Par sa création, l'écrivain représente la parcelle de divin que reste nécessairement à l'homme dans une perspective spiritualiste, mais le vrai dieu est l'Homme».⁴⁰

³⁷Robert BRÉCHON, «Ferreira de Castro et la France», *Livro do Cinquentenário da Vida Literária de Ferreira de Castro – 1916-1966*, Lisboa, Portugália Editora, 1967, p.288.

³⁸Pinharanda GOMES, «O humanismo antropolátrico de Ferreira de Castro», *In Memoriam de Ferreira de Castro*, Cascais, Arquivo Biobibliográfico dos Escritores e Homens de Letras de Portugal, 1976, p.120.

³⁹Ferreira de CASTRO, *A Curva da Estrada*, 11ª edição, Lisboa, Guimaraes Editores, 1985, p.203.

⁴⁰Bernard EMERY, «La parabole du Dieu fou», *Miscelânea sobre José Maria Ferreira de Castro*, Grenoble, Centre de Recherche et d'Etudes Lusophones et Intertropicales, 1994, p.50.

Posto isto, tentemos esboçar alguns pontos de contacto entre Ferreira de Castro e Raul Brandão. Deixamos, contudo, de fora temas fundamentais como o papel da História, que para ambos é «dor» – a história dos «gritos» para um⁴¹; a história do «sangue» para o outro⁴² –; a Natureza, com o tópico fundamental da simbólica da árvore, do húmus e da seiva que se dão à tempestade dos elementos humanos...

Uma primeira, embora episódica e de certo modo superficial, similitude prende-se com o recurso à repetição, tão específica de Brandão, e com cujos ecos deparamos em textos da década de trinta. Do «Nós não queremos morrer! Nós não queremos morrer!», conhecido *incipit* de *Eternidade*, ou ainda, no mesmo escrito:

«[...] sei que te apossarás do Universo, que dominarás os seus segredos e as suas leis, que te tornarás senhor da vida e que matarás a morte – mas quando eu já não for coisa alguma, quando eu já não foi coisa alguma...»⁴³

– até à enunciação do sentido histórico da utopia de Alexandre Novais, n' *O Intervalo*, que ele pressente – radicalizando uma «fé» idêntica à de Soriano – como realidade inevitavelmente alcançável: a da superação da luta de classes como o triunfo da revolução universal:

«[...] as doutrinas em conflito vão traspassando de sangue a Terra, húmus formidável de toda uma época e do mundo de amor

⁴¹Raul BRANDÃO, *El-Rei Junot*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p.19.

⁴²Ferreira de CASTRO, «O Intervalo», *Os Fragmentos*, p.61.

⁴³Ferreira de CASTRO, *Eternidade*, 14ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, 1989 [pp. 16 e 17].

que há-de vir, que há-de vir, que há-de vir um dia, um dia talvez ainda longínquo, mas um dia!»⁴⁴

Eis algumas «similitudes de estados de espírito» (Castilho) que podemos detectar entre Castro e Brandão:

a) «Há existências inúteis, para quem a vida se reduz ao estreito âmbito formado pelas paredes que as cercam. Vivem por hábito.»⁴⁵

«Uns resignam-se logo à situação de elementos supérfluos, de indivíduos que excederam o número, de seres que o são apenas no sofrimento, no vegetar fisiológico de uma existência condicionada por milhentas restrições.»⁴⁶

b) «Há em mim várias figuras. Quando uma fala a outra está calada. Era suportável. Mas agora não; agora põem-se a falar ao mesmo tempo.»⁴⁷

«Soriano sentia-se saturado de discutir consigo mesmo. Sempre que os seus raciocínios iam dar a uma porta, ele encontrava-se a si próprio em frente da porta a vedar-lhes a saída. “Nenhum de nós é um só homem” – pensou.»⁴⁸

c) «Há séculos que a mesma série de figuras repete os mesmos gestos. Há séculos que a mesma mulher esfarrapada pare e o mesmo cavador revolve a terra. Há séculos que comem o mesmo

⁴⁴ Ferreira de CASTRO, «O Intervalo», *Os Fragmentos*, p.325.

⁴⁵ Raul BRANDÃO, *A Farsa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, p.16.

⁴⁶ Ferreira de CASTRO, *Emigrantes*, 24^a edição, Lisboa, Guimarães Editores, 1988 [p.13].

⁴⁷ Raul BRANDÃO, *Húmus*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991, p.56.

⁴⁸ Ferreira de CASTRO, *A Curva da Estrada*, p.238.

pão e a mesma usura os leva até à cova.»⁴⁹

«Este povo melancólico, que anda devagar nas ruas, como se procurasse encontrar o seu próprio destino, que anda com um ar modesto, resignado e com esse aspecto de mediocridade colectiva que lhe dá o seu baixo nível de vida [...]»⁵⁰

d) «[...] os pedreiros [...] – geração formidável que há séculos vem rachando a alvenaria para edificar a casa, erguer os socalcos e lagear as eiras. São homens só ossatura e pele, que na mesma cantilena – ou pedra – ou oupa-lá têm erguido as cabanas de todos estes corredores.»⁵¹

«Algo como uma víscera da terra, o fígado ou o baço, que se houvesse congelado sob a neve dos séculos, são essas pedreiras que o esforço humano explora, utilizando-as em benefício comum. [...] Os músculos estendem-se, hercúleos, e a marreta cai, monotona e interminavelmente... Tá... tá – tá... tá... tá...»⁵²

e) «[...] caminhamos vertiginosamente para um mundo novo, que se está a gerar no tumulto e na dor da nossa época.»⁵³

«A Humanidade está vivendo um intervalo entre o velho mundo que apodreceu e o mundo novo que nós desejamos e há-de vir. É um intervalo terrível, com grandes sofrimentos para muitos.»⁵⁴

⁴⁹Raul BRANDÃO, *Húmus*, p.188.

⁵⁰Ferreira de CASTRO, «Mensagem [1949]», «A unidade fragmentada. Dispersos de Ferreira de Castro», p.185.

⁵¹Raul BRANDÃO, «Sombras humildes», *Seara Nova*, nº 1, Lisboa, 15 de Outubro de 1921; incluído por Sottomayor CARDIA (ed.), *Seara Nova – Antologia*, vol. II, Lisboa, Seara Nova, 1972, p.387.

⁵²Ferreira de CASTRO, «Os cabouqueiros», *A Epopeia do Trabalho*, Lisboa, Livraria Renascença, 1926, pp. 49 e 51.

⁵³Raul BRANDÃO, «Duas linhas sobre teatro» [1925], *Teatro*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1986, p.191.

⁵⁴Raul BRANDÃO, *Humus*, p.208.

f) «Destroem tudo: os museus de arte que a multidão não compreende, e o mundo de artifício que só foi possível à custa da sua dor.»⁵⁵

«... os famintos que vêem em cada automóvel um inimigo: - que odeiam os que jantam e os que riem: - que odeiam a luz e o ruído: - que teriam coragem de dinamitar uma multidão porque ninguém dessa multidão lhes apagou a labaredas da fome.»⁵⁶

4. É comumente aceite a importância das ideias libertárias nos dois escritores. No que respeita a Raul Brandão, os seus exegetas têm apontado o cariz idealista, o «revolucionarismo místico»⁵⁷ do autor do *Húmus*, o «anarquismo como sonho»⁵⁸, um «milenarismo, com a destruição de um todo social, seguido do reinado de Cristo redivivo».⁵⁹

Em Ferreira de Castro, o seu revolucionarismo – menos místico e mais objectivo – é proclamado e reafirmado ao longo dos anos e até à velhice, postura que comporta, não obstante, um matiz teleológico, no qual também não falta a figura de Jesus como símbolo do bem, da tolerância e da rebeldia.⁶⁰

⁵⁵ Eduardo FRIAS e Ferreira de CASTRO, *A Boca da Esfinge*, p.158. Apesar da co-autoria, a passagem é claramente de Castro.

⁵⁶ Ferreira de CASTRO, «O Intervalo», *Os Fragmentos*, p. 194.

⁵⁷ João Pedro de ANDRADE, *Raul Brandão*, Lisboa, Arcádia [1963], p.151.

⁵⁸ Álvaro Manuel MACHADO, *Raul Brandão – Entre o Romantismo e o Modernismo*, p. 131.

⁵⁹ Óscar LOPES, «Raul Brandão: rotura no clássico realismo queirosiano», *Literatura, Artes e Identidade Nacional – Actas dos 3^{os} Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal, 1996, p.260.

⁶⁰ Ver Ricardo António ALVES, «História e memória: uma leitura de *Os Fragmentos*», *Língua e Cultura*, n.º 7/8, Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa, 1998, pp. 137-153.

Anarquistas «a seu modo»⁶¹ – como é apanágio de todo o libertário que se preze, refractários que são ao gregarismo inibidor da independência de pensar. Isto é: a circunstância de se perfilhar uma ideia de liberdade individual, dela extraindo todas as consequências, não implica – diríamos mesmo que inviabiliza – a existência de laços vinculativos potencialmente constrangedores dessa independência defendida obstinadamente:

«Porque querer meter a Vida tão múltipla dentro duma teoria é sempre uma quimera, quanto mais se essa teoria vai de encontro a tudo quanto há de fundo no coração do homem: a ambição, o ódio, o egoísmo.»⁶²

«A anarquia é a fronteira da sociologia contemporânea. Os grandes contemporâneos estão além dessa fronteira. Porque... Para os grandes não há fronteiras.»⁶³

Se não pretendemos forçar similitudes, também não podemos escamotear afinidades. Há, no entanto, diferenças que se prendem com o pessimismo de Brandão e optimismo de Castro, para além do significativo intervalo geracional que existe entre ambos.

A ideia libertária em Raul Brandão é não só mística, como eivada do imaginário oitocentista da revolta dos «desgraçados», quase «bichos» para os quais a vida tomou a forma de um curro que os conduz «desde o berço à cova, na miséria e na desgraça.»⁶⁴

⁶¹João Pedro de ANDRADE, *Raul Brandão*, p.214.

⁶²Raul BRANDÃO, «O Anarquismo – Diário de K. Maurício», *Revista d'Hoje*, nº 2, Porto, 7 de Janeiro de 1895, *apud* Álvaro Manuel MACHADO, *Raul Brandão – Entre o Romantismo e o Modernismo*, p.32.

⁶³Ferreira de CASTRO, *Mas...*, p.31.

⁶⁴Raul BRANDÃO, *Húmus*, p.217.

Por outro lado, é-lhe impossível desataviar-se do espartilho classista da sociedade que é a sua: «Entre o que sinto e os meus actos há uma distância incomensurável.»⁶⁵; «Eu nunca pude pôr de acordo as minhas ideias com as minhas acções.»⁶⁶

Viu muito bem Óscar Lopes que, nesta matéria, os «impulsos íntimos» de Brandão não se adequam à postura de Ferreira de Castro — «o primeiro importante ficcionista do nosso tempo que se nos apresenta com uma concepção de vida francamente interventora e ideologicamente responsável.»⁶⁷

O que, do ponto de vista ideológico, os aproxima, afasta-o o posicionamento oposto em face da essência humana. Raul Brandão era ontologicamente um pessimista, para quem a vida não tem outro sentido senão encaminhar-se para a morte: «Se me perguntam o que é a vida – não sei o que é a vida [escreve o Gabiru]. Sei que me devora – sei que tenho ao pé de mim a morte.»⁶⁸ Ferreira de Castro, que não estava isento de uma angústia de certa forma depressiva que lhe toldava a existência – de «um vácuo que sempre encontrei na minha alma», da «melancolia que sempre sofri perante a vida»⁶⁹ –, à expectativa aterrorizadora da morte procurou antepor uma filosofia

⁶⁵Raul BRANDÃO, *Vale de Josafat – Memórias*, vol. III, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d., p. 17.

⁶⁶*Ibidem*, p. 21.

⁶⁷Óscar LOPES, «Quatro marcos literários: Fialho, Raul Brandão, Aquilino, Ferreira de Castro», *Estrada Larga*, vol. I, Porto, Porto Editora, s.d., p.503

⁶⁸Raul BRANDÃO, *Húmus*, p.58.

⁶⁹Ferreira de CASTRO, «Reinaldo Ferreira» [1936], *A Unidade Fragmentada. Dispersos de Ferreira de Castro*, p. 164.

Ricardo António ALVES

da acção. Depois de Brandão, o nada; depois de Castro, tudo, embora sem ele.

Castro tinha 23 anos quando escreveu pela primeira vez sobre Brandão – que ia nos 55. O texto entusiasta que referimos deu-lhes ensejo de estabelecerem um relacionamento de amizade em Lisboa. Aproximou-os a literatura; aproximou-os uma sensibilidade similar perante as injustiças do mundo; aproximou-os uma tristeza imensa e inconformada perante a sua própria finitude e a daqueles que amavam. E, com tudo isto, talvez os tenha aproximado a forma como mutuamente se viam; duas personagens que carregavam o fardo de existir, ambas esforçando-se por «arrancar alguns farrapos ao limbo...»

Areia e Sintra,
Fevereiro de 2002



Terá esquecido Ferreira de Castro as suas origens ao longo de sua obra escrita?

Maria Luísa Tavares de BASTOS

«Nós amamos a poesia da terra, as suas pompas naturais, o esplendor da luz, o deslumbrante dos seus cromatismos, a carícia dos seus ritmos – e amamos, sobretudo, o ser infeliz que o habita. (...) Das nossas três divindades – o amor, a literatura e o mundo – o mundo dir-se-ia ser a mais difícil de adorar integralmente».

Não! O escritor Ferreira de Castro não esqueceu as suas origens ao longo da sua obra escrita e *A Selva* e *O Instinto Supremo* são disso testemunhos.

Não esqueceu a Amazónia, as suas «pompas naturais, o esplendor da luz, o deslumbrante dos seus cromatismos», os brasileiros.

Jamais deixou de amar a poesia da «Terra» e, acima de tudo, «o ser infeliz» que habita os quatro cantos do mundo e «o amor» que

sentiu por tudo o que acabámos de mencionar deveu-o à sua sensibilidade apurada, em comunhão com a natureza.

O «amor» que tinha à literatura era «volúpia», era «tortura» de criação, de realização. Por ela fez «todos os sacrifícios».

O «amor» que sentiu pelo mundo e a dificuldade em o «adorar integralmente» palpitam nas suas obras.

É fácil compreender o homem que foi Ferreira de Castro e a obra que nos legou. Basta lê-los! É difícil falar de ambos. Obra e homem completam-se e dizem tudo.

O que sobressai no mote inicial deste artigo é o escritor amar, acima de tudo, o ser humano infeliz, mas o pessimismo que as suas personagens trazem de raiz logo se mistura com a esperança do narrador na inteligência humana, essa irá libertando todos os homens infelizes à face da terra.

Com formação católica, o autor não nega Deus mas também nunca fala dele ou nele, salvo no conto *O Senhor dos Navegantes*¹. Contudo, afirmando serem três as suas divindades, regendo a sua

¹Conto analisado por Bernard EMERY no seu artigo intitulado **A PARÁBOLA DO DEUS MALUCO**. Segundo um conto filosófico de **José Maria Ferreira de Castro**, texto policopiado, s.d.. Neste, e segundo EMERY, Ferreira de Castro «exprime de facto na sua simplicidade narrativa o essencial das ideias que o autor não cessou de defender durante a sua carreira, particularmente a propósito do homem e das suas relações com a divindade».

Ainda na sua perspectiva, *O Senhor dos Navegantes* é «mais do que uma banal crítica agnóstica do espírito religioso e dos erros ingénuos[...]. Diversas conotações autobiográficas permitem-nos confirmar que o louco demiurgo tem efectivamente por trás de si a mesma experiência que Ferreira de Castro. Isto é particularmente significativo ao nível de uma das comparações centrais que estruturam o seu discurso, que tem por tema a floresta tropical. Sabe-se, com efeito, que papel fundamental desempenhou a selva amazónica na formação do escritor», cf. *id., op.cit.*, p.2.

vida pelo amor, adorando o mundo e seguindo uma trajectória de vida e obra em função dessas três divindades, clamando pela justiça, pela igualdade, pela liberdade, pela fraternidade, a sua filosofia de vida e obra entronca no espírito da filosofia de vida e obra do homem filho de Deus que pregou na terra, fundamentalmente, o amor.

Todos sabemos que o homem deve o progresso do seu saber mais à ciência do que propriamente à religião. O homem do século XX tem uma ideia do mundo com base no estudo científico que foi apurando ao longo dos séculos, à procura da sabedoria e do conhecimento prático. Por isso, o homem do início desta Nova Era, tinha a obrigação moral de já ter posto de parte a vida social corrupta e sem realidades filantrópicas em que se continua a movimentar. A esperança que Ferreira de Castro depositou no futuro do homem ainda não se tornou uma realidade palpável, apesar de este desfrutar, hoje, de uma sabedoria e de uma experiência que o podem levar à confraternização com sincera justiça social.

Desde tempos imemoriais que o homem abraça a crença animista da Natureza mais racional do que a crença em Deus. Deve-a ao desenvolvimento das ciências naturais que têm trazido para a humanidade claras visões espirituais que a conduzem a ideias de bem viver, mais consciente de si e da natureza, uma natureza espiritual não supersticiosa e mística como a dos seus antepassados mas que revela ao homem o que de belo envolve a descoberta do mundo e da matéria dotada de vida, proporcionando-lhe constante e surpreendente visão universal da diversidade dos elementos simples que harmonizam o reino animal e o reino vegetal

em contínuas e variadas mudanças.

A natureza exerce sobre Ferreira de Castro «sedução inefável», aquela natureza que se exprime «através do mundo vegetal e da luz que lhe empresta alma e cor» e que constitui uma das «grandes paixões» da sua vida. Esta sua paixão vem logo a seguir à que sente «pela sua maior criação o ser humano. Por isso a duas se unem tanto e tão calorosamente em muitas dos seus romances»².

A árvore é um símbolo fundamental, ela tem um duplo significado simbólico: o de crescimento e o de eixo do mundo. A árvore resume o plano da criação. Ela é, simultaneamente, a base,

²«Contemplar as assembleias das árvores sentado numa pedra rústica ou meter a um carreirito popular que serpeje, atapetado de sombras e claridades, entre os seus troncos, embebe-me de poesia e de sonho, cria-me sentimentos que transcendem as circunstâncias, dá-me a realidade presente já transfigurada no futuro, impele-me para insonoros diálogos com esse universo emotivo que a natureza vegetal parece guardar e é, no fundo, aquele que levamos adormecido em nós próprios e ela acorda. Devo-lhe incontáveis horas de emoção. Tantas, que quando penso na morte, a maior pena que sinto, ligada à dos afectos humanos perdidos é não mais poder fruir certas manhãs de Sol e certas tardes policrómicas em plena natureza vegetal. A esse sentimento de perder, para sempre, as árvores e a luz que as sublima, devo talvez não me ter suicidado na minha adolescência, em Belém do Pará, quando o instinto vital parecia já inteiramente convencido, pela miséria e pelo abandono que eu sofria, a aceitar a sua própria destruição. O arvoredo que eu enxergava daquele ponto alto, o Sol, emérito mosaísta, que através da folhagem ilustrava a terra com desenhos de fantasiosos arabescos e a ideia de que nunca mais o veria, nem a outras paisagens da minha saudade, avivaram as reacções defensivas e levaram-me a tentar suportar de novo a esperança já tão dolorida e céptica, justamente quando eu ia lançar-me no espaço.

As árvores de Sintra, do Minho e de Saint-Germain-en Laye, as da minha aldeia e de tantas outras terras sabem quantas vezes me tenho perguntado se já diminuiu a emotividade que eu sentia ao contemplá-las nos anos precedentes, se o tempo não terá empobrecido de modo irreversível, essa riqueza com que nasci; e sabem também, decerto, quanta satisfação carrega para o meu espírito a resposta negativa que elas próprias me oferecem», Ferreira de Castro, «A natureza na minha obra», texto inédito, s.d., recorte de jornal, Museu Ferreira de Castro, Sintra, 1996.

o eixo e a esfera. Representa a existência, o seu enraizamento e o seu desenvolvimento. Pelas suas raízes está ligada à terra que alimenta e, pelas suas folhas, abre-se de luz. É a árvore da vida, a de todo o saber. Ferreira de Castro sempre o soube e o provérbio popular é sábio: «O homem é uma árvore invertida; os seus ramos são o céu»

O amor à terra onde nasceu confirma-o em *Os Fragmentos*, onde afirma que todos nós sentimos, pela terra onde nascemos, um amor egocentrista, sem criações artificiais criadas pelo cérebro, um sentimento natural, «essencialmente emotivo», amamos os seus hábitos, se aí vivemos, a nossa casa e terrenos em redor, se os temos. Efectivamente, Ferreira de Castro amou, sobretudo, a sua infância em Ossela, essa infância que lhe comandou a vida inteira e se amalgamou com o drama biológico do envelhecimento e da morte, por saber que jamais voltaria a ser criança, mas era «essa certeza de irrecuperabilidade» que lhe alindava «o cenário nativo», valorizando-lhe «os anos infantis, mesmo se neles conheceu a miséria, os trabalhos prematuros, as opressões e as humilhações impostas pelos adultos»³.

Ossela é, para Ferreira de Castro, a sua infância «incompreendida e triste», e a sua poesia, que em menino já o

³« Esse sentimento pelo terrunho onde soltamos, mal nascemos, os nossos primeiros gritos de protesto contra a mudança de ambiente e contra todo obstáculo posto à liberdade de movimentar os membros, vive jacente e atrofiado na alma dos que habitam ali, mas logo frondeja alto, e sempre exuberante, nas dos que partem; e é-lhes tanto mais doloroso quanto maior for a sensibilidade de cada um deles. Sei por mim próprio», Ferreira de Castro, *Os Fragmentos (um romance e algumas evocações)*, 2ª ed., 11º milhar, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, s.d., p.45

cativava, foi, mais tarde, inflamada por aquela que ele mesmo lhe impregnou, para esquecer a infância triste que aí levou, para lhe lembrar, apenas, «o encanto da natureza, que não conseguia evocar, lá longe, nas ardentes paragens do exílio, sem fervor e sem desespero»⁴.

À separação que cria imagens, que lhes exagera os encantos, que lhes atribui «uma fascinação irresistível, um sortilégio inefável» que faz sofrer, damos nós o nome de saudade, «um vocábulo privativamente português».

O que Ferreira de Castro sempre sentiu em relação às suas raízes, quer portuguesas, quer brasileiras, foi o «vácuo nostálgico que nas ausências dilata ou oprime o coração humano», essa saudade sobre a qual poetas e filósofos desde sempre se debruçaram, com o objectivo de definirem o complexo afectivo que a palavra pode traduzir. Mas esta palavra não tem tradução possível em qualquer outra língua, o seu significado é caracteristicamente português.

A saudade do escritor, quando regressou a Ossela, de alma nova, com outras ideias e outra consciência sobre o homem e o mundo em que vive, «o feitiço não se quebrou. A nostalgia couraçara-o. [...] Mas

⁴«Os caminhos do povo, serpejando entre árvores, ramadas e milheirais, a música das fontes e dos regatos, [...]; os ostentosos carvalhos (...) dum verde tão luminoso e tenro na época primaveril, [...]; e o Caima, minha paixão, de água azul, fleumática, reflectindo a longa teoria dos amieiros ribeirinhos, enquanto deslizava para as lonjuras que ela desconhecia, que eu desconhecia também e já nesse tempo amava com veemência. Todas essas imagens, essas e tantas outras, diariamente vivificadas desde que, menino ainda, delas me separei, exagerando-lhes os encantos, embuindo-as dum fascinação irresistível, dum sortilégio inefável, me faziam sofrer. Se via um barco partir, os olhos humedeciam-me e sentia-me sufocado, como se o fumo que ele penachava no céu tropical viesse ricocheteadamente congestionar-me os pulmões», *ibid.*, pp.46-47

tudo incluía um preço. Sempre que eu chegava de Lisboa a Ossela, ali me acolhia um desgosto. Primeiro foi o velho pinheiro manso, a mais importante umbela do “caminho de baixo” para Santo António, onde se erguia a Escola. Quando, naquela tarde malfazeja, os meus inquietos olhos o procuraram, nem mesmo o cepo dele restava. [O «pinheiro, a árvore bem-amada de Ferreira de Castro é, no Extremo Oriente, um símbolo de imortalidade pela persistência da folha e pela incorruptibilidade da sua resina. Na arte, o pinheiro é o símbolo de força vital. Na literatura, evoca a espera. É símbolo de longevidade]»⁵.

Sempre que a visitava, algo desaparecera ou se transformara, seu «arquivo infantil» ia sendo roubado, o que o amargurava mas também o fazia sorrir porque, sendo ele «em toda a parte, revolucionário nas ideias, ardorosamente devotado ao progresso nas suas incontáveis expressões⁶, ali, na pequena aldeia, tendia para

⁵«Ora extasiado, ora exultante, ora enternecido, dir-se-ia que alcançava com um só olhar toda a minha aldeia, como o poderiam fazer, lá do alto, se existissem, as velhas divindades que a angústia humana inventou. E pela primeira vez na vida a estranha sensação de que eu, adversário da propriedade, era o superproprietário o proprietário abstracto de toda a natureza que os meus olhos contemplavam. [...]. Toda aquela beleza estava à minha espera, toda ela se me entregava, toda me pertencia, sem impostos, sem cálculos mesquinhos, sem nenhuma ambição» *ibidem*, p. 47

⁶«Se de mim dependesse, num instante eu metamorfosearia Ossela, todas as aldeias, todo o País – o Mundo inteiro. Não mais casinhotos miseráveis, [...]; não mais homens e mulheres trabalhando de sol nado a sol posto, [...]. Transformaria a aldeia, transformaria o velho mundo num novo com uma sociedade nova e um homem novo, transformaria em realidades as esperanças válidas tanto tempo reprimidas, mesmo que das paisagens amadas ficasse apenas, como do venerando pinheiro manso, a saudade do egocentrismo poético que vinha da minha infância. Mas não seria necessário sacrificar tudo[...]; podia-se mesmo criar outras expressões de Beleza, para fruição dos homens que ali vivessem, já que o sentimento do Belo é um dos habitantes do espírito humano[...], *id.*, pp. 48-49

conservador sempre que alteravam os aspectos da Natureza». Falavam mais alto os nove anos de nostalgia que sempre se intrometiam na sua inteligência.



Tio Zé Moleiro
Foto gentilmente cedida pela neta,
Fernanda Castro.

Sempre que viajava, ao lembrar-se da aldeia, Ferreira de Castro evocava, inevitavelmente, a figura popular do Tio Zé Moleiro e o sedentarismo da freguesia que contrastava, admiravelmente, com o seu «nomadismo temperamental, sempre faminto da poesia do Mundo inteiro». Sempre que regressava e depois da visita sagrada ao velho moleiro, sentava-se, solitariamente, um pouco diante do moinho e, absorto, meio escondido pelos amieiros, ficava-se a ver a água correr «branda, meiga, e cristalina». E, «via-a romanticamente, [...]. Via-a ladeando a pequenina praia, [...]. E via-a deslizar, com um verde escuro já profundo, [...]. Dir-se-ia que me cumprimentava, que me sorria docemente, que também ela se lembrava de quando eu vinha ali, com outros garotos, depois de sairmos da escola, aprender a nadar. Lá estava sobre a praia o meu fatito e eu de corpo nu e com muito medo. A minha mãe, sempre

Terá esquecido Ferreira de Castro as suas origens...

que lhe denunciavam a aventura, batia-me fortemente: “Seu maroto, morres afogado e eu é que fico por aí a sofrer!”.



Carlos Alberto Castro.

A pequena praia frequentada pelo jovem Zé Maria, situava-se na margem esquerda do rio Caima, onde hoje se pode ver um muro de betão

A água continuava a passar, lenta e carinhosa, refulgindo ao Sol e deixando-me os limos daqueles tempos. [...]. Via-a desembocar no Vouga e com ele fundir-se e alargar-se, para se lançar finalmente no vasto oceano, onde se tornava universal, pertença de toda a Humanidade. Porque o universal é a fusão e a compreensão solidária de todas as aldeias, vilas e cidades, planícies e montanhas do Mundo, se há alma para a todas abarcar e se na alma existe sítio propício aos

mastros e às velas que nos levem a unir-nos, pelo amor fraternal, a todos os seres humanos, nas suas diversas pátrias»⁷.

Todavia, não foi na pequena praia do rio Caima que o escritor aprendeu a nadar, mas sim no rio Madeira, um dos grandes afluentes do Amazonas, de curso longo, amplo, de grande profundidade, «entre arraias de esporões envenenadores, [...], entre piraíbas [...], entre piranhas [...] e jacarés [...]. Mas também aquela água barrenta e grossa, viajando sobre um permanente colchão de lodo, ia ter ao oceano e nele se depurava até se tornar azul como uma quimera»⁸.

O seu amor à terra natal é diferente do seu amor à pátria e este, com o tempo, vai evoluir. A 1 de Junho de 1918, Ferreira de Castro, director e jornalista do “Portugal”, em Belém do Pará, era calorosamente recebido em Manaus não só pela colónia portuguesa como também pela sociedade brasileira. A 8 de Junho, o mesmo jornal publicava, em primeira página, o artigo de Ferreira de Castro que o vespertino “O imparcial” de Manaus publicara anteriormente, a propósito da «União Portuguesa em Manaus». A sua principal luta, enquanto jornalista, era a de tomar a defesa imparcial das colónias portuguesas em Belém e em Manaus e visitar todas as outras espalhadas pelo Brasil, nunca ofendendo a sociedade brasileira como prova o artigo do jornal⁹.

Já em 1928, no Pórtico de *Emigrantes*, pátria não é, para o

⁷ *Ibidem*, pp.. 53 - 54

⁸ *Id.*, p. 54

⁹Artigo transcrito na íntegra em anexo.

escritor, a terra em que se nasce e que se aprende a amar «com grandes tropos patrióticos, com palavras farfalhantes» e que só existe «como o resto do mundo, para a fruição de uma minoria».

Em 1972, amando o mundo como se dele fosse cidadão, ele conclui que «o amor de todos nós» à terra natal, esse velho sentimento egocentrista é «uma das moléculas do patriotismo» que, «com suas fronteiras, seus dogmas, suas retóricas e contradições, representa uma construção convencional, realizada apenas pelo cérebro e que só no perigo e nos grandes vexames nacionais pode agir emotivamente»¹⁰.

Como cidadão do mundo que quer ser, andando sempre «a perseguir a quimera, torturado por todas as inquietações», na sua volta ao mundo, Ferreira de Castro visita a Birmânia para conhecer o homem, o qual «representa, sem dúvida, a mais importante expressão da vida», apesar do mais belo nunca ser o Homem mas «sim algumas das realizações do seu trabalho e da sua eterna inquietude» e para visitar um seringal.

País «semi-selvagem, indiferente às lutas, às aspirações e aos sofrimentos humanos», as suas paisagens são «deslumbrantes», o país é «um poema de luxúria vegetal» ficando o Homem, «ante a magnificência do cenário», a pouco valer. O Homem, porém, penetra «o mistério envolvente, com o seu trabalho e o seu heroísmo anónimo, por toda a parte», seja nos «recessos das selvas virgens», nas profundezas do solo, onde e sempre haja riquezas para serem exploradas, «um sacrifício a consumir em prol dos senhores que os exploram».

¹⁰ Id., pp. 43-44

E passados quase trinta anos de sua estadia no Alto Amazonas, Ferreira de Castro está de novo no mundo da borracha, entre as seringueiras do Oriente, desta feita por vontade própria e para fazer como que um termo de avaliação do mal que presenciou e que sofreu na Amazônia, causado pelo que estas plantações¹¹ fizeram aos homens que trabalhavam ali, por ter assistido a todas as consequências de uma miséria causada por uma prosperidade distante.

Diante de tudo o que se lhe apresenta, sua «memória ressuscita o passado, a odisseia do fim da infância, a marca de alma que ficou para toda a vida»¹², e como que por meio de estranha associação de sentimentos, parece-lhe «que o bosque cheira a

¹¹«(...) havíamos imaginado, por influência do Amazonas, que as seringueiras se encontrariam em densas florestas. Mas essa ideia durou pouco. (...) uma espécie de pomar, cujo chão se mostrava cuidadosamente limpo era o seringal... (...) as seringueira são plantadas em filas, a distância de três metros uma da outra. (...) O trabalho humano, para a extração do látex, torna-se mais suave do que no Brasil. O trabalho não percorre longos caminhos, nem afronta perigo algum. Mas, por outro lado, são mais belas as “estradas” de seringueiras amazônicas, sendas estreitíssimas serpejando numa selva misteriosa, cheia de rumores e de silêncios inquietantes, de majestosas criptas vegetais, de sombras, (...) de enormes flores exóticas (...). O próprio seringueiro, esse destemido e generoso Cearense, que arrisca diariamente a vida, adquire, todas as manhãs, um sentido de desbravador, porque todas as manhãs, a selva imensa e deslumbrante parece ser trilhada pela primeira vez. Aqui, pelo contrário, o “rubber-tapper”, seringueiro oriental, anda, tranquilamente, de árvore para árvore, como se andasse em parque (...). Mais suave é, aqui, o esforço, mas o homem é ainda mais explorado do que eram, outrora, no Amazonas, os Cearenses e Maranhenses», Ferreira de Castro, *A Volta ao Mundo*, segundo volume, Círculo de Leitores, Lda., 1986, pp.119-120 – Obras completas de Ferreira de Castro, 3 volumes, Círculo de Leitores, Lda, 1986.

¹² «Os “rubber-tappers” (...) explicam-nos, humildemente, o que já sabemos e, às nossas perguntas, evocam a sua miserável existência com a resignação que lhes carrega um milenário fatalismo. Ignoram a nossa vida, vêem-nos em turista, e falam sempre com o ar tímido de quem se encontra convencido que ao senhor branco não interessa o que eles dizem. Nós estamos comovidíssimos», *Ibid.*, p.121.

eternidade, a essa murta que há no cemitério de aldeia onde repousa o ser amado¹³; parece que no Sol que trespassa as árvores há luz de muitos instantes já idos e de outros que hão-de vir um dia, no perene fluir da vida, onde tudo é, simultaneamente, valioso e inútil»¹⁴.

Ao aportar na ilha do Bornéu, o escritor viajante depara-se com uma fauna variada, «soberba flora» e as tribos dos «dayaks – os famosos daiaques caçadores de cabeças humanas». Perto da cidade de Kuching, capital de estado, para além da população chinesa e malaia, o viajante cruza-se com outras raças e indivíduos de tribos do Bornéu¹⁵, de entre os quais destaca os «punans», os «calamatanes», os «caíãs», os «quenias», as raças principais, não deixando de denominar algumas das secundárias, que se espalham pelos recessos da «selva borneana».

Perto da cidade, a selva vive os dramas que vive a selva amazónica. A palmeira e outros troncos agarram-se «imensos polvos vegetais, parasitas que foram humilde semente, depois duas folhitas e, por fim, crescendo, dominaram completamente a vítima, sugando-a toda a hora, cobrindo-a com folhagem, até ficar apenas, lá no alto, a moribunda copa da árvore primitiva»¹⁶.

¹³Diana de Liz, a primeira companheira de Ferreira de Castro, está sepultada no cemitério de Ossela - Oliveira de Azeméis.

¹⁴*Ibidem*, p. 121

¹⁵«Com o tronco e as pernas cobertos por tatuagens e, nas orelhas, de lóbulos assombrosamente dilatados, argolas coloridas e espessas rodela de madeira. (...). Surgem, também, guerreiros da selva, que vestiram os seus trajes de guerra, colocaram os capacetes de plumas e vieram fazer compras ou fotografar-se; daiaques, de tanga e facão à cintura que, aparecem, timidamente, na cidade, por isto ou por aquilo, e que, de regresso à floresta, se adrega estarem apaixonados e encontrarem desprevenido homem de outra tribo, podem decepar-lhe a cabeça em alguns segundos apenas», *ibid.*, p. 180.

¹⁶ *Ibidem*, p. 184

Entre Kuching e as primeiras aldeias dos daiques, a vegetação é composta por seringueiras e outras «novidades da flora do Brasil, de imensos resultados industriais». E, por isso, as maiores atenções não são dedicadas às flores e frutos estranhos da selva mas «a certas árvores brasileiras, entre elas a que dá a chamada castanha do Maranhão». Mais para o interior de selva exuberante já não há seringueiras. As árvores, muito juntas e emaranhadas, «formam um todo verde»¹⁷.

Ao aproximar-se de uma aldeia daiaque, vê agitar-se uns arbustos e duas figuras com uma tanga que, à frente, lhes desce até aos joelhos e um sabre e que desaparecem por entre as árvores, de um momento para o outro. Tanto os ingleses como os holandeses que se instalaram na ilha perseguiram, até ao fuzilamento, estes caçadores de cabeças humanas, para acabarem com este bárbaro costume, mas o hábito continua. Este acto sangrento acontece, sobretudo, por amor de uma mulher: «Nenhuma jovem daiaque considerará superior aos outros o homem que a ama se o saber dele não cortou ainda uma cabeça humana». Contudo, a cabeça humana decepada que aparece na aldeia, para além da honra que representa para o local e para o caçador, é um sinal de prosperidade colectiva¹⁸. Os cortadores de cabeças do Bornéu existem, em 1939, pacificados, mas com hábitos ancestrais que repetem, cumprindo um «feito heróico».

¹⁷«O Sol não consegue romper por entre a espessa folhagem. Caminhamos sempre na sombra e no silêncio, no mistério que têm o silêncio e a sombra das grandes florestas», exactamente como os sentiu no amazonas, *Ibid.* p. 190.

¹⁸«(...) haverá muitas espigas nos arrozais, muitos filhos em cada casal, poucos mortos na família e raras doenças nos velhotes. (...) quando a cólera ou a varíola invadem a aldeia, deve-se cortar, sem demora, uma cabeça humana que doutra forma não se sumirá o ruim espírito que provocou a epidemia (...) », *Ibidem*, p. 195.

Ferreira de Castro teve, na sua volta ao mundo, a curiosidade de visitar os «dayaks» e de ficar a conhecer pormenores curiosos do seu quotidiano pela boca do Dr. Eric Mjoberg, estudioso dos costumes e mentalidades das tribos do Bornéu e o qual podemos comparar com Curt Nimuendajú, o pacificador dos Parintintins do Madeira, também estes cortadores de cabeças.

Entre 1911 e 1914, os Parintintins, índios selvagens do alto Amazonas e espalhados pelas extensões da selva das margens do rio Madeira, são o terror do jovem Ferreira de Castro e as «marchas punitivas» dos civilizados, para os exterminar, o terror deles.

Recém-chegado de Portugal, criança ainda, quando andava pelos varadouros aberto entre as barracas dos seringueiros, bem distantes umas das outras, receava sempre dar com um parintintim, escondido atrás de uma das enormes árvores, com sua flecha no arco retesado, e ver-se, num relâmpago, ficar sem cabeça e o índio sumir tal como aparecera, «deixando regressar o pesadelo silêncio da mata» que , por si só o aterrorizava.

Em 1968 o escritor publica o *Instinto Supremo*, romance de regresso à adolescência e às fortes raízes que aí lançou à natureza e ao ambiente amazonenses. À Amazónia entrega ele, nesses tempos, muita da sua existência e muito mais ainda da sua alma. Deslumbrara-o «a sua imponência, conhecera-a no seu âmago», andava-lhe «sempre na memória», por isso escrevera *A Selva*, em 1930, tornando-se o pintor da selva por palavras, evocando a sua descoberta inicial e colonização, o período áureo da borracha, a sua decadência, a vida dos seringueiros, em estilo de romancista e de repórter. O escritor harmoniza a análise e impressão que causa comoção, quando nos mostra a sua

sensibilidade diante da miséria humana em revolta conjugada a um realismo fiel à estética do positivo e do sincero, com certa utopia pelo meio.

Na Amazónia, Ferreira de Castro aprendeu a compreender e a amar o Homem abandonado à sua sorte, o desfavorecido, o que precisa de ser encaminhado pelas sendas da vida no direito à satisfação de suas necessidades vitais, como a alimentação, habitação, saúde e educação, o direito do usufruto de liberdades políticas e civis como a liberdade de pensamento, religião, união e associação, o respeito pela integridade da pessoa individual, direitos consagrados nos textos constitucionais e, no entanto, tantas vezes ignorados nos textos legais ou sistematicamente violados a pretexto de justificações políticas pseudo-regionalistas, culturais, religiosas ou invocando diferentes sistemas de necessidades e hierarquias de valores. De comum a sensibilidade e o espírito de sacrifício pela causa humana.

Ciência, progresso, desenvolvimento, fim da ignorância, melhoria da condição humana, solidariedade, fraternidade entre os povos, aos homens têm criado forças legais e morais que, embora não extingam por completo os instintos primários do mesmo homem, tendem a dominá-los. Em 1944, Ferreira de Castro é um escritor que deposita toda a sua esperança num mundo futuro diferente do seu¹⁹.

¹⁹«O domínio do forte sobre o fraco, do espoliador sobre o espoliado começa a não encontrar ambiente em parte alguma. Até agora [1944] tem-se visto o mundo constituído por uma dramática maioria de humildade, de humilhados, sob a vassalagem de pequena e arrogante minoria de poderosos. Mas a mentalidade humana foi evoluindo e, hoje, sente-se na Terra inteira que um novo estatuto de comunhão entre os homens se criará. (...) Um dia (...) o mundo será diferente – já o mundo será melhor do que é hoje», *ibid.*, p. 304

O amor de Ferreira de Castro à literatura e ao homem leva-o a avaliar a obra literária em função do ser humano. Em sua opinião, as obras de arte que são escritas sem intenção social podem ser belas e valiosas contudo, se a Natureza deu ao escritor e ao poeta o dom de ir mais longe do que aos outros homens, o seu dever é colocar esse dom ao serviço da Humanidade. Em todas as épocas, as grandes obras literárias tiveram um sentido moralizador. Os grandes escritores procuraram, sempre, o caminho para a liberdade.

Também na sua análise do conto *O Senhor dos Navegantes*, Bernard EMERY afirma, de forma retórica, que só o escritor pode dar ao homem a parte do absoluto à qual ele aspira, só ele o pode conduzir sobre a via do progresso, simultaneamente moral e social. Ferreira de Castro foi um «apóstolo da esperança», acreditou que a evolução do homem se faz ajudando-o «a evoluir através da obra escrita, que despertará a sua reflexão e encorajará os seus progressos»²⁰.

As histórias, melhor dizendo, as ficções de Ferreira de Castro servem toda a humanidade, não apenas a do historiador ou

²⁰ Segundo EMERY, «Para o escritor, a relação com o público não se situa unicamente a nível estético, mas de forma ainda mais fundamental no da mensagem e do alcance desta. [...]. Em *O Senhor dos Navegantes*, o debate sobre a transcendência permite de facto introduzir uma exposição dialéctica sobre o verdadeiro papel que deve ser o do escritor em relação ao resto da humanidade. Mas este desvio dialéctico permite sobretudo situar o problema no seu verdadeiro nível, o da fé, seja ela agnóstica, que o escritor deve fazer partilhar aos seus semelhantes, apesar de todos os obstáculos da incompreensão, até mesmo da perseguição. [...] O acto criador em matéria de literatura é também um sacerdócio da esperança», EMERY, Bernard, **A PARÁBOLA DO DEUS MALUCO**, Segundo um conto filosófico de **José Maria Ferreira de Castro**, texto policopiado, s.d., p. 5.

o literato. O seu grau evolutivo fê-lo assumir a responsabilidade no auxílio a todos e a cada um, porque o escritor pretendeu servir de meio às necessidades dos que mais próximo de si se encontravam e é neles que está materializada toda a humanidade, em determinado momento histórico.

A sua progressiva manifestação de amor por todos os homens, ao longo da sua obra, torna-se conciliável com uma solução para a questão da apropriação dos meios de produção e de riqueza em que participem todos os seres humanos.

Como democrata da esquerda que foi, soube discernir que, quer os sistemas capitalistas, as chamadas economias de mercado, quer os sistemas económicos socialistas ou comunistas, salientaram perspectivas basicamente correctas mas que, por unilaterais, se revelaram insuficientes e perniciosas. Os sistemas comunistas, assentes na propriedade colectiva, pública ou estatal, erraram ao pretenderem impor, de fora para dentro, a expropriação dos meios de produção em vez de tal corresponder, em adequado movimento evolutivo individual e colectivo, a uma opção natural e internamente sentida por aqueles que se encontravam na posse dos meios de produção e de riqueza. Erraram, também, por terem escravizado a liberdade e criatividade do individuo a uma pretensa mas incomprovada unanimidade do planeamento central.

Todavia, teórica e sobretudo idealmente, sublinharam o justo e verdadeiro caminho do primado da perspectiva colectiva e da abdicação do egoísmo pessoal em prol de uma partilha dos

bens universais.

As economias capitalistas, que se baseiam na propriedade privada ou individual, assentam no princípio falso de que a simples expressão dos interesses e egoísmos pessoais ou até de cada grupo possam promover verdadeira e realmente o bem comum, mesmo nos seus aspectos mais materiais, pessoais ou até de cada grupo possam promover verdadeira e realmente o bem comum, mesmo nos seus aspectos mais materiais. Não se quer ver que a unidade e o bem geral estão acima do separatismo competitivo e do interesse pessoal ou individual.

Contudo, a criatividade, a liberdade e o esforço de cada indivíduo compensado com justiça e igualdade, mesmo que não tenha ainda sido equilibradamente compreendido e aplicado é, em si, uma contribuição positiva dos princípios do liberalismo económico. A evolução verificada até ao ponto de, mais recentemente, se ponderar a função social da propriedade privada é também um passo em frente.

As soluções que se oferecem à Humanidade, neste momento, estariam no ponto de equilíbrio, de superação e de ultrapassagem dos dois sistemas acabados de referir. Mas, enquanto a natureza humana continuar a ser pobre e insuficiente, os sistemas não deixarão de ser imperfeitos. Demais, a democracia, desde 11 de Setembro de 2001, corre riscos e o mundo democrático e livre reorganiza-se, a cada dia, contra o terrorismo, apresenta-se ele na forma de comércio de drogas ilícitas, de exploração da prostituição e seu conseqüente tráfico de pessoas,

na exploração da dignidade humana pelas diversas expressões de poder ilegal, no comércio ilícito de armas, nos novos colonialismos e no endividamento crónico dos colonizados com a manutenção de níveis de miséria degradantes e escravizantes ou em explosões de aviões, males que recaem sobre populações impotentes, indefesas e inocentes, ocultando-se nos agressores e nos cérebros que dele(s) beneficiam.

Conforme Nuno Grande, num relatório para o Woldwch Institute, de Washington, publicado no State of the World 2001, denominado «Planeta rico, Planeta pobre», «é evidente o aprofundar da desigualdade entre os povos do mundo dito desenvolvido e o denominado em desenvolvimento, onde é clara a noção de que o desenvolvimento é sinónimo de crescimento económico sem crescimento ético e cívico simultâneo [...] A miséria e degradação humanas tiram perspectivas de futuro a quem as sofre, geração após geração, de forma que deixa de ter qualquer sentido a cidadania e a fraternidade»²¹.

Na realidade, em Novembro de 2001, «sente-se que a liberdade da manifestação pública, da contestação da miséria e da marginalização, da liberdade de expressões, da denúncia da corrupção em qualquer circunstância, estão em risco, o que se vier a acontecer é uma vitória dos que alimentam o clima do terror»²² que se instalou no mundo.

²¹ GRANDE, Nuno, médico e professor universitário, *Jornal de Notícias*, Domingo, 18 de Novembro de 2001, p. 39.

²² *Ibid.*, p. 39.

Não queremos, de forma nenhuma, deixar de ter esperança²³ no dia da amanhã, queremos continuar a acreditar que o futuro, que é já ali, será bem melhor e gostaríamos de sermos capaz de seguir os passos de Ferreira de Castro que esteve, constantemente, ao serviço dos mais fracos e desprotegidos pela sorte.

Ferreira de Castro foi/é um cidadão do mundo. Sua humildade e compaixão fizeram-se notar desde muito cedo. Ávido de cultura, apaixonado pelos modelos humanitários, sentia profundamente os problemas alheios e tinha necessidade de agir, escrevendo, para se sentir bem com a sua consciência. De mentalidade aberta e moderna, dotado de grande intuição e compreensão, é um mestre de humanismo a ser seguido neste mundo conturbado em que vivemos, no início do sec. XXI.

Vale de Cambra, 29 de Novembro de 2001.

²³ Essa esperança que Bernard EMERY, tão bem interpretou em *O Senhor dos Navegantes*. Diz ele em seu texto que Deus fez-se homem «para vir encorajar este na sua luta contra uma criação falhada [...] para a conquista da felicidade e a organização de uma sociedade ideal graças ao triunfo da inteligência sobre a estupidez ou a renúncia, na vitória do espírito sobre a matéria. O falso Cristo de *O Senhor dos Navegantes* encarna a esperança no Homem e na sua evolução, a sua missão é pregar pelo mundo a coragem e o esforço libertador face aos obstáculos e aos limites que se opõem ao progresso constante da humanidade.

E é nisto que se revela a sua dupla natureza de criador e onde o debate metafísico se une ao problema da criação artística, neste caso o papel do escritor em relação aos outros homens», EMERY, Bernard, **A PARÁBOLA DO DEUS MALUCO**, Segundo um conto filosófico de **José Maria Ferreira de Castro**, texto policopiado, s.d., p. 4.

ANEXOS

I

A união Portuguesa em Manaus

[Artigo do «Portugal» de 8 de Junho de 1918]

Tradicionalmente já eu conhecia o eficiente valor congregativo da colonia portugueza em Manaus; temia, entretanto, que tal tradição fosse apenas a obra do lonjinho, que nos apresenta tudo por um prisma muito diferente do que materialmente é.

Escudado, portanto, numa frieza própria da análise sem entusiasmos, desembarquei em Manaus convicto de que iria encontrar no meio dos meus irmãos de sangue e d'alma, as dissedencias vis, o interesse rasteiro ladeando sempre o amor patriótico como infelizmente sucede em muitas partes onde a educação cívica não atinjiu o grau máximo da perfeição.

Aconchegado por mãos amigas ao convívio social de Manaus, tive o prazer de verificar que a minha antecedente prevenção própria ruiu sobre todos os seus mais fortes alicerces, pois a colonia luzitana no Amazonas não é elemento simples e sim uma espécie de Congregação ampla e seguramente solidificada nos mais altruisticos principios morais e materiais.

O movimento associativo portuguez em Manaus, suplanta sem embargo algum o movimento associativo de Belem, do Maranhão, do Ceará, de Pernambuco e de muitos outros estados.

E é sem duvida pelas sociedades transcendentemente orientadas que se consegue o alevantamento em conjunto duma

Terá esquecido Ferreira de Castro as suas origens...

colónia, como nas comunas praticadas, idealizadas pelos anarquistas.

A aproximação de que falei existe de facto no Amazonas realizada em grande parte pelas sociedades luzas daqui e em grande parte também pela incoercível distância que separa os meus compatriotas aqui residentes desse torrão florido onde deabrochou o nosso primeiro vajido e onde desejamos ardentemente soltar o ultimo gemido Portugal.

São certamente estes os princípios promotores desse ambiente patriótico e edificante, dessa vontade inteligente e insuperável, dessa união fraternamente pura que encontrei na colónia portuguesa em Manaus.

.....Ferreira de Castro

A 15 de Junho do mesmo ano, o «Portugal», ainda em primeira página publica uma noticia retirada de «A Época», de Itacoatira:

II

Ferreira de Castro em Manáos.

(..) o nosso compatriota Ferreira de Castro, intrépido paladino dos interesses portugueses na Amazónia, (...) veio a Manáos em serviço de propaganda do seu jornal e do “Almanaque de PORTUGAL” (2º ano) que pretende fazer sair á luz em 1919. (...) tem vizitado todas as sociedades portuguesas d’esta cidade. (...) Do confrade e amigo Ferreira de Castro, que agora deixa ficar em Manáos um largo círculo de amizades, que soube adquirir durante a sua

permanência n'esta cidade, (...) denodado campeão dos interesses da colónia portuguesa, (...) vigoroso jornalista, podemos avaliar da vivacidade do seu espírito, da imparcialidade de seus conceitos, sempre judiciosos, e da sua extrema ponderação apesar de jovem. De cultura vasta e selecta²⁴ rara em moços da sua idade, tem-se revelado no «Portugal» uma alma generosa e boa, sempre pronto a se deixar arrebatar pelo seu ideal, que é a propaganda da colónia portuguesa.



Bibliografia

BASTOS, Maria Luísa Tavares de, *A Amazónia na obra de Ferreira de Castro*, Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 1998.

CASTRO, Ferreira de, *A Volta ao Mundo*, vol.II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986.

— *Os Fragmentos (Um romance e algumas evocações)*, 2^a ed., Lisboa, Guimarães & C^a. Editores, s.d.

EMERY, Bernard, *A Parábola do Deus Maluco*, segundo um conto filosófico de José Maria Ferreira de Castro, texto policopiado, s. d.

JORNAL DE NOTÍCIAS, Domingo, 18 de Novembro de 2001.

²⁴ Culto não é quem sabe muitas coisas, mas quem assimila o essencial, o valoriza, selecciona e transmite de forma equilibrada, consciente, o que faz dos homens verdadeiramente seres humanos é compreensão mutua, o aperfeiçoamento progressivo e equilibrado.

Sombras e veredas cruzadas em A Missão **de Ferreira de Castro**

Ivone Bastos FERREIRA

*«A luz toldara-se e no bosque onde ele [Superior]
se extraviava não havia apenas uma sombra,
mas diversas sombras, não havia uma só vereda,
mas muitas veredas cruzadas.»¹*

A novela, *A Missão*, de Ferreira de Castro é a primeira de um conjunto de três novelas, a que dá o título, publicado em 1954. Em termos de género literário assim ficará inscrita na obra romanesca do escritor. Contudo, a cada nova leitura uma outra perspectiva se vem afirmando, a da sua estrutura dramática, com uma dimensão trágica psicologicamente dissecada e elaborada, magistralmente rematada por uma catarse irónica não muito

¹ Ferreira de Castro, *A Missão*, Lisboa, Guimarães & C^a., 1954, p.18.

frequente na sua obra.

Polifonia dialéctica verbalizada e/ou interiorizada, ambas fulcrais e divergentes na essência, é o que encontramos desde que a narrativa – ousamos sugerir – começa a construir-se. Tentaremos, pois, erguer um pouco o véu dos conflitos – mundo de sombras e veredas — , suas (hipotéticas) soluções, seu nascimento e morte, limitando-nos a referir o que nos parece fulcral na construção e consequente progressão da acção dramática.

Localizada entre Tours e Bordéus, esta Missão poderia ter-se erguido em qualquer outro lugar da França ocupada pela hidra nazi. A olhos desacostumados, surge como um edifício antigo, bafejado por uma natureza edénica, oásis de águas límpidas, que só o receio de um país progressivamente ocupado começará por turvar, culminando no lamaçal das mais recônditas fraquezas humanas. Mas os tentáculos do medo ainda não começaram a desdobrar a sua lentidão inexorável, fatal. Assim, a paz celeste repousa na terra, em local devotado ao Senhor. De outro modo, sendo o mundo o fosso de iniquidades conhecido, a missão dos representantes de Deus é unicamente restabelecer o elo que conduzirá o homem à salvação.

Uma escada encostada ao beiral, a presença do velho Bagatelle, «homem de sete ofícios»², remexendo a tinta branca, merecem ao Padre Mounier, de regresso do exercício da caridade, uma atenção cortês, que a pergunta corporaliza³. Da mesma forma, a resposta foi ouvida com o desinteresse atento de quem envereda por

² *op. cit.*, p.13.

³ «Bom dia! Então qual é hoje o trabalho?», *op. cit.*, p.14.

outros atalhos da mente, esses sim, de escolhos aparentados aos dos suplícios míticos. Mounier entrega-se a um processo de autopunição mental pela humana fragilidade que explode no confronto com os prazeres da carne, no feminino.

Esta, a situação inicial de *A Missão*: uma ilusão de paz e leveza subitamente desmentidas quando Georges Mounier, depois de ter não só aprovado como considerado necessária a pintura da palavra Missão no telhado, para protecção dos bombardeamentos, vê inscrever-se, na cruel clareza da sua razão recuperada, depois dos desvarios de atracção carnal custosamente reprimidos, o horror da decisão.

Volta sobre os seus passos inquirindo a proveniência da ordem. Depois da certeza, pede a Bagatelle que aguarde até falar com o Padre Superior. A suspensão dessa ordem, que não emitira, articula-se com «todo um silêncio suspenso»⁴ cá fora, enquanto cai o pano deste primeiro acto.

Colocada, de seguida, a questão ao Superior, uma teia de implacáveis dilemas começa a deixar ver a sua tessitura. Até este momento, o leitor ignora a existência de uma fábrica de armamento, arquitectonicamente igual à Missão, embora em pior estado, destinada outrora a convento de freiras, mas que nunca chegara a cumprir essa pia função.

Portanto, é a consciência de Mounier, que sabemos atormentada pela sensualidade, que primeiro reage na busca da clara

⁴ *op. cit.*, p.16.

defesa dos operários da fábrica e de suas famílias. A dedução lógica não pode ser mais transparente: inscrevendo-se a palavra Missão no telhado, excluir-se-á radicalmente a dúvida dos bombardeiros alemães, transformando o anúncio da existência dos servos de Deus, no edifício, em cruel instrumento de matança, por exclusão de partes. Um outro argumento atinge o Superior: a Missão alberga um total de treze homens, enquanto que a fábrica emprega cerca de quatrocentos, excluindo as famílias que vivem em casebres encostados aos seus flancos protectores.

A obesidade despreocupada do director espiritual da Missão escuta o Padre Georges. Este começa por experimentar o desconforto da necessidade de uma longa ponderação, para depois ser atingido por um desconcerto repentino, gerador de embaraço. Sim, compreende os escrúpulos do padre, mas o receio manifestado é uma utopia: «Só Deus sabe por que criou a vida como ela é».⁵ O uso internacional avaliza e justifica a inscrição sobre os telhados das Missões, espelhando a neutralidade terrena do reino de Deus. As palavras do Superior embatem na teimosia de pedra e cal de Mounier. Demasiado gastos pelo clero, regular e secular, do topo à base das diferentes hierarquias, os inevitáveis argumentos defendendo o papel das Missões no mundo, servindo-se da luz que irradiariam, acabam por provocar na natureza bonacheirona e conciliatória do Superior um inesperado ricochete. A brecha por onde se escoam todas as dúvidas vem do fosso hermético entre Deus e eles, seus ministros;

⁵ *op. cit.*, p.19.

essa incomunicabilidade mais densa do que a crença nas opções do Pai e seus porquês.

E se alguns, poucos, eleitos tiveram em suas vidas o direito à iluminação divina em momentos de terrífica escuridão, não sentia o Padre Superior ser esse um possível privilégio seu. Aos sessenta e cinco anos, oriundo de família humílima, atingira a calma dignidade de quem muito viu e se acomodou às veredas que trilha. O seu interlocutor, Mounier, atingira os cinquenta mas, compreendia-o agora, o seu cataclismo interior, em lugar de esvair-se na pacífica existência da Missão, não fizera mais do que aumentar com o tempo. Esgotados os argumentos, sem que uma qualquer reacção de assentimento animasse a severidade do Padre Mounier, o Superior compreende que luta contra o mais firme dos idealismos quixotescos. Decide, pois, reunir todos os missionários para auscultar-lhes a opinião antes da decisão definitiva.

Onze homens, excluídos os irmãos hortelão e cozinheiro, que não possuíam essa prerrogativa, reúnem-se na sala do capítulo. Ao consílio preside Cristo crucificado na sua lividez agónica, incapaz de suavizar totalmente a frialdade do recinto. Dir-se-ia uma recriação da Última Ceia se as tábuas negras da cruz não impusessem sua cor real e o número de discípulos se cumprisse. Se assim tivesse sido, diegeticamente falando, a estrutura em abismo entreaberta conduzir-nos-ia à essência da verdadeira prática religiosa, como a do primitivo Cristianismo, onde o amor ao próximo anulava os mais altos instintos de defesa da espécie. Mas os mártires tinham tido um tempo calendarizável e outros valores

se foram levantando no seio da Igreja de Cristo, consolidados por argumentos demasiado petrificados, assumindo o valor do dogma que nunca seriam.

Onze homens divididos em duas facções de notório desequilíbrio. De um lado, numa compreensão fanática do seu papel no devir dos homens e mulheres da aldeia, na maioria trabalhadores da fábrica, o Padre Georges Mounier; do outro, os restantes padres, não considerando a progressiva consciencialização do Padre Superior, proporcional ao «pathos» no qual se debaterá em demanda de uma rigorosa expressão das justiça e vontade divinas. A Cristo agonizando na cruz é negada, na sua fixidez iconográfica, qualquer possibilidade de intervenção.

Os Padres Brissac e Michaux são os primeiros a entrincheirarem-se numa defesa algo frágil mas que, à primeira vista, parece redimir todas as dúvidas: a fábrica estava camuflada. Gelo demasiado fino para ser pisado de alma tranquila, provará Georges Mounier por exclusão de hipóteses, vincando acerbamente, por palavras, mas sobretudo por silêncios, o desencontro entre o cumprimento da missão divina na terra e a preservação da espécie.

Às vozes discordantes de Brissac e Michaux outras se juntam na defesa do que consideram ser a «boa semente»⁶. No fundo, é tão somente a luta desigual entre dois tipos de argumentos: o vital e o verbal, como esclarece o narrador. Contudo, o elemento vital é expressão de excessiva acomodação

⁶*op. cit.*, p.24.

a uma vida sem sacrifícios, na quietude de uma missão que se cumprirá serena e patrioticamente, porque o reino defendido se situa fora deste mundo palpável. Logo, nem o discreto rebate de aprovação do Padre Lafargue faz mudar o rumo da discussão. Encerrados no labirinto das suas apetências terrenas, os missionários confrontar-se-ão com o Superior que, em desespero de causa, decide suspender a reunião, convocando a decisão, por certo sabiamente apaziguadora, do Superior Nacional da Ordem, a quem consultará de imediato através do correio.

Desta forma, *A Missão* encerra-se numa espécie de limbo suspenso sobre a hora dramática que a França vive, aguardando. Nessa angústia de espera, duas almas, em veredas paralelas, irão cumprir os desafios humanistas da fé. Referimo-nos, obviamente, a Georges Mounier, desalentado com a ausência do fogo divino, em si e nos outros irmãos, e ao Padre Superior, cujo percurso interior em direcção a uma ascese purificadora cremos desempenhar o importante papel de fiel da teia dramática.

Chegado há cinco meses à Missão, o Superior só saía do seu confortável isolamento para visitar a mais importante figura da aldeia, o senhor Roussin, cujos antigos pergaminhos, coincidentes com a elevada assunção de um pundonor de casta, afastavam a demais população. É então a pretexto do habitual crapaud em casa de Roussin que o Padre Superior, depois do conselho, começa a visitar a fábrica nunca antes vista, refazendo para lá e para cá o caminho que a ela e às suas gentes conduz, reconstruindo, em simultâneo, veredas interiores do seu ser infantil e adolescente, até

ao pecadilho imaturo e incontornável de uma paternidade só brevemente concretizada, por vontade do Altíssimo. Aproximando-se das reais camadas sobrepostas do seu verdadeiro «eu», o Superior inicia a dolorosa ascensão para o conhecimento da sua função sacerdotal no mundo: aproxima-se cada vez mais das pobres gentes, passa a acariciar as crianças com o à vontade natural do hábito reencontrado, experienciando uma funda intimidade com um meio em tudo semelhante ao que fora seu, e que a vida privilegiada de aconchego sacerdotal, escondera, em protegido recanto da memória. Uma época clara e distante aproximou-se vertiginosamente, por desconhecida alquimia, só manchada pelas notícias do avanço dos alemães, avidamente sorvidas através da rádio.

Na Missão, o tempo suspendera-se na espera lentíssima do correio; essa autorização sagaz que tardava e que os livraria de todos os males: os da guerra e, espelhados nas relações de silêncio tenso, os da consciência.

Brissac é o primeiro a desistir, com vergonhosa desculpa na boca de um missionário: ia prestar auxílio à velha mãe, longe, muito longe. Aproveitava para pedir transferência para a «Missão no Ariège»⁷. A frieza condenatória do Superior, atendendo ao seu pedido, não pareceu desencadear-lhe qualquer remorso, ou sequer a sombra de uma dúvida.

Quanto a Georges Mounier acentuavam-se a singularidade do

⁷ *op. cit.*, p.42.

seu carácter e o isolamento voluntário da comunidade.

Para o Padre Superior a convivência com as crianças da fábrica assumia contornos de liberdade e purificação que as «vidas fanadas e as palavras de portas duplas que havia na Missão»⁸ cerceavam à nascença, não chegando sequer a deixar eclodir.

A tão ansiada resposta à carta chega finalmente numa pujante manhã de Junho. O céu e as roseiras da Missão estão em paz, irremediavelmente afastados da humanidade. No íntimo do Padre Superior, o tão almejado alívio desfaz-se num fumo de incómoda densidade. O que deveria ser tranquilidade de consciência e ausência de responsabilidade torna-se serpente mítica, tentadora, símbolo de todas as perdições⁹. Definitivamente expulso do paraíso moral que, qual nevoeiro cerrado, protegia a Missão da sua própria consciência, o Padre Superior assiste à luta entre os seus anjos e demónios como se o desfecho lhe fosse estranho. Ocultará a carta, adiando sem prazo a decisão de dar a conhecer o seu conteúdo; mente e surpreende-se com a naturalidade com que o faz. Dirige-se a Deus, reza, implora, humilha-se, mas a resposta não vem: ele terá de decidir sozinho, desamparado.

Sucedem-se os dias pontuados pelo horror progressivo da guerra e pela natureza em flor, dir-se-ia que em ofensiva calma. Os missionários enredam-se nos mesmos círculos; estão sós, desligados

⁸ *op. cit.*, p.45.

⁹ « O Superior sentia, cada vez mais, o perigo que a serpente encerrava nas suas voltas.», *op. cit.*, p.48.

da pureza anterior que os unia às coisas e aos seres. O governo francês recua, desta vez para Bordéus; a guerra cada vez mais presente. Há aviões ameaçadores no céu: será o fim de tudo? Não, ainda não. Após essa visão palpável, Mounier desaparece do convívio com todos os outros, não sem antes se reunir um novo conselho, a pedido dos missionários, ao qual assistirá em parte. Angustiado, o Padre Superior teme ter sido desmascarado. Mas tratava-se somente de acabar de vez com o destruidor compasso de espera que os oprimia. Estimavam o Padre Georges mas, nos últimos anos, tinha-se tornado quase sacrificial o convívio, em tolerância e amor ao próximo, com as suas ideias heréticas. No ano anterior tomara posições políticas ao enveredar por uma campanha anti-colonial numa revista laica. Recordam quem o salvou na altura: o Padre Superior.

Este, numa espécie de fuga suicida ao inevitável, debate-se interiormente entre a dor real nos pés, causada pelos sapatos novos calçados nessa manhã e a análise do discurso, por vezes melífluo mas ofensivamente persuasivo, dos missionários que vão tomando a palavra. O cerco aperta-se gradualmente até ao tão temido momento de decidir. Por momentos, a mente do Superior reduz todos os presentes a um estádio infantil onde brincar é a inquietação máxima. Encontrado o fio da realidade, tenta, hesitando, adiar a decisão ofuscado pela imagem da balança interior, possuindo num dos pratos a carta «desviada» e no outro – o seu – aquilo que queria ter a coragem de decidir a percorrer-lhe todas as veias.

Após pôr em causa a existência de uma vontade divina que se

preocupe com o devir humano, o bem e o mal, em discurso lento, Mounier, acusado pelos outros de heresia, abandona a reunião. O Superior sentiu que a decisão já fora, afinal, tomada e submete-se¹⁰. Interiormente, distinguia a balança pendendo em desequilíbrio anômalo. Compreende, então, que nunca terá coragem para dar a contra-ordem em público.

O senhor Roussin, nobre companheiro de crapaud do Superior, única personagem da novela com traços mais fortes fora da Missão, herdeiro legítimo da coragem dos antepassados, cruzados e afins, revelar-se-á o ser mais mesquinho em dois aspectos: primeiro, na mais rigorosa indiferença pelo destino dos habitantes da aldeia, segundo — o que será por certo muito mais grave aos olhos de Deus, já que incompreensível a homens de boa vontade — na mais baixa das covardias, porque não assumida na sua dimensão de humano medo. Neste sentido, recorrerá, sob as máscaras da amizade e do desejo de companhia em tão doloroso transe nacional — a ocupação da França, a capitulação do General Pétain — aos muros protectores da Missão, não sem antes estranhar a ausência da palavra salvadora inscrita no telhado, sugerindo subrepticamente, do fundo do seu pavor, que não teria sido ainda pintada por esquecimento. Numa ironia coleante, o Superior, enojado com mais uma manifestação de antropofagia social, responde: «— Não, não foi esquecimento — (...). — Temos estado a pensar nisso...»¹¹.

¹⁰ «Seja feita a vossa vontade — acrescentou». *op. cit.*, p.63.

¹¹ *op. cit.*, p.68.

Em reunião com o Padre Superior, Georges Mounier decide renunciar à vida religiosa. De novo o apontamento grotesco das prosaicas dores nos pés do Superior abre para a fuga às respostas que Mounier metaforicamente implora, conscientemente afirmando que :«- Quando começamos a interessar-nos profundamente pelo destino dos homens sobre a terra e a preocuparmos com as injustiças que eles sofrem aqui, é que já se abalou em nós a certeza de que o sofrimento neste mundo é o preço da felicidade no outro.»¹². As suas dúvidas tornam-se



Desenho de Endre Szász para a edição húngara de *A Missão*: A Rendház, Budapeste, 1968

pesadas, opacas. Recuperado o bem-estar nos pés, graças aos chinelos que entretanto conseguira calçar, o Padre Superior muda de sentir, identifica-se secretamente com aquele padre cheio de dúvidas, que tanto o atemorizaram. Mounier deseja inteira

¹² *op. cit.*, p.71.

liberdade. Um misto de ternura e de um vago remorso farão o Superior solicitar-lhe que medite, mesmo depois de terminar a entrevista.

Os tentáculos destruidores da guerra aproximam-se a passos largos. Na Missão, os homens de Deus escutam avidamente a rádio; petrificam-se, apavorados, à medida que a consciência dos tanques alemães, arrasando tudo, se inscreve com maior nitidez no futuro próximo. Ensaíam ingênuas intenções de patriotismo.

O penúltimo acto narra, dramaticamente, os últimos pesos a colocar no prato da balança oposto ao do Superior. Continua a escutar-se a rádio; os homens isolam-se no medo da justiça dúbia que defendem. Ainda mais solitário, o Padre Superior anuncia finalmente a decisão de mandar pintar a palavra Missão no telhado, para, de imediato, evocar o armistício provável adiando um pouco mais a tarefa: Talvez não houvesse necessidade e o telhado permaneceria limpo.

Efectivamente, a França capitulara. Ocupada sem cerimónias pelo exército alemão, a Missão transforma-se em quartel. Até porque, como constatará o correcto e frio oficial nazi, só onze das celas estão ocupadas por direito, estando a outra indevidamente por Roussin. Coagidos a mudarem-se para a humidade de piores celas, os missionários são, então, inesperadamente colocados frente a frente com a terrífica ironia da ordem alemã: é preciso que no dia seguinte seja pintada no telhado a palavra Missão para iludir os ingleses.

Obra de maturidade narrativa e dramática, *A Missão*, de Ferreira de Castro, interroga-se e interroga-nos sobre o homem, a sua vivência religiosa e laica em momentos de perigo, e sobretudo, sobre o desfasamento ético e moral entre essas opções de sobrevivência vital e os valores abraçados como opção de vida. É o drama humano na sua face bifronte, assustadora a partir do momento em que o instinto se sobrepõe a todos os ideais. Por outro lado, as aprendizagens do Padre Georges e do Padre Superior, seguindo veredas diferentes, pontuadas por sombrias dúvidas, são especularmente lutas comuns à nossa essência imperfeita, em busca do humano ou do divino.

À ironia final acrescentamos somente que, pelo menos ficcionalmente, Deus, afinal, escreve direito por obscuras e tortuosas vias.

Março de 2002



LEITURAS



Ferreira de Castro, *A Selva*, 39ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, 2000.

Mais uma edição, desta vez com uma capa de um grafismo excelente a partir de uma das ilustrações de Portinari para a edição comemorativa de 1955.

* * *



Ferreira de Castro, *O Senhor dos Navegantes*, Lisboa, Expo'98, 1998.

A presença de Castro na coleção «98 Mares».

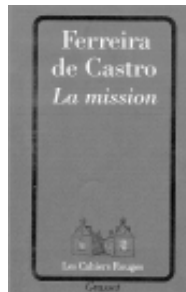
Castriana, nº 1, Ossela, 2002



Ferreira de Castro, *Macau e a China*, prefácio de Ricardo António Alves, tradução de Chau Heng Chon, Taipa, Câmara Municipal das Ilhas, 1998.

Edição bilingue, em dois volumes separados, graficamente cuidada e oportuna, do capítulo de *A Volta ao Mundo* sobre a China, publicada nas vésperas do fim da soberania portuguesa sobre aquele território.

* * *

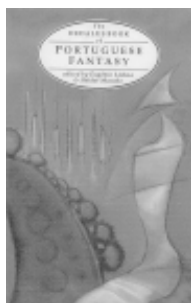


Ferreira de Castro, *La Mission*, traduit du portugais par Louise Delapierre et Renée Gahisto, Paris, Grasset, 1998.

Nova edição da tra-

dução francesa de *A Missão*, dedicada a Henri Poulaille, desta vez na coleção de livros de bolso da Grasset, «Les Cahiers Rouges». Precedida duma curta, mas bem informada, nota sobre o autor – ou não fosse a Grasset a principal editora francesa de Ferreira de Castro –, o editor termina desta forma a apresentação da narrativa: «Dans un style très épuré, avec une lenteur d'exposition évoquant le recueillement, la contemplation, Ferreira de Castro, dans ce court roman, pose des questions essentielles: Qu'est-ce que la vocation? Et la grâce? Quelle valeur accorder à "l'argument vital" face à "l'argument moral"? Sondant le coeur et les reins des hommes de Dieu, leurs doutes, leurs faiblesses (au fond, comme chez les profanes, "l'amour viscéral du bien-être et de la vie"), il se révèle sans pitié pour ceux que trahissent leur foi.»

* * *



Eugénio Lisboa e Helder Macedo (org.), *The Dedalus Book of Portuguese Fantasy*, translated by Margaret Jull Costa, Cambis, Dedalus, 1999.

Inclui a versão inglesa de *O Senhor dos Navegantes* (*Our Lord of all Seafarers*), tratando-se da segunda tradução do conto neste idioma, sendo a primeira da autoria de Ann Stevens, inserida na colectânea *Stories from the London Magazine* (1964), intitulada *Our Lord of Mariners*.

A presente compilação inclui mais treze autores: Pinheiro Chagas, Álvaro do Carvalho, Eça de Queirós, Fialho d'Almeida, M. Teixeira-Gomes, António Patrício, Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros, José Régio, José Rodrigues Miguéis, Domingos Monteiro, Mário-Henrique Leiria e David Mourão-Ferreira.

* * *

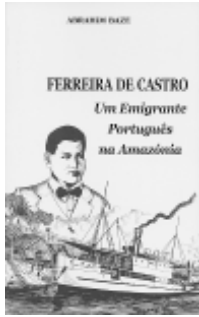


Curt Meyer-Clason (org.), *Portugiesische Erzählungen des XX. Jahrhunderts*, Freiburg, Beck & Glückler, 1998.

Nova edição, muito aumentada, da antologia de contos portugueses, vinda a lume por ocasião da Feira do Livro de Francoforte, 98, incluindo *Der Gott der Seefahrer*, tradu-

ção de *O Senhor dos Navegantes* por Ilse Losa. O volume antologia 45 escritores, de Aquilino Ribeiro a Luísa Costa Gomes.

* * *



Abrahim Sena Baze, Ferreira de Castro, *Um Emigrante Português na Amazônia*, Oliveira de Azeméis, Revista Portugal, 2001, 127 pp.

Em 2000, por convite dum amigo, Comendador Aníbal Araújo, o estudioso manauara Abrahim Sena Baze, apaixonado pela literatura portuguesa e pela gente lusa, chega a recuperar a trajectória amazonense do jovem José Maria Ferreira de Castro que, entre 1911 e 1914, viveu nas condições bastante penosas, no Seringal «Paraíso», à margem do rio Madeira, alistado nas hostes dos trabalhadores florestais, especializados no corte da seringa, por conta dum dos latifúndios gomíferos existentes no calha daquele barrento afluente do Amazonas.

O futuro escritor de renome mun-

dial, traduzido em trinta e seis línguas estrangeiras, era, então, um adolescente pobre, órfão do pai, precocemente falecido, em 1906, e que veio ao Brasil, com destino à grande cidade de Belém do Pará, onde esperava alcançar um emprego no comércio, contando com a benevolente ajuda do seu padrinho e com o apoio dos sócios deste último. Porém, depois de desembarcar na capital do Pará, logo vivera a sua primeira grande desilusão, percebendo que no armazém do seu «protector» não havia lugar para ele e, em consequência disso, seria impelido para aceitar a colocação no rol dos candidatos a seringueiros, ao lado dos nordestinos, todos eles homens adultos, recrutados nos sertões do Ceará, da Paraíba ou do Piauí, flagelados pela seca.

Frise-se aqui que aquelas levas de trabalhadores braçais eram tangidas pelos capatazes-angariadores, rumo aos respectivos seringais, todos grandes devoradores de mão-de-obra que constituía a força motriz da economia extractiva, exportadora da borracha vegetal. Até 1910, a Amazônia vivia no auge da prosperidade, devida à extracção gomífera, que garantia ao Estado boas receitas fiscais, e

um certo desafogo aos seus habitantes. Mas já no ano de 1911, o adolescente Zé Maria Ferreira de Castro presenciou os primeiros sinais do declínio do ciclo da borracha triunfante e as primeiras dificuldades económicas e financeiras dos atacadistas de látex ou seja dos aviadores-exportadores e também dos proprietários e dos gerentes daqueles imensos latifúndios gomíferos, onde imediatamente começou a agravar-se a precariedade das condições de vida e de trabalho dos seringueiros, presos no «cárcere verde» da mata tropical, onde se tinham entranhado em busca de um amanhã melhor.

No seu estudo, dedicado à fase amazonense da vida atribulada de Ferreira de Castro, Abrahim Baze procurou basear-se na trama do célebre romance do escritor português, intitulado «A SELVA», para onde, nos anos de 1929-1930, ficaram transpostas a maior parte das vivências, observações, sentimentos e pensamentos do autor. Consciente dum elevado teor autobiográfico, contido no referido texto narrativo, o estudioso de Manaus resolveu conservar, na sua pesquisa, o plano de organização macro-

-estrutural da obra de referência, tentando com um êxito evidente estabelecer um paralelo entre os eventos apresentados conforme a estratégia discursiva do escritor luso e os trâmites da difícil existência do adolescente Ferreira de Castro, no seringal situado à margem do rio Madeira.

Através dos breves episódios, retratados nos capítulos concisos, Abrahim Baze leva ao nosso conhecimento e comenta muitas facetas deste período da vida do conhecido escritor, até à data da sua saída definitiva do «Paraíso». Contudo, como amazonense de gema, o investigador brasileiro também quis nos brindar com algumas informações e descrições mais pormenorizadas daquele universo maravilhoso, feito dum mosaico de rios caudalosos e de selva, repleta de mistérios, nunca completamente desvendados, um mundo amazónico, no seio do qual o ser humano se torna insignificante, quase reduzido a uma condição animal, onde ao menor descuido pode perder a vida, desaparecendo tragado pela mata, pelas brenhas impenetradas e indomáveis.

Abrahim Baze esforça-se por expli-

car-nos, duma maneira simples, o tipo de existência que os viventes nos seringais levavam no seio na natureza grandiosa mas inóspita e inimiga do homem.

Ao mesmo tempo, o estudioso manauara dá-se conta do súbito despertar, no adolescente Ferreira de Castro, humilde empregado do Seringal «Paraíso», do futuro humanista de coração aberto, consciência dos perigos que representava para os alienígenas o universo verde da Amazônia, e que não tarda a aperceber-se, indignado, da exploração impiedosa dos trabalhadores do látex pelos seringalistas e pelos aviadores, sempre prontos a enganar, a vigiarizar a mão-de-obra indefesa, em luta sem trégua contra o meio ambiente.

O autor do pequeno ensaio revela-nos a semente da decepção, do nojo e da revolta que germina no coração do jovem emigrante português, atirado para a calha do Madeira, onde centenas de nordestinos vegetam em acomodações primitivas, vítimas do desprezo dos mais poderosos e endinheirados, expostos aos ataques dos ferozes Parintintins, ainda não pacificados, e que matam os «civilizados» para se apoderar do

«material» que se encontra na posse dos seringueiros e vingar-se deles da ocupação dos seus territórios ancestrais.

O jovem Ferreira de Castro vê os sonhos perdidos dos seus companheiros, transformados em prisioneiros da selva e do seringal, condenados à morte a médio ou longo prazo, sem vislumbrarem nenhuma outra solução para se salvar. Essa situação enche o adolescente português de tristeza e o valente rapaz de Ossela, já desenganado e amadurecido, promete a si próprio travar, em breve, a luta em defesa de todos os humildes e explorados da Amazônia e do mundo inteiro.

Simultaneamente, o futuro escritor luso vive no Seringal «Paraíso» roído de saudades da mãe, dos irmãos e parentes, da sua aldeia natal e do distante Portugal que o viu nascer.

A parte fotográfica do ensaio de Abraham Baze ajuda os leitores a formarem uma ideia mais precisa do universo amazónico e da existência precária dos viventes no seio da floresta tropical, no meio da flora e da fauna desconhecida na Europa. O estudioso aproveitou os documentos do arquivo de Silvino Santos, que datam do segundo decénio de No-

vecentos.

Um valor especial há-se ser atribuído ao anexo, dedicado à família Teles Monteiro e ao Juca Tristão, respectivamente : proprietários e gerente do Seringal «Paraíso», que intervêm na história tecida no romance «A SELVA» e também no ensaio de Abrahim Baze. Os esclarecimentos do estudioso brasileiro, natural do Amazonas, completam naturalmente aquilo que o leitor não consegue encontrar nas páginas da narrativa amazónica de Ferreira de Castro.

Ainda convém salientarmos pela mesma ocasião o carinho com que Abrahim Baze trata a memória da passagem do adolescente emigrante Zé Maria pelas terras do Médio Madeira. À ternura que sente pelo corajoso rapaz lusitano junta-se, numa dada altura, a admiração incondicional pelo homem e escritor humanista Ferreira de Castro. E até nos quer parecer que os elogios dirigidos ao jovem empregado do barracão do Seringal «Paraíso» acabaram por levar o estudioso amazonense à idealização, tanto da mãe do escritor português quanto das condições de vida que a família numerosa de José Eustáquio

Ferreira de Castro tinha em Ossela, no concelho de Oliveira de Azeméis, naquele dealbar da centúria de Novecientos. Obviamente, o investigador brasileiro tem alguma dificuldade em avaliar o peso das dificuldades económicas que devia enfrentar, no seu dia a dia, a viúva Maria Rosa Soares de Castro, mãe de cinco filhos nascidos do seu casamento e de dois outros rebentos oriundos de uma amigação encorajada pelos tios maternos de José Maria Ferreira de Castro.

A família vivia frugalmente, numa aldeia nortenha, onde as courelas mal amanhadas e cercadas de pedregulho, nem sequer garantiam o sustento correcto de todos os seus membros. Como, então, a Dona Mariquinhas teria podido manter o seu primogénito num liceu, na cidade, e depois encaminhá-lo para a Faculdade de Direito ? O que nos sugere o autor do ensaio apenas pertence à ficção romanesca de «A SELVA», cujo protagonista Alberto, monárquico militante, exilado na Amazônia, efectivamente tinha sido finalista de Direito, em Lisboa, antes de se comprometer politicamente na altura da insurreição de Monsanto.

Por outro lado, a progenitora de José Maria Ferreira de Castro tão-pouco podia pagar ao filho em apuros uma passagem de regresso a Portugal. Pelo contrário, quem ficou ajudado pela mãe extremosa, foi outra vez a personagem ficcional Alberto, oriundo das chamadas boas famílias, com património e cabedais comprovados.

Por essa (mesma) razão, aliás, o nosso Ferreira de Castro, depois de deixar o Seringal «Paraíso», teve que ficar em Belém do Pará, até 1919, exercendo diversos ofícios, geralmente mal pagos, ou vivendo de expedientes para sobreviver e tentar juntar o dinheiro necessário para financiar o seu regresso definitivo à pátria portuguesa.

Também pelas mesmas razões antes de viajar para o Brasil, o jovem José Maria nunca conheceu a capital portuguesa, nem passeou pela Avenida da Liberdade, que eram lugares frequentados pelo seu protagonista Alberto. Em boa verdade, os pais do futuro escritor raramente saíam da aldeia de origem e, quando muito, só se deslocavam nos limites do território do respectivo concelho. Naquela época, as famílias rurais nunca tomavam férias e no meio em

que nascera José Maria Ferreira de Castro, ninguém pensava em espai-recer, em visitar outras terras. O meio social de que era oriundo o grande escritor luso, **viajar** logo significava **emigrar**, quer dizer ir aonde fosse possível **enriquecer**. Emigrava-se para trabalhar e não para se divertir...

José Maria Ferreira de Castro só conheceria Lisboa e arredores, quando já adulto voltasse do Brasil e resolvesse ficar na capital a fim de residir na grande cidade, onde se conseguia trabalhar como jornalista, ter contacto com os meios intelectuais, publicar os seus escritos, em parte inspirados nas vivências amazónicas. Naquela altura, Ferreira de Castro já não tinha ilusões, cónscio de que não havia futuro algum para ele, em Oliveira de Azeméis ou na remota aldeia de Ossela.

Em 1910, a mãe de Ferreira de Castro não se opôs ao projecto de emigração do seu primogénito porque ela própria esperava que o filho, razoavelmente instalado no Brasil, a ajudasse financeiramente.

No entanto, é provável que, durante os dias monótonos da sua permanência, no Seringal «Paraíso», movido

pelas saudades pungentes, o adolescente Zé Maria tivesse embelezado as suas recordações da infância aldeã, reconhecendo naquele período da sua jovem existência um tempo bendito isento das preocupações materiais. A partir daí, a sua mãe começou a afigurar-se-lhe terna e bondosa, os irmãos bonzinhos, os amigos todos benevolentes, verdadeiros anjinhos, de que ele, no seu exílio tropical, sentia uma falta tremenda e cruel. Os tais pensamentos explicam-se perfeitamente na mente torturada dum adolescente ambicioso, confinado nos cafundós da Amazónia em crise económica, para onde o destino o tinha atirado. Em poucas palavras, Abrahim Baze entreviu a infância portuguesa do escritor Ferreira de Castro pelos olhos saudosos do triste adolescente Zé Maria, um jovem sonhador, sentado à sombra da sapotilha amiga, a pouca distância do barracão ribeirinho do «Paraíso», imaginando o seu regresso a Portugal. Mas que esses pormenores não ofusquem o mérito do trabalho fornecido pelo estudioso brasileiro Abrahim Baze, que soube levar ao alcance do leitor um pouco daquela infinita beleza natural da sua

Amazónia natal, que o romance de Ferreira de Castro deu a conhecer ao mundo inteiro, engrandecendo a visão épica da selva e do vale da Madeira com o empenho da sua própria humildade e pela atitude fraterna e solidária para com os seringueiros daquela região lactífera, companheiros dos tempos do «Paraíso», nunca esquecidos e sempre presentes na memória do romancista luso.

Maria Eva LETÍZIA

Centre de Recherche et d'Etudes
Lusophones et Intertropicales
(C.R.E.L.I.T.)-Université «Stendhal»-
GRENOBLE III

* * *



Pedro Calheiros
(org.), *Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro*, Aveiro, Câmara Municipal, 1998, 48 pp.

Catálogo de Exposição Foto-bibliográfica e Documental.

Comecemos por um pormenor que, parecendo de somenos, dificilmente trai a marca de qualidade que se pretende pôr nas coisas: o grafismo

– da responsabilidade de Francisco Vaz da Silva –, simultaneamente sóbrio e atractivo; a acertada escolha das fotografias da capa e da contracapa. Pela fuga ao *cliché*, algo nos diz desde logo que este livro-catálogo merece a nossa atenção.

Saudemos, também, a conjugação de esforços da Câmara Municipal e da Universidade de Aveiro, que resolveram assinalar, duma forma que foge ao comemorativismo oportunista, o centenário de um dos mais ilustres filhos do distrito que ambas representam institucionalmente.

E por Aveiro poderíamos começar. Este catálogo é um arremesso contra o esquecimento, mas também bofetada sem mão àqueles que muito falam e pouco fazem, aos que não estiveram à altura das suas responsabilidades, aos que se serviram da efeméride para uma patética promoção pessoal. Mas não aqui. O texto de Pedro Calheiros é, a este nível, exemplar. Não se trata de uma mera apresentação dos espécimes transcritos e publicados; é inclusive uma insurgência contra aquilo que classifica de «um injusto e negligente esquecimento» – assim se intitula o seu texto. Pessoalmente preferimos falar de silenciamento mediático e

de mediocridade e auto-satisfação de uma parte não despicienda da academia. Pois se há autor contemporâneo desaparecido que não foi esquecido pelos leitores, ele é – como já várias vezes escrevemos – Ferreira de Castro. As sucessivas reedições póstumas dos seus principais romances (incluindo, por duas vezes, as «Obras Completas», na Lello e no Círculo de Leitores), comprovam-no.

As cartas, as dedicatórias, as fotografias inéditas, o cuidado e o apuro postos nesta edição desmentem a «singeleza» com que, por modéstia, Pedro Calheiros pretendeu classificar este catálogo – claramente uma das importantes e fecundas iniciativas das comemorações do centenário.

Complementado por uma «Cronologia sumária» (pp. 20-21), pela republicação de três textos circunstanciais, de grande significado para Aveiro – a *Mensagem aos Democratas de Aveiro* (1956), a «Mensagem» ao II Congresso Republicano (1969) e um discurso de evocação de Mário Sacramento – além do «Testemunho» de Cecília Sacramento (pp. 41-48), redigido expressamente para a ocasião –, a grande relevância deste

catálogo reside na publicação de vários inéditos.

Os documentos utilizados pertencem às coleções particulares de Cecília Sacramento, Óscar Lopes e Urbano Tavares Rodrigues, a que se junta um significativo rascunho da carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em 1973, a propósito da doação de seis mil livros da sua livraria pessoal e da biblioteca que mandou erigir frente à casa onde nasceu, documento também ele pertencente a um particular:

«Quando, na minha adolescência, eu tinha uma grande sede de cultura e nenhuns recursos materiais para adquirir livros, a Biblioteca Pública de Belém do Pará foi-me imensamente útil. / [...] / Assim, quando em 1970 e 1971, me concederam dois prémios literários, decidi imediatamente, decidi romanticamente pois não sou rico, edificar uma biblioteca em Ossela, ao seu povo destinada.» (p. 23).

Só esta doação, que dotou, há décadas, uma freguesia rural da província duma biblioteca ricamente apetrechada, quando, em pleno século XXI há sedes de concelho que não têm nada digno daquele nome – só

esta doação é bem ilustrativa do lugar de Ossela no coração do escritor.

Vamos, então, à correspondência. Ferreira de Castro, regra geral, não cultivava a epistolografia. As suas cartas para os mais próximos são – como já referimos noutra ocasião – frequentemente utilitárias, até porque escritas sem o intuito da publicação. Há, porém, três excepções na correspondência castriana, cujos assuntos levavam-no a um apuro e, por vezes, a um desenvolvimento que se diferenciava de uma quase habitual displicência epistolar. Em primeiro lugar, quando se trata da sua própria pessoa, ou obra, destinada a alguém que solicite informações para fins de investigação ou divulgação. Nestes casos, muitas das cartas de Ferreira de Castro participam do sugestivo poder evocativo que vários autores assinalaram nos poucos textos memorialísticos que assinou. Também na correspondência de assunto político, Castro tem particular atenção. Menos pelas vicissitudes inerentes a um estado policial, como pela crispação que normalmente existia entre as várias oposições ao regime. O facto de ele ser um oposicionista

público, mas não-arregimentado, impunha-lhe o dever – para consigo próprio, antes de mais – de ser duma clareza meridiana, sem que pudesse haver margem para leituras desviantes ou dúvidas sobre o que em cada circunstância pretendia vincar. Por último, a correspondência com outros escritores, em especial com os seus confrades mais novos. Castro sabia como uma palavra de estímulo, a leitura atenta do livro que lhe fora enviado, era importante para quem acabava de publicar. Muitas das suas missivas são disso exemplares.

A correspondência com Mário Sacramento (pp. 25-28) participa muito das contingências políticas existentes. Em carta datada de Lisboa, em 21 de Setembro de 1957, Castro, então assoberbado de trabalho com *As Maravilhas Artísticas do Mundo*, sugere ao interlocutor que, dada a sua escassez de tempo, se aproveite a entrevista, célebre, dada ao *Diário de Lisboa*, em 1945, e a não menos famosa «Mensagem» por si lida na sessão de esclarecimento do MUD, na *Voz do Operário*, em Novembro de 1946. Embora assinada por dois escritores, esta é, pois, essencialmente uma correspondên-

cia de carácter político. Refira-se, neste contexto, a inclusão no catálogo do fac-símile do impressionante depoimento de Ferreira de Castro como testemunha abonatória do autor de *Ensaio de Domingo*, datado de 22 de Fevereiro de 1957 (p. 28). O conjunto epistolar mais interessante é, quanto a nós, o que tem Urbano Tavares Rodrigues por destinatário (pp. 29-32). Embora a conjuntura política esteja presente como pano de fundo, os temas são eminentemente literários. Castro escreve a Urbano, a propósito dos livros deste, com todo o cuidado e atenção que lhe merece um camarada de letras mais novo, embora com o nome já firmado. São seis cartas muito ricas, pelo que resistimos à tentação de transcrever um excerto. Todas têm como pretexto livros de Urbano: *O Alentejo* (10.Dez.1958), *Exílio Perturbado* (7.Jun.1962), *Terra Ocupada* (23.Mai.1964), *Dias Lamacentos* (19.Set.1965), *Despedidas de Verão* (9.Nov.1967) e *Deserto com Vozes* (5.Mar.1971). A extensão de algumas dessas cartas, inusitada para quem costumava usar de parcimónia epistolar, revela não apenas a consideração mas também a estima que Castro nutria pelo autor

de *Bastardos do Sol*. Seja-nos, portanto, permitida a transcrição da significativa dedicatória aposta na folha de rosto de *O Instinto Supremo*, de 1968 (p. 21): «A Urbano Tavares Rodrigues, grande escritor, cuja vida de cidadão participa já das epopeias, esta homenagem do seu muito, muito amigo e muito admirador / Ferreira de Castro».

Os quatro espécimes documentais dirigidos a Óscar Lopes – um deles do punho da viúva do escritor, Elena Muriel Ferreira de Castro (pp. 35-36) — revelam consideração intelectual e também uma simplicidade assinalável, dado que Castro era o grande escritor desse tempo – isto é, um escritor cuja influência na sociedade ultrapassava o âmbito, largo embora, de influência dos seus livros. (Deste ponto de vista, o autor de *A Selva* foi um dos últimos espécimes do escritor-farol ou do escritor-exemplo, à maneira de um Romain Rolland, um Gorki, um Thomas Mann).

Pelo material que encerra, pelo seu enquadramento, pela excelente documentação fotográfica e pelo grafismo que lhe dá brilho, trata-se de um livro importante. Esperemos que depois de cumprida a sua função de catálogo não fique esquecido em qualquer ar-

recadação das instituições que lhe deram a chancela. E que conheça agora uma nova edição, desta vez comercial, destinada ao grande público, possivelmente com um formato mais reduzido. Aqui fica o repto.

Ricardo António ALVES

* * *



António Amorim,
Ferreira de Castro
e a Amazônia ou a
atracção do abis-
mo, Oliveira de
Azeméis, Caima
Press, 1998, 92 pp.

Pensamos não constituir qualquer segredo o facto do autor desempenhar uma função um tanto ou quanto incerta no quadro literário de hoje. Se de um lado temos um grupo que preconiza a supremacia do texto e a sua validação enquanto tal, de outro, e rectificando em parte a afirmação de Barthes «... o autor ainda reina...» atrevemo-nos a afirmar que «o autor reina» nos manuais, nas entrevistas, nos compêndios, no ensino da literatura ... Não sendo, pela nossa parte, objecto de defesa ou crítica um ou outro

grupo, a verdade porém, é que António Amorim, autor de um pequeno ensaio sobre Ferreira de Castro – *Ferreira de Castro e a Amazónia ou a atracção do abismo* – longe, talvez, destas querelas da crítica literária oferece-nos um texto cujo labor interpretativo conjuga a análise do itinerário intelectual do escritor Ferreira de Castro com o percurso de vida do homem que dá pelo mesmo nome.

António Amorim demonstra-nos que a produção escrita de Ferreira de Castro, se interpretada através da outra escrita – a da vida – (sendo que o contrário também é possível) ganha, na medida em que uma e outra se enriquecem mutuamente, isto é, a análise dos romances de Ferreira de Castro e a biografia do autor de *A Selva*, longe de se antagonizarem, complementam-se num exercício que se revela interactivo.

Ao longo de nove capítulos, A. Amorim analisa em diferentes contextos a influência que a selva amazónica teve na vida e na obra do escritor. No texto introdutório deste ensaio, Bernard Emery, autor obrigatório no estudo da obra castriana, dá-nos conta disso mesmo. A flo-

resta imensa deixaria para sempre na memória de Ferreira de Castro a recordação de um tempo ido mas sempre tão presente pelo sofrimento causado.

Ainda na esteira da análise de A. Amorim, a selva revela-se simultaneamente sedutora porque enigmática, abismal porque impiedosa.

A Selva, a obra que mais anuncia o escritor, representa um ajustar de contas consigo próprio. Diz-nos o ensaio, objecto desta nota de leitura, que os jornais noticiaram a morte de Ferreira de Castro dizendo que as suas derradeiras palavras foram para a Amazónia, evocando assim os anos que aí passara durante a sua juventude.

Em matéria de contas de deve-e-haver, depara-se-nos uma encruzilhada: teria Ferreira de Castro vencido, ainda que parcialmente, a imensidão verde e com ela tudo aquilo que tanto o aterrorizou? Afinal terá este mundo fantástico e decorativo pela pluralidade de cores e paisagens refundido o medo e a desilusão do rapazinho seringueiro que se fez escritor?

Maria Abreu MORAIS



Homenagem a Ferreira de Castro pelos Escritores da Tertúlia «Rio de Prata», Lisboa, Universitária Editora, 1998, 52 pp.

Obra colectiva, assinada por 26 autores, com contributos desiguais e larga supremacia da poesia. Destaquemos *Coração Selvagem*, de Luís Graça (p.44); *A Volta ao Mundo*, de Ana Briz (pp.6-8): «O sortilégio do mundo / molda-se em formas / no mapa de um corpo de mulher / e o mistério permanece / sempre longínquo e intangível. // [...]»; *A Ferreira de Castro*, de Ester Luísa Dias (pp.17-18): «[...] // Voltaste / e, como relíquia, no fundo / do baú / trouxeste / um sonho construído com lágrimas / de látex, / colando na memória / a selva / e seu mundo-cão / a nú. // [...]»; ou *Depoimento*, de Fernando Botto Semedo (p.19): «Quando li “A lâ e a neve” havia vidros de sangue / E disparos de assassínio na ordem dos polícia / [...]».

Menos representada, a prosa ofereceu-nos dois dos melhores momentos do livro: «Memórias avulsas e sentimentais acerca de Ferreira de Cas-

tro» (pp.20-24) é um bela evocação de Fernando Grade a propósito de vários momentos em que ambos se cruzaram, desde o primeiro encontro na Livraria Guimarães, por ocasião do lançamento de um livro de Agustina Bessa-Luís, passando pela Sociedade Portuguesa de Escritores, até à tarde de 1 de Maio de 1974: «Foi uma tarde fantástica. O autor carismático de “A Selva” vestia um sobretudo cinzento largão, à moda prussiana da I Guerra, estava um sol envergonhado, nuvens de tapa e descobre..., e percebi nos olhos de Ferreira de Castro, na sua voz algo entaramelada, um nítido cansaço, nos seus modos já etéreos, percebia-se que estava a despedir-se dos amigos e camaradas... E acrescentava: / — Estou muito contente... Mas isto já não vai ser para mim... Isto é para vós, meus camaradas...» (p. 23).

«Acabara de escrever *As Maravilhas Artísticas do Mundo* e os seus olhos estavam cansados de tanta beleza.» Assim começa «A chinesinha do Avenida Palace» (pp.34-36), de José Fernando Tavares, texto sobre o texto, neste caso, um conto policial publicado por Ferreira de Castro no *Magazi-*

ne Bertrand, na década de vinte. Além de ensaísta informado e criativo, José Fernando Tavares visita desde há muitos anos os domínios da ficção. E esta foi talvez a mais bela homenagem que se prestou a Ferreira de Castro no seu centenário. Um camarada de escrita, que ele não conheceu, pô-lo em campo com uma sua personagem, a já de si fictícia «Raquel», num fim de tarde na tertúlia da «Veneza»: «Assis Esperança solta uma banalidade qualquer, mas Ferreira de Castro não o ouve. O seu rosto, levemente pálido, está imóvel e o seu olhar fixo no vácuo. Há uma razão forte para essa súbita imobilidade: acabara de entrar uma mulher ainda jovem, vestida com simplicidade. Ela vinha absorta nos seus pensamentos e nem reparara no escritor que a fixava do seu canto. Havia algo nela que o sobressaltara: ela era a chinesinha, a protagonista da sua novela policial. Ela ali estava, radiosa, esplêndida, levemente inquieta e tão bela como ele a descrevera, há muitos anos atrás.» (p.35).

A deusa da literatura existe.

R.A.A.



XXIV^a Edição do Prémio de Literatura Juvenil Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis, Associação do Prémio Nacional de Literatura Juvenil Ferreira de Castro, 2000.

A Escola Secundária Ferreira de Castro, em Oliveira de Azeméis, bem como os seus docentes, têm sido, ao longo dos anos subsequentes à morte do escritor, de uma exemplar tenacidade cívica e cultural ao promover junto da população estudantil do Ensino Secundário o nome e a obra do seu patrono.

Este último pequeno, mas significativo, catálogo da XXIV^a (!) edição do Prémio de Literatura Juvenil Ferreira de Castro, denota não apenas uma realidade sedimentada, como o desvelo e o gosto de quem assegura a sua realização anual.

Magnificamente ilustrado por alunos da Turma F, do 8^o ano, para além de documentar o «Programa da Festa» do Dia da Escola, este livrinho tem vários motivos de interesse. Desde logo, excertos das obras premiadas, reveladores do acerto da

escolha do júri constituído por Alice Vieira, António Torrado e Matilde Rosa Araújo: «Mar português», de Joana Daniela Bessa Machado, e «A voz do silêncio», de Luís Filipe Gomes Aguiar Pereira (poesia, escalões A e B, respectivamente); «Conto de (des)encontros», de André Carlos Meira Pires, e «Drácula envelhecido», de Rui Pedro Caselhas Saraiva (prosa, escalões A e B).

Enriquecem também a publicação um texto de Bernard Emery, «Nas pegadas do Zé Português», narração muito interessante das suas visitas recentes ao que resta do «Paraíso» («Faz-se a viagem de barco, uma hora pouco mais ou menos, no tumultuoso e barrento Madeira. Encontram-se logo a seguir os caboclos que lá continuam a viver, numa aldeiazita precária, hoje chamada pomposamente Vila Ferreira de Castro, e pouco depois o sortilégio começa...»); e ainda, de Ivone Bastos Ferreira, «“A Selva” de Ferreira de Castro: Era uma vez Dona Yáyá...», um sensível «pretexto/texto» de abordagem à «escrita de Ferreira de Castro, falando dela e por ela».

Uma iniciativa a continuar, pela qualidade demonstrada e pela fun-

ção que preenche no que respeita à literatura do sempre complexo e exigente mundo juvenil. Castro haveria de gostar.

R.A.A.

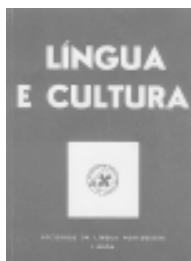
* * *



Matos Barbosa,
O José Foi à Escola, Oliveira de Azeméis, Câmara Municipal, 1999.

A infância de Ferreira de Castro em banda desenhada.

* * *



Língua e Cultura,
II série, nº 7/8, Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa, Jan.-Jun, 1998.

Comunicações ao Colóquio «Ferreira de Castro e o Maravilhoso Literário» realizado na SLP em 14 e 15 de Maio de 1998 (pp. 77-154).

Isabel Roboredo SEARA, «Discurso de abertura» (78-80); Urbano Tavares RODRIGUES, «O Homem

irmão do Homem – Ferreira de Castro e o realismo social» (81-82); Carlos Jorge F. JORGE, «Lugares do idílio e espaços do exílio nos primeiros romances de Ferreira de Castro» (83-96); José Fernando TAVARES, «*A Curva da Estrada* – Psicologia social e conflito interior» (77-104); Albano Mendes de MATOS, «O humanismo e a antropologia no romance *A Lã e a Neve*» (105-119); Isabel Roboredo SEARA, «*A Lã e a Neve* – Virtualidade e originalidade dos enunciados metafóricos» (121-130); Maria Margarida Macedo SILVA, «*Eternidade* – Ferreira de Castro e a Madeira» (131-136); Ricardo António ALVES, «História e memória: uma leitura de *Os Fragmentos*» (137-154).

O curto texto de enquadramento inicial de Urbano Tavares Rodrigues – autor referencial como ficcionista e ensaísta da segunda metade do século XX português – tem a importância de colocar a questão dos contornos neo-realistas da obra castriana, assunto pouco discutido e geralmente com a ligeireza com que se (não) pegam nos assuntos melindrosos. O neo-realismo tem uma data oficial no que respeita à ficção

narrativa: 1939, o ano de *Gaibéus*, do estupidamente menosprezado Alves Redol. Os restantes, os que surgiram antes são convenientemente arrumados na categoria dos *precursores*, numa formulação vazia de conteúdo. Ao considerar que um livro como *Emigrantes* é tributário de «uma visão da história como luta de classes» (p. 82), Urbano impõe uma «revisão» que, de resto, ele próprio reclama no início deste pequeno escrito, e que condiz com o rigor e a honestidade intelectual que lhe são unanimemente reconhecidos. O autor de *Ensaios de Escrever* mais não faz do que reafirmar as vistas largas que há muito evidenciou no que respeita a Ferreira de Castro, designadamente na sua colectânea de estudos *Um Novo Olhar sobre o Neo-Realismo* (1981).

A Lã e a Neve, que se inscreve de forma relativamente incontroversa – com a excepção mais notável e justamente fundamentada de Mário Dionísio – nessa corrente literária, é objecto de dois estudos bem conseguidos, em áreas diferentes: a antropologia e a linguística. Com este romance de 1947, Castro atingiu, provavelmente, o pico na destreza de romancista. Trata-se de uma nar-

rativa espessa e poliédrica, susceptível de vários ângulos de abordagem (não por acaso, *A Lã e a Neve* é o segundo livro mais traduzido do autor).

Com muita informação, Albano Mendes de Matos procede a um original estudo sobre as componentes etnológica e etnográfica do texto, determinando o fulcro de tensão que é ponto de partida para o romance e sua análise: «Esta obra de Ferreira de Castro é, acima de tudo, um documento humano que pretende demarcar a passagem da sociedade rural tradicional, de pastores, artesãos e agricultores, acomodados ao ritmo da Natureza, em que o trabalho do homem é personalizado, à nova sociedade, a sociedade industrial, febril e absorvente, em que os operários se comportam como elementos da máquina produzindo sempre os mesmos gestos, no mesmo ritmo, segundo horários programados ao toque de sirenes.» (p. 106).

Da antropologia para a linguística, o estudo de Isabel Roboredo Seara pretende retirar à ciência da linguagem alguma carga «esotérica» que se lhe colou, pondo-a «ao serviço» das ciências humanas nos seus vários domínios. O leitor sem competên-

cia na matéria, como o autor destas linhas, não pode deixar de registrar a investigação exaustiva e a minúcia no registo dos enunciados metafóricos de que Castro se serviu, recorrendo a humanizações («a nudez da terra») e animizações da Natureza, tirando partido de sinestésias que jogam com a cor, a luz e o espaço («cantigas que voavam para longe»). Se a estilística de Ferreira de Castro não tem a plasticidade da de Eça de Queirós ou a opulência da de Aquilino, nem por isso está destituída de «beleza poética» – como Isabel Seara salienta logo de início (p. 121) – ou daquela elegância há muito assinalada pelo velho M. Rodrigues Lapa e a que nós muito simplesmente gostaríamos de apelar do *verbo austero*, tomando de empréstimo o título de Francisco Costa (esse interessante romancista silenciado, tal como o foi Castro, mas, ao contrário deste, efectivamente esquecido). Regressando a Isabel Seara, e ao seu artigo, a conclusão a que chega – embora intuída por muitos dos leitores do romancista, carecia de ser demonstrada como o foi aqui, claramente – constitui uma das várias chaves para a compreensão do escritor e do ho-

mem: «A fusão do mundo físico com o mundo moral, a matéria inerte que ganha vida emotiva, o cromatismo singular da natureza, determinam indefectivelmente um estilo idiossincrático.» (p. 130).

Na tábua cronológica de Ferreira de Castro, o romance que se segue é esse magnífico *A Curva da Estrada* (1950), narrativa complexa e actualíssima que aborda, entre outras coisas, a *vontade de poder* e o problema ético da fidelidade aos princípios e ao respeito do indivíduo por si próprio. Este romance de ideias é objecto da análise de José Fernando Tavares, que elabora sobre o problema da perda – nomeadamente a das certezas em face da experiência vivida: «O mundo assumiu um rosto desconhecido, e Soriano deixou de reconhecer-se a si mesmo, iniciando, dessa forma, um doloroso conflito com o seu próprio ser.» (p. 103).

Temporalmente situado no convulsivo período da II República espanhola, tal como *A Curva da Estrada*, *O Intervalo* – uma das mais dolorosas experiências do escritor com a autocensura a que o Estado Novo obrigava – constitui o grosso do primeiro volume póstumo de

Ferreira de Castro: *Os Fragmentos* (1974), que procurámos analisar no âmbito do colóquio. Incidindo sobre os primeiros textos do volume – «A aldeia nativa», «Historial da velha mina» e «Origem de “O Intervalo”» –, faz referência a uma necessária memorialística, evidentemente contrariada pelo escritor, mas que claramente se lhe impõe em período de balanço. Tal sucede em *Os Fragmentos* por volta dos seus 70 anos – no fim da vida, portanto – como havia já ocorrido no tempo coincidente com a morte de Diana de Lis e da sua própria morte anunciada, no dealbar da década de trinta, com essas «Memórias inéditas» que Jaime Brasil publicou. No que respeita a *O Intervalo*, o artigo contextualiza o romance no momento histórico espanhol, apresenta os resultados de uma investigação sobre a reportagem de Ferreira de Castro para *O Século*, aquando da Revolta da Andaluzia (1931), evento de enormes repercussões nos anos seguintes e que serviu de matéria de fundo para a narrativa, que, por impublicável, subsistiu como um espectro ao longo de um percurso literário inteiro. Identificando as linhas de força do pensamento

libertário de autor e narrador (este visto como *alter ego* daquele), estabelece o romance como produto ideológico do comunismo libertário, isto é, do anarquismo perfilhado pelo romancista.

Propositadamente para o fim, deixamos o ensaio de Carlos Jorge F. Jorge. Ao analisar a descrição no romance castriano – nomeadamente em *Emigrantes, A Selva e Eternidade* – com vista a um melhor conhecimento do processo ficcional, Carlos F. Jorge não conclui apenas pela sua modernidade, em que o «monólogo narrativizado» como o cultivou Virgínia Woolf, a narrativa heterodigética – herdada de Flaubert e Zola e levada ao extremo das «possibilidades de introspecção» (p.88) por Thomas Mann –, «o uso da psiconarrativa em moldes desenvolvidos pelo realismo a partir de Henry James» (p.90) permitem aceder ao interior da personagem, num processo distinto, portanto, da autodiegese proustiana que vingava com José Régio e João Gaspar Simões. Contestando as «leituras equívocas» (p. 85) e não inocentes que têm sido feitas, o autor apresenta Ferreira de Castro como «uma das figuras centrais» dum determinado

cânone diferentemente modernista. Ao enfatizar as potencialidades de «valorização da representação do espaço «de que Castro se serviu em *Emigrantes, A Selva e Eternidade* – isto é: das contingências por que passaram Manuel da Bouça, Alberto e Juvenal, exilados em lugares de (suposto) idílio – Carlos F. Jorge põe em evidência o «modo de captar os movimentos de consciência das personagens» por parte do escritor «em que a paisagem revelava sobretudo a dimensão ontológica do sujeito preso aos valores do seu lugar.» (p. 94). Pela iluminação que projecta, pela clarificação que reivindica e pelas possibilidades de trabalho que generosamente oferece, este é um dos contributos mais significativos que vieram a lume por ocasião do centenário.

Uma excelente iniciativa, com frutos, este colóquio «Ferreira de Castro e o Maravilhoso Literário», que conheceu ainda a participação de Maria Helena Carvalho dos Santos («Os universos de Ferreira de Castro»), Álvaro Pina («Cidades, Serras, escritas: comunidades conhecíveis do realismo português») e Artur Anselmo («Ferreira de Castro e o índio brasileiro»), cuja impossibili-

dade de inclusão dos textos lamentamos.

Ricardo António ALVES

* * *



Folhas – Letras & Outros Ofícios, nº 3, Aveiro, Grupo Poético de Aveiro, Junho de 1998. Número dedicado a Ferreira de Castro (pp. 1-73).

Cecília SACRAMENTO, «Recordando» (8-10); Eugénio LISBOA, «Ferreira de Castro e o seu romance *O Intervalo*: uma metáfora para a condição humana» (12-18); José Fernando TAVARES, «*A Curva da Estrada*: psicologia social e conflito interior» (20-27); Maria Saraiva de JESUS, «O Brasil na vida e na obra de Ferreira de Castro» (30-37); Óscar LOPES, «Centenário de Ferreira de Castro (1898.05.24 – 1998.05.24)» (40-45); Pedro CALHEIROS, «Ferreira de Castro – Uma bela e sólida ponte entre o naturalismo e o Neo-Realismo» (48-61); Vítor MARTINS, «Ferreira de Castro: o

apátrida universalista» (64-70).

Antes de mais, é de toda a justiça salientar a iniciativa do Grupo Poético de Aveiro e o proficiente exemplo que deu, como associação privada ao assinalar – mais do que condescendentemente, com testemunhos de altíssima qualidade – o centenário dum escritor do seu distrito, e que disso se orgulhava, não apenas por Aveiro ser como que o «termo» da sua *aldeia nativa*, como pela circunstância de a cidade ter conseguido congregar, a partir de certa altura, as aspirações democráticas que existiam no país.

Deste importante número da *Folhas*, permitimo-nos destacar o texto de Eugénio Lisboa, um dos grandes nomes do ensaísmo português. Nele se analisa *O Intervalo* no contexto em que o romance foi escrito e (auto)censurado como epítome da obra castriana. Outro aspecto tão interessante como importante deste artigo reside no inconformismo do seu autor em face da suficiência duma certa mentalidade crítica, que se permitiu marginalizar e silenciar autores fundamentais do romance português de novecentos. No que respeita a Ferreira de Castro, Lisboa

põe certamente o dedo numa das feridas: «É [...] esta imagem de “simpatia humana” que, com justiça, se lhe tem afixado ao ponto de se tornar um “cliché” quase embaraçoso, a principal responsável [...] por uma certa ocultação de outras componentes mais sombrias que também irrigam – qual rio profundo – o tecido romanesco da obra deste importante escritor.» (p. 15)

Importante é também o estudo de Vítor Martins, uma abordagem às ideias universalistas de Ferreira de Castro (preferimos classificá-las como internacionalistas, por mais precisas no contexto histórico em que se desenvolveu a obra do escritor). Embora fosse possível elaborar sobre o assunto a partir da ficção, o autor escolheu, legitimamente, desenvolver o texto com base na bibliografia paralela: a evocação («A aldeia nativa»), o testemunho («Vida, sonho e drama de Roberto Nobre»), o texto de intervenção (*Mensagem aos Democratas de Aveiro*), a correspondência (com Nobre), o pórtico de *Emigrantes*, o posfácio de *Terra Fria*. Podendo ser discutível a premissa que faz recair a reacção negativa de Castro à ideia de patriotismo na «mitificação do povo» por parte

do Estado Novo (p. 64), pois esse caminho fora já percorrido e está patente já nos títulos vindos a lume no Brasil, em especial no folheto «Rugas Sociais», tal não passa, no contexto deste artigo, de um mero pormenor, devendo-se antes salientar o importante contributo de Martins ao trazer a terreiro a definição do escritor como um «patriota de todas as pátrias» (p. 70), a sua valorização do «homem enquanto indivíduo universal» (p. 67) – noção essencial para percebermos o pensamento de Ferreira de Castro.

R.A.A.

* * *



Vária Escrita, nº 5, Sintra, Câmara Municipal, 1998.

Artigos sobre Ferreira de Castro (pp. 245-291)

Álvaro PINA, «Conhecer a comunidade, contar a nação, autorizar a cultura: no cinquentenário da publicação de *A Lã e a Neve*, de Ferreira de Castro» (245-254); Ricardo António ALVES, «Ferreira de Castro e Reinaldo Ferreira – Nota

sobre a viagem do Repórter X à Rússia» (257-268); Paula Regina LUCKHURST, «Ferreira de Castro e *A Batalha: Suplemento Literário Ilustrado*» (271-291).

Actividade paralela, enquanto exercida, não só de muito interesse como relevante para um melhor conhecimento do escritor, o jornalismo de Ferreira de Castro está quase todo por estudar. Neste número da *Vária Escrita*, dá-se um contributo para que assim deixe de ser, com um inventário da colaboração no diário da central anarco-sindicalista CGT, publicação fundamental para o estabelecimento de algumas coordenadas do percurso do futuro romancista.

Quanto ao texto sobre Reinaldo Ferreira, apesar de incidir sobre uma amizade e as suas ligações à controvertida reportagem «no país dos sovietes» — qual Tintim antecipando de quatro anos a viagem do herói de Hergé... —, o texto pontua e sumariza momentos desse percurso profissional iniciado em Belém do Pará, em 1915, a que o autor de *Terra Fria* pôs voluntariamente termo, obrigado embora pela conjuntura política, em 1935.

Mas destaquemos o ensaio de Ál-

varo Pina sobre *A Lã e a Neve*. O autor — que começa por distanciar-se da autojustificação estéril, porém satisfeita, que se verifica em muitos estudos literários — insere o romance na escrita de dissidência e oposição cultural ao Estado Novo, ou seja, como uma manifestação de contra-cultura em face da cultura oficial. *A Lã e a Neve* surge como projecto de visibilidade de uma parte da nação que estava oculta aos olhos de leitores pertencentes a outros grupos sociais: os pastores da Serra da Estrela, a classe operária têxtil da Covilhã. Assim, segundo Pina, Castro tem com este seu livro o «mérito cultural» de inscrever a nação no centro da contemporaneidade, sujeita à dialéctica do tempo, não apenas as das lutas sociais como da própria convulsão provocada pela II Guerra, com *efeitos colaterais* sentidos no quotidiano. Quando o país se reconhecia nas narrativas de Júlio Dinis e do Eça de «Tormes», o romance de Castro «desafiou e contestou a versão queiroziana de Portugal em *A Cidade e as Serras* e a sua remissão ao passado. *A Lã e a Neve* foi, em 1947, o romance que construiu a alternativa — de narração da

nação e construção da identidade nacional – ao livro de Eça de Queiroz mais influente ao tempo no imaginário cultural português con-figurado pelo sistema dominante.» (p. 253). Reforcemos o que escreve Álvaro Pina com uma passagem do *Diário* de Miguel Torga, de 1 de Janeiro de 1953: falando do pai e da sua verdade rural, da «fidelidade à terra, ao estreme, à pobreza», o contista de *Bichos* lembrava que «o convívio diário com camponeses de ficção – os de Lawrence, que lêem Platão, ou mesmo os de Eça, que são caseiros de Jacinto – afasta-nos da compreensão duma realidade humana que só com óculos cor-de-rosa pode ser mistificada.»

R.A.A.

* * *



Asas da Palavra, nº 8, Manaus, Universidade da Amazônia, Maio de 1998.

«Dossiê Ferreira de Castro» (pp.2-98). Eurico Andrade ALVES, «Diana de

Liz» (26-28); José Manuel de Castro SANTIAGO, «No centenário do

nascimento de Ferreira de Castro» (30-31); Dário Moreira Castro ALVES, «Ferreira de Castro» (32-33); António FRIAS, «A gênese de *A Selva*» (34-35); Clóvis MEIRA, «Relembrações de Ferreira de Castro» (57-58); Bernarde EMERY, «Para uma avaliação universal do humanismo luso-tropical» (62-70); Eudiracy Alves da SILVA, «José Maria Ferreira de Castro» (76); Rosa ASSIS, «O paraense Ferreira de Castro» (78-83); Machado COELHO, «Seringalista, palavra nova» (84-86); J. Arthur BOGÉA, «Palavras longínquas e amadas» (87-90); Amarílis TUPIASSU, «*A Selva* e as malhas de uma perversa sedução» (91-98).

Fora do perímetro amazónico, Ferreira de Castro não tem merecido do Brasil, nos últimos trinta anos, a atenção que a sua obra justifica. Essa situação, que, desde o centenário, se tem, felizmente, vindo a alterar, contrasta com o interesse que ele suscitou, logo nos anos trinta, com as polémicas a propósito de *Emigrantes* e *A Selva* e a solidariedade então prestada por jovens escritores como Jorge Amado e José Lins do Rego – até ao carinho com

que foi recebido por duas vezes no país-irmão e ao nível elevado das edições que lhe foram consagradas: recordamo-nos dos três volumes em «papel bíblia» com a chancela da Aguilar (Rio de Janeiro, 1958), ou da bonita edição de *A Selva* na Civilização Brasileira, ilustrada por Poty (Rio de Janeiro, 1967) – para não falar do papel do Brasil para o homem e escritor, constantemente sublinhada por autores brasileiros, portugueses e de outras paragens. Sendo assim, se a inclusão de uma boa porção de artigos não-inéditos, com datas variáveis, poderia causar estranheza, e mesmo desencanto, numa revista portuguesa, aceita-se e aplaude-se numa publicação brasileira. Desses textos, destaca-se a «Pequena história de “A Selva”», do punho do seu autor para a «edição Portinari», e clássicos da bibliografia castriana, como o prefácio de Afrânio Peixoto à primeira edição brasileira do mesmo romance, os excertos da crítica de Humberto de Campos e o texto «Nossa honra e nosso orgulho», de Jorge Amado, publicado no *Livro do Cinquentenário* (Lisboa, Portugal, 1967). Dentre os textos escritos expressamente para este número des-

tacamos os de Machado Coelho, J. Arthur Bogéa, Amarílis Tupiassu e ainda o de Rosa Assis, com interessantes anotações biográficas a partir da correspondência de Castro com Maria de Belém Menezes.

R.A.A.

* * *



Leituras da Amazônia, nº 1, Manaus, Universidade do Amazonas e Université Stendhal – Grenoble 3/Valer Editora, Abril de 1998.

«Ferreira de Castro – Cem Anos» (pp. 89-121).

Bernard EMERY, «A Amazônia e a (re)invenção do luso-tropicalismo: o caso de *A Selva*» (91-103); Leandro TOCANTINS, «Ferreira de Castro, verdes caminhos da Amazônia» (105-121).

Com a aplicação dos conceitos operativos do luso-tropicalismo, do extraordinário sociólogo (e escritor) que foi Gilberto Freyre ao pensamento do Ferreira de Castro, Emery abriu uma estrada larga de investigação, concretizada, aliás, em livros

fundamentais como *José Maria Ferreira de Castro et le Brésil* (1981), *L'Humanisme Luso-Tropical selon José Maria Ferreira de Castro* (1992), para além de uma estimulante produção esparsa, parcialmente reunida em *Miscelânea sobre José Maria Ferreira de Castro* (1994).

Assinalando o centenário de Ferreira de Castro, Emery pega de novo no tema – «como instrumento de investigação científica e não [...] como muleta ideológica» (p. 93) – e nas palavras-chave que na sua perspectiva servem para caracterizar o testemunho do escritor: o ulissismo ou o ímpeto viageiro dos portugueses; a empatia ou a capacidade que estes tiveram de miscigenar-se em latitudes tropicais; o franciscanismo ou a solidariedade dos excluídos de que Ferreira de Castro participou. Apesar da intenção progressiva dos seus livros, Castro não terá escapado às limitações de um «evolucionismo superficial ou rudimentar» (p. 101), patente no seu derradeiro romance, *O Instinto Supremo*, em que faz a apologia das boas intenções integracionistas de Rondon, o que forçosamente implicava a colocação dos índios num pa-

tamar civilizacional de segundo plano. Quanto a nós, esse evolucionismo, comum às principais utopias contemporâneas, não pode deixar de estar relacionado com a ideologia castriana. Ideologia que nos interpela e estimula, embora saibamos que as aspirações que a enformam continuam tão distantes quanto o estavam no seu tempo.

O segundo texto que assinala o centenário, do historiador e romancista amazonense Leandro Tocantins, antigo adido cultural à Embaixada do Brasil em Lisboa, é uma saborosa evocação do escritor e de encontros que por cá tiveram: «Algumas vezes o escritor foi jantar em minha casa no Restelo. Eu, com maior frequência ia visitá-lo, ou almoçar com ele no Hotel Miraparque¹, onde ele tinha residência fixa. O rio Amazonas invadia-lhe as veias, ele saltava no Rio Madeira, o embrenhar na selva, revelações surgiam regando ideias.» (p. 112).

R.A.A.

¹ Tocantins, por lapso, escreveu Hotel Miramar, antigo e famoso estabelecimento hoteleiro que existiu no Monte Estoril, duas vezes destruído pelo fogo.



Vária Escrita, nº 7, Sintra, Câmara Municipal, 2000.

Eugénio LISBOA, «O crepúsculo da vida (A propósito de *A Curva da Estrada*)» (pp. 109-118); Elcio Lucas

de OLIVEIRA, «Nos seringais amazônicos: um breve estudo comparado» (pp. 119-130); Ricardo António ALVES, «Cinco centenários – Cartas inéditas de José Baccelar, Fernanda de Castro, Castelo Branco Chaves, José Gomes Ferreira, José Osório de Oliveira e Ferreira de Castro» (pp. 131-152); Karl Heinz DELILLE, «Richard A. Bermann, tradutor de Ferreira de Castro» (pp. 153-166).

A propósito dos 50 anos da publicação de *A Curva da Estrada*, e destinado a um ciclo de conferências que teve lugar no Museu Ferreira de Castro, em Sintra, no primeiro trimestre de 2000, Eugénio Lisboa escreveu mais um estimulante ensaio sobre o criador de Soriano. Desta feita, tratando do modo como Castro e um autor da sua particular predilecção — Henri de Montherlant, com *Le Chaos et la Nuit*

(1963) —, abordaram o inultrapassável problema do envelhecimento, a perda de aptidões físicas e a lenta derrocada da autoestima, ferida de morte com a incompreensão e o afastamento dos que outrora estavam próximos. «Ferreira de Castro explora neste romance [...] uma das obsessões presentes ao longo de toda a sua obra, incluindo algumas espécies escritas na sua juventude e depois banidas do canon: a finitude do homem, o envelhecer ou a doença, a morte. Grande parte da sua obra escrita é uma tentativa de exorcizar esse monstro que se pode adiar mas não evitar.» (p. 116).

Destinado ao mesmo «Ciclo de Conferências sobre Ferreira de Castro» foi o texto de Karl Heinz Delille sobre o tradutor de *A Selva* para o alemão, Richard A. Bermann (1883-1939). Várias vezes evocado por Castro, ao longo dos anos e em diferentes circunstâncias, a tradução de Bermann (*Die Kautschukzapfer*, 1933) foi responsável pelo surto de muitas versões do romance para outras línguas que ocorreram logo nessa década de trinta, a mesma em que veio a lume a *princeps* portuguesa. Delille inventaria um breve e espaçado, porém intenso, relacionamento, essencialmente epistolar iniciado em 1932. Para

além das referências à correspondência trocada entre ambos e a um belo artigo de Bermann sobre Castro, intitulado «Alguém que nos fala da selva» – cuja versão portuguesa seria publicada pelo *Diário de Lisboa*, de Joaquim Manso, ainda em 1932 –, Delille esclarece os leitores sobre a carreira que fez tão importante tradução nas décadas seguintes. Até aqui só Blaise Cendrars, por razões óbvias, logrou merecer a atenção dos estudiosos (nomeadamente de Adrien Roig e Bernard Emery) para a sua própria versão. Este artigo de Delille poderá inaugurar uma nova etapa dos estudos das traduções da obra castriana, algumas levadas a cabo por lusófilos e escritores de mérito: os checos Miladá Fliedrová e Zdenek Hampejs, o irlandês Charles Duff, o russo David Vigodsky, o belga L. Roelandt, os romenos Al. Popescu Telega e Dan Botta, o eslovaco Vladimir Oleríny, a inglesa Ann Stevens, o norueguês Leif Sleitsjoe ou o espanhol José Ares, entre outros.

«Cinco centenários» pretendeu assinalar as efemérides de correspondentes de Ferreira de Castro, como continuar com a divulgação do seu importante espólio epistolográfico. Embora todos os espécimes agora publica-

dos tenham, por uma ou outra razão motivos de interesse, cremos dever merecer destaque o conjunto de cinco cartas de José Osório de Oliveira, escritas entre 1932 e 1935. Oliveira teve um importante papel na divulgação em Portugal das literaturas brasileira e caboverdiana, tendo sido para Ferreira de Castro uma espécie de mediador com escritores do outro lado do Atlântico: por exemplo, Jorge Amado e José Lins do Rego («Escreva a esses rapazes, que o admiram lhe testemunham espontaneamente essa admiração.» – Lisboa, 23 de Julho de 1934, p. 114); ou Paulo Prado, que esteve na génese do trabalho de Blaise Cendrars, referindo-se-lhe este no seu prefácio a *Forêt Vierge* (1938). Três anos antes, José Osório de Oliveira convidava Castro a conhecer Prado em sua casa: («Da conversa com Paulo Prado creio que poderá resultar a tradução francesa do seu livro por um grande escritor francês [*sic*], de quem ele é amigo e com quem falou agora em Paris sobre isso.» (Lisboa, 1 de Novembro de 1935, pp. 145-146). Este conjunto complementa-se com duplicados de duas cartas do punho de Ferreira de Castro: a primeira, de 1942, enviada a Oliveira sobre a revista *Atlântico*, por este secretariada

e dirigida por António Ferro; e uma segunda, sem data, cujo original se destinou ao director do *Diário Popular*, sobre o mesmo assunto. Em ambas estão patentes as divergências com antigos amigos e confrades que se destacaram em funções oficiais no Estado novo.

Castro foi um admirador de Euclides da Cunha. Sobre ele e Alexandre Herculano esboçou uma análise comparativa, publicada no «número espécime» de *O Diabo* (2 de Junho de 1934). Elcio Lucas de Oliveira assinou agora um estudo comparado entre os célebres autores de *Os Sertões* e *A Selva* (centrando-se embora no volume *À Margem da História*). «Nos seringaais amazônicos» o autor sublinha «o uso dos recursos ficcionais» (p. 127) de que se serve Euclides nos seus textos, à partida apresentados como não-ficção, enquanto que *A Selva* – para todos os efeitos, um romance – tem por base o tratamento ficcional de uma experiência autobiográfica. No referido ensaio «Euclides e Herculano», Ferreira de Castro alude com a maior admiração ao estilo do historiador de Canudos – que aliás citara em epígrafe à *Selva*. Compreensível. Só um grande escritor traça em breves linhas um retrato psicológico como o

que fez do Marechal Bittencourt, quando este escala na Baía, antes de defrontar as forças de António Conselheiro: «Saltou naquela capital quando ia em sua plenitude o fervor patriótico de todas as classes; e de algum modo o amorteceu. Manifestações ruidosas, versos flamívomos, oradores explosivos passaram-lhe por diante, estrondaram-lhe em torno, deflagraram-lhe aos ouvidos, num estrepitar de palmas e aplausos. Ouviu-os indiferente e contrafeito. Tinha a frase emperrada e pobre. Além disso, tudo quanto saía do passo ordinário da vida não o comovia, desorientava-o, contrariava-o» (*Os Sertões*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d., p. 384).

R.A.A.

* * *



Cartas do Sertão, de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira, apresentação e notas de Thekla Hartmann, Lisboa, Assírio & Alvim,

2000, 396 pp.

No próximo número da *Castriana* publicaremos a recensão desta obra.



SELVA

teatro e marionetas

Sara Henriques
Pedra Saraiva Brandão

CASA MUSEU FERREIRA DE CASTRO

1 a 31 de MARÇO *Sextas, Sábados e Domingos às 22 H*

Ossela - Oliveira de Azeméis

2.ª a 6.ª Feira para grupos e escolas c/ marcação tlm. : 965 892 103

NOTICIÁRIO

O Centro de Estudos Ferreira de Castro, instituição sem fins lucrativos, foi constituído por escritura pública a 19 de Março de 2001. Na presença de diversos autarcas do distrito de Aveiro, a sua apresentação pública ocorreu a 15 de Novembro do mesmo ano nas instalações do Grupo Cultural e Recreativo de Ossela. Os objectivos desta associação centram-se na recolha, digitalização e tratamento do arquivo disperso de, e sobre, Ferreira de Castro; o estudo e a promoção internacional da vida e obra do autor d'*A Volta ao Mundo* através de acções diversas.

* * *

Para símbolo da instituição, foram tidos em conta os ideais do escritor: o amor ao Homem, a sua paixão pela natureza em geral e pelas árvores em particular. A escolha recaiu no carvalho por si plantado (presumimos

que na década de 50) na quinta onde nascera. Graciosamente desenhada a carvão pelo artista oliveirense Carlos MOBF, esta súpula encontra-se registada.

* * *

Os Órgãos Sociais do Centro de Estudos são constituídos, maioritariamente, por jovens formados nas mais diversas áreas que vão, entre outras, da Gestão de Empresas às Relações Internacionais, passando pela Informática, Jornalismo, Estudos Portugueses e Franceses até ao Cinema. Contando com o Conselho Editorial, que lhe dá o suporte científico, esta associação pretende, com a dinâmica própria que caracteriza a irreverência dos seus membros, aliada à rigorosa supervisão da sua Directora Executiva, cumprir com os objectivos que constam dos seus Estatutos.

* * *

Com o propósito de dinamizar a Biblioteca de Ossela e a Casa-Museu Ferreira de Castro, o Centro de Estudos celebrou, a 20 de Fevereiro de 2002, com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, um Protocolo para se instalar no edifício erigido pelo romancista frente à casa onde nasceu: «(...) quando em 1970 e 1971, me concederam em França dois prémios literários, decidi imediatamente, decidi romanticamente pois não sou rico, edificar uma biblioteca em Ossela, ao seu povo destinada.», (Excerto do texto de doação da sua livraria pessoal e da biblioteca que mandou construir em Ossela para a albergar, *In*, Pedro Calheiros, *Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro*, Câmara Municipal de Aveiro, 1998, p. 23)

* * *

Acções de Formação

Porque a obra do autor de *Emigrantes* não faz parte do plano curricular do Ministério da Educação, a primeira acção de formação sobre Ferreira de Castro iniciou-se a 02 de Março do corrente ano e teve como destinatários os docentes da disciplina de Português. Ao abrigo do Protocolo celebrado entre as duas instituições, esta acção é promovi-

da pelo Centro de Estudos e concretizada pelo CENFORAZ – Centro de Formação de Oliveira de Azeméis e tem como formador o Mestre Vitor Martins.

* * *

Teatro

A «Rasgo – Associação Teatral», com sede no Porto, apresenta até 2003 e em diversos pontos do país, a peça *Selva*. Baseada na infância do escritor e na sua passagem pela Amazónia, termina com a morte da sua companheira Diana de Liz. Fazendo uso de técnicas mistas, como sombras chinesas, marionetas e cinema de animação, este trabalho é especialmente direccionado para as crianças e jovens em idade escolar. Apresentada a 01 de Março, em tenda improvisada para o efeito na quinta do escritor, os seus primeiros espectadores foram as crianças que frequentam as escolas primárias de Ossela, que durante 60 minutos puderam deliciar-se com um espectáculo de bom nível cénico e artístico e, deste modo, melhor interiorizar a vida deste conterrâneo da geração de seus bisavós.

Carlos Alberto CASTRO

Abril de 2002

Centro de Estudos Ferreira de Castro

Associados

- 1 Elena Muriel Ferreira de Castro
- 2 Elsa Ferreira de Castro
- 3 Carlos Alberto Pinho Oliveira Castro
- 4 Ricardo António Miranda Marques Alves
- 5 Ivone de Oliveira Bastos Ferreira
- 6 Ricardo Jorge Reis Henriques
- 7 Maria Helena Soares Pinto
- 8 Rui Pedro Pinho Silva
- 9 Rui Manuel Tavares Castro
- 10 Carlos Alberto Soares Brandão
- 11 José Carlos de Almeida Ribeiro
- 12 Diana Estela de Albergaria Bastos
- 13 Alexandre Filipe de Matos Gomes
- 14 Luis Filipe Soares Ferreira
- 15 Manuel Jorge da Silva Bessa
- 16 António Cândido Franco
- 17 Bernard Emery
- 18 Eugénio Almeida Lisboa
- 19 Karl Heinz Delille
- 20 Maria Luísa Tavares de Bastos
- 21 Pedro Calheiros
- 22 Vitor Manuel dos Santos Martins
- 23 Marisa Antónia Almeida da Costa Martins
- 24 Helena Maria de Bastos
- 25 Manuel António Soares Ferreira
- 26 Luis Carlos Jesus Tavares
- 27 Sandra Maria de Pinho Oliveira Castro
- 28 Maria Manuela Costa Teixeira Castro
- 29 Carlos Dinis Tavares de Albergaria
- 30 Domingos António da Silva Fernandes
- 31 Ângela Maria Costa Almeida
- 32 Ana Márcia Oliveira Soares
- 33 Marina Soares Alves da Costa

- 34 Daniel da Silva Jorge
35 Carlos Alberto da Costa Bento
36 José Alves da Silva
37 Aníbal Oliveira Castro
38 Manuel Alberto Marques Dias Pereira
39 Ana Maria Quental Rio
40 Adelino José Gomes Tavares
41 Alfredo de Sousa Azevedo
42 José Augusto Soares dos Santos
43 António Alberto Bastos
44 Joaquim Gonçalves de Almeida
45 António Pinto Sampaio
46 Joaquim Paulo da Silva Coelho
47 Artur Manuel de Castro Pinho Maria
48 Eurico Pedro Andrade Alves
49 Luisa Maria Carrapa M. Oliveira
50 António Martins de Castro
51 Luis Miguel Oliveira Pereira
52 José Ferreira Barbosa
53 Florbela de Jesus Brandão
54 Isabel Maria Bastos Soares
55 Eugénia Maria Rocha da Costa Soares
56 Isabel Cristina Almeida Ferreira
57 Agostinho Tavares Martins de Castro
58 António Henrique Martins
59 Elsa Martinho
60 António Jesus Gomes
61 Manuel José de Oliveira Castro
62 Alfredo Oliveira Henriques
63 Teresa Alexandra D. S. Xará
64 Manuel Albino Casimiro de Almeida
65 José Carlos Correia Rego
66 José Manuel Ribeiro da Silva
67 Tanya Marisa Silva Ruivo
68 Marlene Soares Campos
69 Luís Pedro Jesus Campos Barbosa Silva
70 António da Costa Pereira dos Santos

CENTRO DE ESTUDOS FERREIRA DE CASTRO

PROPOSTA PARA ASSOCIADO SINGULAR/COLECTIVO

Sócio Proponente : _____ N° Sócio : _____

Sócio Proponente : _____ N° Sócio : _____

Nome : _____ Data Nascimento : ___/___/___

Nacionalidade: _____ Profissão : _____

N° de Contribuinte: _____

Morada (Av., Rua, Lugar;etc.) : _____

Freguesia : _____ Concelho : _____

Codigo Postal : _____ - _____

Telef. Residencia : _____ Emprego : _____

Telemovel: _____ E-mail : _____

Consulta o e-mail : Diario Semanal Mensal Raramente _____

Agradecemos que faça um X no espaço referente à «Qualidade de Sócio» escolhida (Joia de Inscrição: 5 Euros):

EFFECTIVO (SINGULAR) 18 EUROS ANUAL **P**RESTIGIO 250 EUROS ANUAL

EFFECTIVO MAIS 60 EUROS ANUAL **E**XCELÊNCIA 500 EUROS ANUAL

EFFECTIVO SUPRA 150 EUROS ANUAL

PERGUNTAS DE RESPOSTA FACULTATIVA

Indique, p/f, o nível de ensino mais elevado que frequentou:

BÁSICO – 1º CICLO **S**ECUNDÁRIO **L**ICENCIATURA

BÁSICO – 2º CICLO **M**ÉDIO **M**ESTRADO

BÁSICO – 3º CICLO **B**ACHARELATO **D**OUTORAMENTO

Se tem Curso Superior , indique, p/f, qual : _____

Se é Mestre ou Doutor indique, p/f , qual a tese defendida e em que Universidade : _____

Assinatura : _____

Por favor, anexe 1 foto “TIPO PASSE”

Aceite em reunião de Direcção de ___/___/___

Asst. : _____ Asst. : _____

Obs : _____

Ossela, 24 de Março de 2001

Modo de pagamento:

Cheque nº _____ Banco: _____

Vale CTT

Comprovativo do caixa: Banco _____

NOTA: Para que a subscrição tenha validade, deverá ser expedido anexo à mesma o respectivo pagamento, do seguinte modo:

* Portugal: Cheque ou vale dos CTT à ordem do Centro de Estudos Ferreira de Castro ou comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do CEFC.

* Resto do Mundo: Comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do Centro de Estudos Ferreira de Castro.

NIB: 0033 0000 00049416407 58 - Banco Atlantico.

CASTRIANA

Estudos sobre Ferreira de Castro e a sua Geração

ASSINATURA

Nome: _____

Morada (Rua/Av./ lugar): _____

Freguesia: _____

Concelho: _____

Código Postal: _____ - _____

País: _____

Telefone(s): _____

Fax: _____

E-mail: _____

Profissão: _____

Subscrição de quatro (04) números da Castriana (portes incluídos):

Portugal: 25 Euros; Europa: 29 Euros; Resto do Mundo: 32 Euros

Data: ___/___/_____

Assinatura : _____

Modo de pagamento:

Cheque n° _____ s/ Banco: _____

Vale CTT

Comprovativo do caixa: Banco _____

NOTA: Para que a subscrição tenha validade, deverá ser expedido anexo à mesma o respectivo pagamento, do seguinte modo:

* Portugal: Cheque ou vale dos CTT à ordem do Centro de Estudos Ferreira de Castro ou comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do CEFC.

* Resto do Mundo: Comprovativo do caixa do banco, do depósito na conta do Centro de Estudos Ferreira de Castro.

NIB: 0033 0000 00049416407 58 - Banco Atlantico.

